

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Efeitos da Criatividade e da Regulação Emocional na redução do preconceito relativamente à
comunidade cigana

Carla Marisa Candeias Colaço

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia das
Emoções

Orientadora:

Doutora Joana Alexandre, Professora Auxiliar
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Marília Prada, Professora Auxiliar
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2013

“O meu sonho é nunca parar de sonhar. Acredito que posso transformar o mundo e para isso devo ajudar os outros a libertarem as suas paixões selvagens.”

Augusto Boal

Agradecimentos

"A satisfação está no esforço e não apenas na realização final."

Gandhi

Porque este trabalho de investigação representa acima de tudo um percurso com muitos desafios ultrapassados, gostaria de tecer alguns agradecimentos às pessoas que me acompanharam.

Agradeço profundamente às duas professoras que me orientaram, professora Dr.^a Joana Alexandre e professora Dr.^a Marília Prada, pela constante atenção, dedicação e incentivo, o que tornou o caminho percorrido realmente um processo extremamente enriquecedor a nível pessoal e profissional. Poderia agradecer em muitos aspetos específicos a cada uma delas, no entanto gostaria de me centrar em três pontos em que, embora de formas diferentes, ambas contribuíram. Sendo estes os seguintes: 1) fizeram-me sentir como elemento pertencente de uma equipa, ampliando assim a minha energia e motivação; 2) lançaram-me constantes desafios e incentivaram-me a explorar áreas totalmente novas, alargando assim as minhas perspetivas; 3) acreditaram no meu potencial e fizeram-me acreditar também.

Agradeço aos professores que compõem o Mestrado em Psicologia das Emoções pela forma tão agradável como partilharam os seus conhecimentos. Agradeço também aos colegas que percorreram este caminho junto a mim e foram em alguns momentos ombros amigos e noutros desafiadores para mais conquistas.

Agradeço aos presidentes da ACMET e da AMUCIP pela cedência de fotografias de membros das suas comunidades ciganas e à investigadora Mariana Miranda (ISPA) pela cedência de algum material fotográfico complementar.

Agradeço aos amigos que estiveram sempre por perto e de alguma forma contribuíram para tornar este projeto possível. Mas especialmente às amigas Aves Raras: Martinha e Vanessa Santos, pelos nossos momentos de conversa que despoletaram em mim o bichinho de saber mais na área das emoções e por todos os risos e lágrimas que vamos partilhando sempre.

Agradeço à minha família, por ter estado a torcer por mim.

Por fim, mas com um lugar muito especial no meu coração, agradeço a ti, Ricardo, meu companheiro de todos os momentos e à nossa princesa por ter conseguido suportar este período, sempre com a frase: "Mamã, um sorriso!"

Resumo

Dados recentes evidenciam que em Portugal alguns grupos de imigrantes e minorias étnicas como os ciganos continuam a ser alvo de discursos racistas, demonstrando que o preconceito, enquanto atitude negativa face a membros de um determinado grupo social, continua a degradar o estabelecimento de relações intergrupais positivas. Neste sentido, a pesquisa sobre variáveis que contribuem para a redução do preconceito continua a ser um tópico de pesquisa atual, sendo pertinente estudar o papel de algumas variáveis que não têm sido contempladas nos estudos clássicos de redução do preconceito. Utilizando um conjunto de medidas implícitas e explícitas, no presente trabalho apresenta-se um estudo, experimental, conduzido com 134 estudantes universitários, que testa o papel da criatividade na redução de atitudes e emoções negativas relativamente a membros da comunidade cigana. Paralelamente e tendo em conta pesquisas recentes, este estudo visa também testar o papel moderador da regulação emocional (subdividida em reavaliação cognitiva e supressão emocional) na relação supracitada, esperando-se que a criatividade tenha um papel na redução do preconceito sobretudo quando a regulação emocional é elevada. Globalmente, e ao contrário do esperado, não foram encontradas diferenças entre as diferentes condições - criatividade (N=53); sem criatividade (N=51); e grupo controlo (N=30). Numa análise quase-experimental dos dados, verificou-se, no entanto, um efeito parcialmente significativo da reavaliação cognitiva na redução do preconceito. Os resultados serão discutidos à luz da literatura existente.

PALAVRAS-CHAVE: Criatividade; Regulação Emocional; Preconceito; Comunidade Cigana

American Psychological Association (PsycINFO Classification Categories and Codes):
3020 Group & Interpersonal Processes.

Abstract

Recent data show that in Portugal some immigrant groups and ethnic minorities, such as the Gipsy's, are still a target of racist speeches, demonstrating that prejudice, as a negative attitude to members of a particular social group, continues to weaken the development of positive intergroup relationships. In this sense, investigations on variables that may contribute to reduce prejudice remain a topic of current research, the most relevant being the study of variables that have not been covered in classic studies on prejudice reduction. Using a set of implicit and explicit measures, this work presents an experimental study with 134 university students that test the role of creativity in reducing negative attitudes and emotions against members of a Gipsy community. At the same time and taking into account recent research, this study also aims to test the moderating role of emotional regulation (divided between the cognitive reappraisal and the expressive suppression emotion) on the aforesaid relation, hoping that creativity can have a role in reducing prejudice when there is high emotional regulation. Globally and contrary to what was expected, there were no differences found between the three conditions, Creativity (N=53), Without Creativity (N=51) and a Control Group (N=30). However, on a quasi-experimental analysis of the data, what was found was a partially significant effect of the cognitive reappraisal on prejudice reduction. The results will be discussed taking into account the existing literature.

KEYWORDS: Creativity; Emotional Regulation; Prejudice; Gypsy community

American Psychological Association (PsycINFO Classification Categories and Codes):

3020 Group & Interpersonal Processes.

Índice Geral

Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	5
1. Preconceito: Definições e Distinções Conceptuais	5
1.1. Preconceito e atitude.....	6
1. 2. Preconceito, estereótipos e discriminação.	7
2. Manifestações do Preconceito	9
3. Preconceito: Teorias Explicativas	11
4. Variáveis que contribuem para a redução do preconceito	16
4.1. Impacto da criatividade na redução do preconceito.....	20
4.2. Regulação emocional e preconceito.....	22
5. Medir o Preconceito.....	24
6. Objetivos e Hipóteses	28
Capítulo II. Estudos Empíricos	31
Capítulo III. Resultados.....	43
Capítulo IV. Discussão e Conclusões	49
Referências	55
Anexos.....	71

Índice de Figuras

Figura 1. Relação das variáveis criatividade e reg. emocional com redução do preconceito ..	28
Figura 2. Organização das tarefas realizadas pelos participantes das três condições	37
Figura 3. Procedimento tarefa primação afetiva medida implícita	41
Figura 4. Impacto da primação afetiva, ao nível da média de número de erros.....	44
Figura 5. Impacto da primação afetiva, ao nível dos tempos de resposta (RT)	45
Figura 6. Efeito da reavaliação cognitiva na rejeição à proximidade	48

Índice de Tabelas

Tabela 1. Efeito da criatividade nas variáveis dependentes	46
Tabela 2. Efeito moderador da regulação emocional nas variáveis dependentes	46
Tabela 3. Estímulos-primos utilizados (ordem descendente de etnicidade).....	72
Tabela 4. Listagem de adjetivos utilizados como estímulo-alvo da medida implícita.....	77
Tabela 5. Fundamentação manipulação criatividade	88

Introdução

“O preconceito é uma maneira da mente fechar a possibilidade
à exploração de várias opções”
(Charles & Samples, 2004, p. 216)

Ao longo da nossa vida integramos diferentes grupos, fazendo as relações intergrupais parte do quotidiano de todos nós. Inerentes a estas estão alguns processos, nomeadamente o preconceito, que qualquer um de nós já experienciou. O preconceito está presente nas relações humanas desde a mais remota história da Humanidade (Duckitt, 2010), sendo este um fenómeno que afeta negativamente as relações intergrupais e tem importantes consequências negativas para o bem-estar psicológico, emocional e social dos indivíduos que são alvo do mesmo (Brown, 2010). Neste sentido, surge-nos uma questão que tem sido amplamente abordada na literatura: será possível reduzir o preconceito?

O vasto percurso nesta área de investigação, umas das mais exploradas em Psicologia Social, tem vindo a demonstrar que, em termos gerais, tal é possível (e.g., Paluck & Green, 2009; Pettigrew & Tropp, 2008). Além do mais, a redução do preconceito tem, mais recentemente, merecido a atenção por parte de outras áreas de conhecimento, nomeadamente da área das emoções e das neurociências (e.g., Amodio & Lieberman, 2009; Johnson, 2010; Kubota & Ito, 2009; Tapias, Glaser, Keltner, Vasques & Wickens, 2007). No entanto, e apesar do enorme esforço que a comunidade científica tem investido para identificar variáveis que contribuam para a sua redução, evidências recentes demonstram que apesar das mutações que tem sofrido (Pereira, Torres & Almeida, 2003), o preconceito continua a fazer parte do quotidiano das sociedades, nomeadamente em Portugal (Rosário, Santos & Lima, 2011).

É possível identificar um conjunto de grupos sociais que com maior frequência são alvo de preconceito: minorias étnicas¹ tais como os ciganos, homossexuais, imigrantes, mulheres, são alguns exemplos. Em Portugal, o aumento da imigração e as constantes mudanças sociais têm fomentado o enraizamento de várias minorias étnicas e motivado a perceção que os portugueses têm destes grupos. Para os lusos, estes possuem características intrínsecas consideradas imutáveis, muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da

¹ Minoria étnica diz respeito ao grupo, étnico e racial, constituído por um conjunto de indivíduos que partilham um conjunto de características socioculturais específicas (língua, religião, práticas culturais, origem geográfica efetiva), que se auto identificam como pertencendo ao mesmo grupo e que é minoritário em termos estatísticos (face a outros grupos mais numerosos) e sociais (apresenta défices de cidadania substantiva quando comparado com outros grupos) (Rosário et al., 2011).

cultura dominante, e, como tal, são consideradas justificativas do seu estatuto e das assimetrias de poder (Cabecinhas, 2002). Apesar de partilharem território com os portugueses já há alguns séculos (Gomes & Silva, 2010), a comunidade cigana é referida como sendo o grupo étnico com menor estatuto social percebido, remetendo para “a elevada saliência deste grupo na sociedade portuguesa” (Cabecinhas, 2002, p. 572). Os resultados desta última autora são consistentes com as evidências atuais que destacam a comunidade cigana como a minoria étnica mais exposta ao preconceito, quer a nível europeu (Kehris & Kjaerum, 2012²), quer no contexto português (Rosário et al., 2011). Também na compilação de dez investigações etnográficas “*Portugueses, Ciganos e Ciganofobia em Portugal*”, Bastos (2012) afirma que expressões de preconceito são recorrentes. Outra prova da presença deste fenómeno dirigido à comunidade cigana, surge do Alto Comissariado para os Imigrantes e Diálogo Intercultural (ACIDI), que revela que continuam a ser apresentadas queixas que relatam situações de preconceito e discriminação dirigidas a ciganos. O caso da denúncia de Almerido Lima³, apresentada em outubro de 2012, em que acusou uma discoteca por esta ter negado a entrada a um indivíduo por este ser cigano, é um desses exemplos.

Neste sentido, dadas as suas manifestações recentes, continua a ser premente testar variáveis que possam contribuir para reduzir o preconceito e atuar nos processos inerentes à sua formação. Já que o preconceito pode ser entendido como uma reação proveniente da percepção de diferença cultural, representada por uma “mente fechada” que se caracteriza pela dificuldade que o indivíduo tem em tratar nova informação, conciliar pontos de vista diferentes (Rosearch, 1960) e lidar com o desconforto provocado pela diferença (Fiske, 1998) que surge na relação “eu-outro”.

Após analisadas as principais teorias explicativas do preconceito, delineamos esta investigação que teve por base os seguintes pressupostos: 1) as crenças e atitudes em relação a grupos sociais não são as únicas variáveis explicativas e não são tão imutáveis como previamente havia sido teorizado, sendo muito sensíveis a estímulos externos como o contexto social (Dasgupta & Greenwald, 2001; Wittenbrink, Judd, & Park, 2001); 2) o preconceito assenta em dois processos, por um lado as cognições que levam o indivíduo a fazer julgamentos antecipados do outro e, por outro lado, a ativação emocional que é despoletada no contato com o outro; 3) a premência de ser dada relevância a variáveis menos

² Relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

³ Presidente da ACMET – Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e Minorias Étnicas do Médio Tejo.

observadas na redução do preconceito (Paluck & Green, 2009); e 4) a importância de ampliar a investigação, no contexto português, com grupos sociais que continuam a ser alvo de preconceito, como é o caso da comunidade cigana (Correia, Brito, Vala & Perez, 2001; Magano, 2008; Nata, 2007).

Desta forma, esta investigação experimental considerou, por um lado, a possibilidade de testar uma variável que possa ter um contributo na redução do preconceito, atuando ao nível das cognições, como é o caso da criatividade. Sendo esta aqui considerada como uma ferramenta que permite o estabelecimento de ligações alternativas para padrões habituais (Sternberg, 2004), podendo assim atuar ao nível dos processos de categorização considerados, historicamente, como estando na base do preconceito. Este pressuposto assenta na linha de investigação recente que tem demonstrado o papel da criatividade na motivação da atitude “think different” (Sassenberg & Moskowitz, 2005) e do seu impacto ao nível da redução dos estereótipos. E por outro lado, destacar uma variável relacionada com a ativação emocional, uma vez que o preconceito corresponde a uma reação emocional à diferença (Crochík, 2006) e os processos de auto-regulação dessa reação são extremamente importantes (Legault, Green-Demers & Eadie, 2009). Assim, e considerando a regulação emocional como um conjunto de processos pelos quais os indivíduos influenciam as suas emoções na forma como as experienciam e expressam (Gross, 1999), pretendeu-se também na presente pesquisa averiguar em que medida a regulação emocional tem uma relação com a redução do preconceito (Johnston, 2010). Por forma a testar a relação destas variáveis com a redução do preconceito, foram conduzidos dois estudos, correspondendo o primeiro a um a um pré-teste dos materiais a utilizar no estudo experimental propriamente dito (estudo 2). De seguida, apresenta-se a forma como esta dissertação está estruturada.

Estrutura da Dissertação

Na primeira parte (Capítulo I) apresenta-se o enquadramento teórico que se inicia com a apresentação das principais definições de preconceito e algumas distinções conceptuais. Seguidamente, procuraremos evidenciar as principais teorias que permitem compreender o preconceito enquanto fenómeno atitudinal e as principais variáveis que têm sido testadas na área da redução do preconceito. Seguindo as linhas de investigação mais recentes serão definidos os constructos de criatividade e regulação emocional, apresentando algumas evidências sobre a sua relação com a redução do preconceito.

De seguida, apresenta-se a investigação empírica (Capítulo II), sendo exposto o estudo 1 – pré-teste e o estudo empírico que foi levado a cabo por forma a testar as hipóteses formuladas. Seguidamente, serão apresentados os resultados obtidos (Capítulo III) e na última parte os mesmos são discutidos à luz da literatura na área do preconceito (Capítulo IV).

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1. Preconceito: Definições e Distinções Conceptuais

Iniciamos esta abordagem com um autor que constitui um importante marco para o estudo do preconceito em Psicologia Social, Allport, que o definiu como “uma atitude favorável ou desfavorável em relação a membros de algum grupo, baseada sobretudo no facto da sua pertença a esse grupo e não necessariamente a características particulares de membros individuais” (1979, p. 7).

Outros autores definem o preconceito como uma atitude injustificada, socialmente orientada contra um grupo ou indivíduo por este ser membro de determinado grupo social (Brown, 1995; Samson, 1999) ou como uma antipatia (afeto negativo ou emoção⁴) relativamente a determinado grupo alvo (Brown, 2010; Plous, 2003; Quillian, 1995), baseada numa avaliação ou julgamento antecipado (Outhwaite & Bottomore, 1993; Souza, 2009).

Conforme refere Jones (1997) encarando o preconceito enquanto atitude, este seria composto por dois elementos: o cognitivo, formado pela generalização da categoria, e um disposicional, isto é, pelos comportamentos de discriminação resultantes da hostilidade. No entanto, autores como Brown (2010) reforçam a ideia do preconceito não poder ser entendido apenas como um fenómeno cognitivo ou atitudinal, tendo de ser encarado como algo que envolve processos afetivos, o que não permite distinguir tão claramente os componentes a ele inerentes. Alguns autores referem, ainda, que o preconceito caracteriza-se por captar a natureza da resposta afetiva através da avaliação dirigida a membros de diferentes grupos sociais (Dijker, 1987; Locke & Johnston, 2001; Mackie & Smith, 1998; McConahay & Hough, 1976), sendo considerado por outros como uma emoção social (Smith, 1993).

⁴ Afeto e emoção são constructos independentes (Damásio, 1995), sendo o afeto constituído por um conjunto de redes neuronais específicas (e.g., LeDoux, 1996, 2000; Panksepp, 1998), que aglomeram todos os fenómenos relacionados com as reações emocionais (Gross & Thompson, 2007) que envolvem uma resposta de valência positiva ou negativa, temporalmente condicionada (Garcia-Marques, 2001). A emoção é um fenómeno originado por determinado objeto ou evento, que tem reações corporais específicas, tal como tendências de ação relevantes para o objeto em questão, por exemplo o medo prepara o organismo para a ação perante determinado perigo (Damásio, 2004; Izard, 2009).

Embora seja possível encontrar evidências que se debruçam sobre o preconceito positivo (e.g. as ciganas são as mulheres mais bonitas, as pessoas com deficiência tem muitas capacidades), este trabalho centra-se nas perspectivas que o evidenciam como fenómeno negativo.

1.1. Preconceito e atitude.

Uma vez que historicamente, o preconceito tem sido referido como uma atitude (e.g., Allport, 1954; Fazio, 2001; Tajfel, 1982) importa fazer uma breve referência a este constructo que tem sido considerado “um dos mais marcantes e indispensáveis” (Allport, 1979, p.40) da Psicologia Social. As atitudes modelam a forma como o indivíduo percebe a realidade e consequentemente influenciam o seu comportamento (Albarracín, Wang, Li, & Nouguchi, 2008), assim a sua observação proporciona uma perspectiva acerca do que está por detrás daquilo que o ser humano pensa, sente e faz (Fazio & Olson, 2003).

Uma das definições de atitude, mais referenciadas na literatura, foi descrita por Eagly e Chaiken (1993) que a concebem como “uma tendência psicológica que é expressa por uma avaliação favorável ou desfavorável face a uma determinada identidade” (p.1). As atitudes apresentam uma estrutura complexa, constituída por três componentes: afetiva (i.e., atribuir uma valência positiva ou negativa a determinado objeto); cognitiva (i.e., crenças acerca de determinado objeto) e comportamental (i.e., tendência motivacional para a ação). A inter-relação dos seus componentes tem sido estudada por diferentes modelos teóricos. Por exemplo, segundo a perspectiva do Modelo Tripartido Clássico (Rosenberg & Hovland, 1960), os três componentes encontram-se interligados, sendo o comportamento o resultado das crenças e do afeto que determinado objeto-estímulo provoca. Consideradas na literatura como avaliações (quase consensualmente) (Prada, 2010; Schwarz & Bohner, 2001), as atitudes são um tipo específico de associação, que faz a ligação entre o objeto da atitude e uma dimensão avaliativa (e.g., bom vs mau, agradável vs desagradável) (Fazio, Sanbonmatsu, Powell, & Kardes, 1986). Por exemplo, os indivíduos podem formar avaliações acerca dos grupos sociais (como é o caso do preconceito) e dos seus próprios comportamentos (para revisão ver Albarracín et al., 2008). No quotidiano do indivíduo as atitudes assumem funções fulcrais ao seu funcionamento, uma vez que estas constituem sumários da forma como o ser humano se sente perante todo o tipo de objetos (e.g. Forgas, 2006; Schwarz & Bohner, 2001), influenciado, assim, fatores como: distribuição da atenção, categorização da informação e tomada de decisão (Fazio & Olson, 2003). Desta forma, a componente afetiva assume uma elevada relevância, sendo referenciada como uma primeira e determinante resposta aos

estímulos sociais, que atua como força dominante nas atitudes sociais (Zajonc, 1980). Neste contexto, o preconceito, tem sido consistentemente considerado como um componente afetivo das atitudes sociais (e.g., Brown, 2010; Nelson, 2009) surgindo na literatura correlacionado aos constructos estereótipos e discriminação (Fiske, 2000; Mann, 1959; para uma revisão ver Stangor, 2009), existindo perspectivas antagónicas acerca do papel e centralidade que cada um dos componentes assume nas questões relacionadas com a redução do preconceito.

1. 2. Preconceito, estereótipos e discriminação.

Com base no modelo tripartido das atitudes (e.g., Eagly & Chaiken, 1993, 1998), anteriormente referido, o estereótipo é definido como um componente cognitivo, o preconceito como um componente afetivo, e a discriminação representa o componente comportamental. Por outras palavras, os estereótipos correspondem ao conjunto de crenças sobre atributos ou características atribuídas aos membros de um dado grupo e encontram-se, frequentemente, associados a uma reação emocional negativa ou antipatia (i.e., preconceito) por um dado exogrupo⁵, podendo conduzir a um tratamento diferencial para com o mesmo (i.e., discriminação) (Wilder & Simon, 1998; Guglielmi, 1999). Por exemplo, no contexto português é frequente encontrar a figura de sapos espalhadas por estabelecimentos comerciais. Sendo esta figura associada pela comunidade cigana ao azar e a situações de mal-estar, esta prática pode ser considerada um exemplo de discriminação, uma vez que é um comportamento que pretende afastar os ciganos destes locais, demonstrando-lhes que não são bem-vindos. Esta prática está ancorada em crenças como a de que os ciganos são “desordeiros” e “ladrões” e no sentimento afirmado em expressões como “o que nós gostávamos era que os ciganos deixassem de existir” (Bastos, 2012, p.12).

De seguida, apresentamos uma breve exploração dos conceitos estereótipos e discriminação com o objetivo de os distinguir conceptualmente de preconceito.

Estereótipos.

O termo estereótipo foi definido primeiramente em 1922, por Walter Lippman que o definiu como "pictures in our heads" (citado por Amondio & Lieberman, 2009, p. 347), para designar o valor prototípico que os americanos atribuíam a membros de determinados exogrupos tais como judeus, afro-americanos e sul-americanos. Mais recentemente, o termo

⁵ Grupo social ao qual determinado indivíduo não pertence por oposição ao conceito de endogrupo que corresponde a determinado grupo ao qual o indivíduo pertence.

de Lippman passou a ser definido como as representações mentais de determinado grupo social e dos seus membros, sendo o processo da sua formação idêntico ao da representação mental de qualquer outra categoria (Locke & Johnston, 2001). Assim, este tipo de representação mental está particularmente sedimentada na assimilação das diferenças intergrupais e nas semelhanças intergrupais (Turner, Hogg, Oakes, Reicher, & Wetherell, 1987) que o indivíduo desenvolve ao longo do seu processo de aprendizagem, podendo estas ser efetuadas de forma deturpada. Neste sentido, os indivíduos assimilam características estereotipadas que vão, por sua vez, influenciar o seu comportamento relativamente aos elementos do grupo social alvo do estereótipo (Brown, 2010). Por exemplo, frequentemente elementos da comunidade cigana são associados a atributos como “agressivos”, “ruidosos” e “selvagens” (e.g., Correia et al., 2001; Moscovici & Pérez, 1999; Nata, 2007). Assim, os estereótipos podem ser considerados como crenças, socialmente partilhadas a respeito dos membros de determinado grupo social frequentemente alicerçadas a suposições sobre a homogeneidade grupal e sobre os padrões comuns de comportamento dos indivíduos que pertencem a um mesmo grupo social (Blair, 2002; para revisão ver Hilton & von Hippel, 1996). Tendo em conta o poder que estes exercem sobre o ser humano, Bargh (1999) e Lima e Vala (2004a) apelidam-nos de *monstros cognitivos*, porque para além de serem negativos são, por vezes, ativados automaticamente (e.g. Devine, 1989; Devine & Sharp, 2009).

Discriminação.

Grande parte do trabalho teórico e empírico sobre discriminação social refere-se a Allport (1979), que a define como um comportamento que "acontece quando negamos a indivíduos ou grupos de pessoas a igualdade de tratamento que se pode desejar" (p.51). Sendo esse tratamento diferencial, normalmente negativo, devido apenas à pertença de determinado sujeito em determinado grupo (Dovidio, Brigham, Johnson, & Gaertner, 1996). Por outras palavras, discriminação significa a materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, diretas (i.e., tratamento diferenciado claro) ou indiretas (i.e., objetivo discriminador não é explícito) que produzem violações de direitos dos indivíduos e dos grupos (Rios, 2007; Terry, Hogg, & Blackwood, 2001). No contexto Português, e particularmente em relação à comunidade cigana, continuam a existir várias evidências de discriminação direta. Por exemplo, na área da educação, é frequente os pais de outras crianças manifestarem comportamentos hostis, recusando a partilha do mesmo espaço escolar pelos seus filhos e por crianças de etnia cigana (Vala, 2004; Eurobarómetro 2012).

2. Manifestações do Preconceito

As manifestações do preconceito têm vindo a sofrer algumas mutações e é consensual na literatura o surgimento de novas formas de expressão do mesmo (França & Monteiro, 2004; McConahay & Hough, 1976; Pedersen, & Walker 1997; Pettigrew & Meertens, 1995; Plant & Devine, 1998; Lima & Vala, 2004). Na base destas alterações estão as várias mudanças sociais e políticas, os diversos movimentos em defesa dos direitos humanos e a disseminação de mensagens diretas e subliminares que censuram fortemente as práticas preconceituosas. Vala, Brito & Lopes (1999), por exemplo, demonstraram que um conjunto de expressões que são usadas relativamente aos negros e que embora não seja sentido como tal, revelam a existência de preconceito relativamente aos mesmos. Por exemplo, os negros não são referidos como piores do que os brancos, sendo apenas referenciados os brancos como melhores do que os negros. Tal como não se menciona "eles provocam medo", mas é aceitável não exprimir sentimentos positivos relativamente a "eles" (Vala, 2004, p. 49). Neste contexto, podem ser distinguidas novas formas de expressão de preconceito e de racismo, passando o mesmo de um registo aberto e claro, como o que se verificava na época da II Guerra Mundial, para manifestações encobertas ou subtis dirigidas aos grupos minoritários. Importa salientar que o racismo, surge na literatura diretamente relacionado com o preconceito, pois caracteriza-se por ser uma forma de pensamento que valoriza a existência de diferentes raças humanas e estabelece entre elas um padrão de superioridade e inferioridade, relacionado com as características e manifestações culturais (Lima & Vala, 2002). Lima e Vala (2004b), por exemplo, diferenciam-no de preconceito destacando que mais do que uma atitude, o racismo é “um acentuado processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento” (p.402).

A persistência do racismo e do preconceito em “sociedades formalmente anti-racistas” (Vala, 1999, p.3) deve-se ao facto das teorias raciais terem sido substituídas por teorias culturais, emergindo, assim, novas formas de expressão, nomeadamente o racismo moderno, o simbólico, o subtil ou latente, o aversivo, etc. (para revisão ver Lima & Vala, 2004b; Vala, 2007). Importa salientar que apesar da pressão imposta pelas normas igualitárias, que tornam as manifestações públicas de preconceito aberto menos aceitáveis (Lima, Machado, Ávila, Lima, & Vala, 2006), os estudos relacionados com a comunidade cigana, têm revelado que a atitude dos portugueses face aos ciganos é abertamente negativa (preconceito flagrante), contrastando com o preconceito subtil de que os negros são alvo

(Correia et al., 2001), sendo esta uma tendência geral a nível europeu (Kehris & Kjaerum, 2012). Independentemente das manifestações de preconceito oscilarem entre o preconceito subtil ou flagrante, o sentimento e as atitudes em relação aos ciganos têm-se mantido estáveis (para revisão ver Fonseca, Marques, Quintas, & Poeschl, 2005). Por exemplo, particularmente no contexto português, duas investigações independentes revelaram que uma elevada percentagem dos inquiridos afirmou que não gostaria de ver um(a) filho(a) casar-se com um(a) cigano(a), tal como se sentiriam incomodados em viver perto de um acampamento de ciganos ou ser vizinhos de ciganos, destacando, ainda, que uma percentagem significativa dos inquiridos relataram ter por eles antipatia e sentimentos de indiferença (Silva & Silva, 2000; Silva, Sobral & Ramos, 2008). Também a investigação de Mendes (1998) revelou que os entrevistados, sujeitos pertencentes à comunidade cigana, demonstraram já ter vivido “processos, dinâmicas e contextos de discriminação social e exclusão com variantes diversas, com um carácter mais flagrante ou violento, ou configurando formas veladas, mais reservadas e de carácter indirecto”(p. 240).

No contexto das novas formas de expressão de preconceito, a atribuição de características que são habitualmente generalizadas a todos membros de determinado grupo e consideradas imutáveis (Machado, 2000; Memmi, 1993), é definida como um sistema de diferenciação simbólica que se traduz na desumanização⁶ do outro, já que os membros desse grupo não são percebidos enquanto pessoas, com a sua individualidade, mas enquanto representantes indiferenciados do grupo (Amâncio, 2000). Frequentemente são atribuídas características negativas pela população não cigana a qualquer membro da comunidade cigana (e.g., Mendes, 1998, 2000; Gomes & Silva, 2010). Na investigação acerca da desumanização do outro surge a hipótese de infra-humanização⁷ que tem sido considerada como uma forte evidência de expressão de preconceito (Lima & Vala, 2005). Esta foi testada por Moscovici e Pérez (1999), através das representações sociais construídas pelos não ciganos acerca dos

⁶ A desumanização é o processo de atribuição de características negativas ou não humanas a determinado grupo com o intuito de o excluir (Santos & Lima, 2012).

⁷ A infra-humanização caracteriza-se pela negação aos membros de exogrupos de características tipicamente humanas como: cultura; linguagem, inteligência e capacidade de expressar sentimentos. No processo de infra-humanização, as vítimas de preconceito são entendidas como possuidoras de mais características naturais (características usadas de maneira indiferenciada nas descrições de seres humanos e de animais) do que culturais (típicas dos seres humanos). Por exemplo os grupos “racializados” (e.g., negros) que são aproximados do pólo da natureza e distanciados do pólo da cultura em relação aos grupos não “racializados” (e.g., brancos) (Lima & Vala, 2005 p. 146).

ciganos em Espanha. Neste estudo, os participantes liam um texto sobre as estratégias utilizadas ao longo da história para integrar os ciganos na sociedade dominante, sendo para tal divididos em duas condições: uma onde foi transmitida a informação de que os ciganos aceitaram estas estratégias e se deixaram integrar culturalmente e a outra onde os participantes foram informados de que os ciganos não aceitaram a integração cultural. Seguindo-se de uma tarefa experimental, em que os participantes descreveram os ciganos com base numa lista de adjetivos “naturais positivos” (e.g., intuitivo, livre, fisicamente hábil), “naturais negativos” (e.g., selvagem, impulsivo, agressivo), “culturais positivos” (e.g., criativo, leal à sua identidade, solidário) e “culturais negativos” (e.g., vingativo, perverso, manipulador, falso ou mentiroso). Os resultados revelaram que os ciganos que recusaram a integração cultural foram mais descritos em termos de traços naturais do que os ciganos que se deixaram integrar (Moscovici & Pérez, 1999). O estudo foi também replicado em Portugal, tendo concluído que os ciganos são infra-humanizados uma vez que são descritos através da atribuição de mais traços naturais negativos do que positivos (Correia et al., 2001). Também a exclusão moral,⁸ considerada outra forma de desumanização, em que a violência contra o exogrupo não é percebida como tal e por isso passa a ser aceitável e legítima tendo sido consistentemente demonstrada em relação aos ciganos (Gomes & Silva, 2010; Santos & Lima, 2012).

Evidências recentes destacam a própria atribuição de diferenças como uma forma de expressão do preconceito (Vala, 2007; Vala, Pereira & Costa-Lopes, 2009). Neste contexto, a diferença pode ser considerada um significado atribuído à realidade, tendo a investigação vindo a sugerir que pessoas preconceituosas têm uma maior disposição (por comparação a pessoas não-preconceituosas) para atribuir diferenças (neste caso físicas) ao endogrupo relativamente a um exogrupo cometendo mais erros de exclusão do que de inclusão (Vala, Pereira & Costa-Lopes, 2009).

3. Preconceito: Teorias Explicativas

No sentido de identificar possíveis variáveis que contribuam para reduzir este fenómeno social, dar resposta à questão “De onde vêm os Preconceitos?” tem constituído um dos maiores desafios para os investigadores na área da Psicologia Social (Devine, Plant, & Blair, 2001). Classicamente a investigação tem assumido dois rumos que se cruzam: por um lado, a vertente que considera um conjunto de teorias e paradigmas que sugerem que o

⁸ “Fenômeno que ocorre quando indivíduos ou grupos são percebidos à margem da sociedade e, por isso, valores morais, regras e noções de igualdade ou equidade não são aplicáveis a eles” (Opatow (1990) citado por Santos & Lima, 2012, p. 85).

preconceito é uma característica psicológica, situada ao nível da perceção, emoção e ação individuais (Martínez, 1996); por outro lado, a vertente que o considera um fenómeno originário de processos de grupo fundamentado numa orientação socialmente partilhada (Fiske, 1998; Brown, 2010). Neste trabalho centralizámos o preconceito, tal como referido, como uma reação emocional evidenciada no contato com os diferentes exogrupos (Crochík, 2006) e tendo como suporte teórico a evidência de que as emoções, segundo a perspetiva funcional⁹, proporcionam uma primeira avaliação do ambiente (Lazarus, 1991), podemos inferir que o preconceito é um fenómeno afetivo e adaptativo (Fiske & Neuberg, 1990). Desta forma, exploraremos alguns processos inerentes à sua formação e destacaremos algumas teorias relacionadas com a génese do preconceito pela relevância que evidenciam para o presente estudo.

3.1. Preconceito e categorização social.

Alguns autores analisam o preconceito sob uma perspetiva evolucionista ao considerar que este se constitui como um processo que visa selecionar possíveis pares de interação; aqueles que são vistos como semelhantes são encarados como mais suscetíveis de serem úteis e benignos, tendo a tendência para estigmatizar e evitar aqueles que parecem ser parceiros “pobres” para trocas sociais ou que ameaçam os valores de grupo (Maner et al., 2005; Stangor, 2009). Tal reação será uma consequência inevitável dos processos adaptativos de categorização (i.e. processo organizador e simplificador, sobretudo automático para agrupar pessoas por categorias gerais como raça, idade, sexo, etc., facilitando, assim o processamento e armazenamento de informação) e de motivações inerentes à adesão/pertença a determinados grupos (Billig, 1985; Devine & Sharp, 2009) que são reforçados nos processos de socialização (Brown, 2010; Crochík, 2006). Podemos afirmar que o posicionamento do indivíduo relativamente aos grupos a que pertence e aos que são externos a si, tem uma longa tradição de investigação, sendo central a abordagem a teorias como a da Identidade Social (TIS; Tajfel, 1978; Tajfel & Turner, 1979) e a da Auto-Categorização (Turner, 1987).

⁹ Esta perspetiva assenta essencialmente na teoria da evolução de Darwin que postula que se um traço foi conservado pela evolução significa que é adaptativo. Neste quadro, as emoções, do ponto de vista psicofisiológico e expressivo, assumem a função de garantir ao indivíduo a sua sobrevivência e motivar comportamentos adaptativos (Belzung, 2010). Esta perspetiva acrescenta ainda que as avaliações que o indivíduo faz do ambiente em redor são efetuadas em função de temas evolutivamente significativos, ou seja, que permitam dar resposta aos desafios que este proporciona (Tapias et al., 2007; para revisão ver Izard, 2009).

Fundamentalmente, estas interessam-se pelos efeitos autónomos que os “aspectos subjetivos da pertença podem ter nos comportamentos intergrupais” (Licata, 2007, citado por Valentim, 2008, p.112). Estas pressupõem que as categorias sociais a que cada indivíduo pensa pertencer geram informação sobre o que cada um é, e neste contexto as comparações intergrupais são regidas por um princípio motivacional que visa assegurar uma identidade social positiva (Tajfel & Turner, 1979).

Segundo a TIS os indivíduos categorizam-se a si e aos outros como pertencentes a diferentes grupos sociais, sendo a capacidade de diferenciar grupos, suficiente para produzir preconceito (e.g., Hogg, 2006; Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971; Tajfel, 1978; Wilder; 1981; Zárate, 2009; para uma revisão ver Hornsey, 2008). Esta diferenciação é realizada através de três processos interligados entre si: a categorização social, a identidade social e a comparação social. Estes dois últimos processos encontram-se ligados ao primeiro uma vez que, é através da comparação que um indivíduo faz entre si e os outros que se vai identificando com os seus semelhantes e que constrói a sua identidade e o seu autoconceito, em função da sua posição no sistema de categorização social (Turner, Brown & Tajfel, 1979). Assim, se o resultado dessa comparação for favorável ao endogrupo, a identidade social será positiva, caso seja desfavorável, a identidade social será negativa. Esta teoria postula, ainda, que a única forma de atribuir valor ao seu próprio grupo é através da comparação com outros grupos (e.g., Tajfel, 1982). Deste modo, segundo a TIS, os indivíduos tendem a favorecer, através de uma diferenciação positiva, e a preferir os membros do endogrupo, relativamente a membros do exogrupo, sendo este processo denominado de favoritismo endogrupal (e.g., Tajfel, 1983).

Neste contexto, o processo de auto-categorização (i.e., o processo pelo qual um dado indivíduo se percebe como membro de determinado grupo social; Turner et al., 1987) assume um papel central, uma vez que produz uma saliência do grupo de pertença, o que, por sua vez, condiciona a forma como é percebida a informação que tem significado para o indivíduo enquanto membro desse grupo (Smith, 1993).

Consistentemente, a investigação tem focado as consequências negativas do processo de categorização intergrupar e evidenciado a sua relação com a formação do preconceito (e.g., Hamilton, 1981; Hamilton & Sherman, 1994; para revisão ver Park & Judd, 2005). Vários autores evidenciam a tendência natural que o ser humano tem para categorizar (Allport, 1979; Augoustinos et al, 2006; Stangor, 2009), considerando que este é um dos motivos pelos quais é tão complexo alterar crenças e sentimentos que o indivíduo desenvolve relativamente aos outros. Assim, os grupos sociais que apresentam maiores contrastes (sociais e culturais)

relativamente aos grupos majoritários tendem a ser alvo de preconceito com maior frequência (Magano, 2008), como é o caso da comunidade cigana. Os seus membros preservam um conjunto de valores¹⁰ que favorecem o reforço da sua identidade enquanto grupo que os diferencia dos demais grupos, sendo esta diferença reforçada pelo afastamento que têm do grupo majoritário provocada quer pela sua própria reserva em estabelecer contatos, quer pelo ostracismo de que têm sido alvo (Nata, 2007).

3.2. Preconceito e ativação emocional: perspetivas.

Com base na premissa de que a distinção entre *nós* e os *outros* implica o reconhecimento de uma diferença e essa diferença nunca é neutra, dado que pode provocar repulsa, receio, inquietação ou atração (Memmi, 1993; Taguieff, 1997), a investigação tem dedicado uma atenção especial ao papel que as emoções têm nas relações intergrupais (Mackie & Smith, 2003; Tapias et al., 2007), podendo destacar-se duas perspetivas teóricas a este respeito.

A primeira, que tem sido amplamente explorada, defende que a perceção dos grupos e os estereótipos a si associados desencadeiam respostas emocionais (e.g., Cottrell & Neuberg, 2005, Fiske, Cuddy, & Glick, 2002; Fiske, Harris, Lee & Russel, 2009; Smith, Seger, & Mackie, 2007). Perante determinado alvo, o indivíduo tende a avaliá-lo com base na experiência emocional a si relacionada (Schwarz & Clore, 1983; Schwarz & Clore, 2003). Esta perspetiva acentua a ideia de que o afeto condiciona a forma como são estabelecidas as relações intergrupais, sendo várias as evidências de que as respostas emocionais são os preditores mais consistentes das atitudes e da distância social relativamente a grupos estigmatizados socialmente (e.g., negros e homossexuais) (Stangor, Sullivan, & Ford, 1991). As emoções são consideradas respostas a avaliações do ambiente¹¹ (Frijda, Kuipers, &

¹⁰ Os ciganos enquanto grupo coletivo regem-se por valores como a tradição, o dialeto, a valorização da idade e da experiência como princípios estruturantes do status, o respeito e o culto que consagram aos seus mortos, a coesão e a diferenciação assumida face aos não ciganos, o valor da palavra dada, a ideia do presente, a proteção das crianças e a solidariedade (Dias, Alves, Valente & Aires, 2006; Montenegro, 2012).

¹¹ Esta premissa tem encontrado suporte teórico em várias perspetivas, sendo um exemplo a perspetiva “*feeling is information*” que tem vindo a demonstrar que o afeto influencia a forma como são feitas as avaliações pelo indivíduo e consequentemente as suas atitudes, uma vez que proporciona informações sobre a situação atual (Schwarz, 2010).

Schure, 1989) e são efetuadas com base em critérios evolutivamente significativos¹², mas também socialmente relevantes (e.g., injustiça; Haidt, 2003). Assim, os indivíduos tendem a desencadear uma resposta emocional concordante com a apreciação efetuada ao exogrupo.

Neste contexto, importa destacar Cottrell e Neuberg (2005) que evidenciaram que as avaliações que produzem uma percepção de ameaça, ou seja, quando o exogrupo é considerado como uma ameaça à sua integridade, este tende a demonstrar emoções negativas em relação ao mesmo. Recentemente Kuppens e Yzerbyt (2012) verificaram que o tipo de identidade que se encontra saliente despoleta, também emoções distintas perante diferentes exogrupos. Ainda relativamente a esta perspetiva, importa referir a amplamente estudada Teoria das Emoções Intergrupais (Mackie, Smith, & Ray, 2008). Esta teoria postula que quando as pessoas se definem como membros de um grupo social, reagem aos vários estímulos da realidade envolvente conforme a sua relevância para esse grupo (Tajfel & Turner, 1986). Neste sentido, “emoções intergrupais” são as emoções que os indivíduos experienciam enquanto membros de um dado grupo social. Assim, as pessoas podem experienciar emoções diferentes dependendo se o foco de análise se centra em si próprio ou em si enquanto membro de determinado grupo. Sendo a avaliação do ambiente feita com base na distinção entre o que poderá ser benéfico ou não para o seu grupo. Caso os outros grupos representem um impacto negativo para o bem-estar do primeiro desenvolvem-se, então, emoções negativas, tais como ansiedade, raiva e culpa (Mackie, et al., 2008).

A segunda perspetiva refere-se à linha de investigação que defende que os estados emocionais dos indivíduos no momento da existência de contatos intergrupais influenciam a avaliação que é feita dos grupos sociais. Neste contexto, tem sido explorado o papel que as emoções assumem na expressão de atitudes negativas ou positivas em relação aos exogrupos (Fiske, 1998). Por exemplo, a raiva e a felicidade são habitualmente referenciadas como contribuindo para melhorar o processamento de informação social que, por sua vez, agrava julgamentos estereotipados dos grupos externos. Enquanto a tristeza tem sido relacionada com o processamento sistemático de informações que por sua vez, diminui julgamentos estereotipados (para revisão ver DeSteno, Dasgupta, Bartlett, & Caidric, 2004). Também os avanços nas neurociências têm proporcionado resultados que permitem suportar esta perspetiva, tendo sido identificado que as estruturas subcorticais envolvidas em avaliações

¹² Critérios evolutivamente significativos são todos os aspetos relacionados com a sobrevivência do indivíduo e que foram filogeneticamente (i.e., relacionados com a evolução da espécie) conservados no sentido de auxiliar a proteção do indivíduo (Tapias et al., 2007).

automáticas dos grupos sociais se encontram mutuamente ligadas com as regiões corticais e subcorticais do cérebro envolvidas na experiência de emoção (Ochsner, Bunge, Gross, & Gabrieli, 2002; Phelps, Stanley & Banaji, 2008; Phelps et al., 2000). Tais caminhos recíprocos sugerem não só que as avaliações automáticas de certos estímulos podem desencadear a emoção, mas também que o estado emocional existente pode influenciar as avaliações subsequentes (DeSteno et al., 2004; Neuberg & Cottrell, 2002). Também o modelo Affect Infusion Model (AMI), sugere que os indivíduos são seletivos na forma como processam a informação relacionada com os julgamentos sociais, sendo esta diretamente afetada pelos seus estados emocionais (Forgas, 1995).

4. Variáveis que contribuem para a redução do preconceito

É consensual na literatura que para reduzir o preconceito é necessário atuar em várias “frentes” (e.g. Pedersen, Walker, Paradies, & Guerin, 2011; Sritharan & Gawronski, 2010). Neste sentido, a vasta literatura nesta área tem evidenciado diversos atores e cenários sociais que assumem um papel importantíssimo na redução do preconceito, podendo ser destacado a nível mais macro as políticas sociais (e.g., Duckitt, 2001, Sullivan & Transue, 1999) e as normas igualitárias que assumem um papel de relevância na manutenção do preconceito (e.g., Pereira & Vala, 2007). No entanto, centraremos a nossa abordagem a um nível mais micro, com um foco mais direcionado nas abordagens que têm como cerne o indivíduo e as relações intergrupais, e que se fundamentam na premissa de que é possível reduzir o preconceito através de variáveis relacionadas com a mudança de atitudes (Gaertner & Dovidio, 2000).

Estudos clássicos têm destacado consistentemente um conjunto de variáveis que reportam efeitos na redução do preconceito sendo uma das mais estudadas a célebre *hipótese de contacto*. Esta centra-se na premissa de que a melhor forma de reduzir a hostilidade entre grupos é colocá-los em contacto tendo em conta um conjunto de condicionantes situacionais¹³, que promovam a sua colaboração no sentido de atingirem uma mesma finalidade, facilitando, assim, o aumento da perceção de semelhanças entre os mesmos

¹³ As quatro condicionantes situacionais em que os contactos intergrupais devem assentar são as seguintes: (1) quadro de apoio social e institucional que promova medidas que estimulem o contacto; (2) nível suficiente de duração, frequência e proximidade para permitir o desenvolvimento de relações significativas entre membros dos grupos em contacto; (3) garantir um contacto, na medida do possível, com níveis de estatuto semelhante entre os participantes e (4) os contactos intergrupais devem traduzir-se numa tarefa de cooperação para atingir um objetivo percebido como desejável para ambos os grupos. (Brown, 2010).

(Allport, 1979; Dovidio, Gaertner, & Kawakami 2003; Brown, 2010; para uma revisão ver Pettigrew & Tropp, 2006). Também as variáveis relacionadas com a capacidade de tomar o ponto de vista do outro (i.e. *perspective taking* (componente cognitiva) e empatia (componente emocional)) têm sido amplamente exploradas. Neste campo, autores como Batson et al., (1997), Pettigrew (1997) e Vescio, Sechrist & Paolucci (2003) têm consistentemente demonstrado que a utilização de instruções que encorajam o participante a focar a sua atenção no outro (sendo este um elemento pertencente a um grupo estigmatizado, e.g., mulher com sida; Batson et al., (1997) ou jovem afro-americano (Vescio, Sechrist & Paolucci, 2003)), comparativamente com os participantes que são incentivados a focarem-se no objetivo da tarefa, tem contribuído para o desenvolvimento de uma atitude mais favorável em relação ao exogrupo. Esta linha de investigação têm dado enfoque à relação que a variável “*perspective taking*” tem com os mecanismos afetivos, nomeadamente com a empatia emocional, e como estas podem contribuir para melhorar as atitudes intergrupais, mesmo quando se verifica a presença de estereótipos muito enraizados (Vescio, Sechrist & Paolucci, 2003).

Uma vez que consistentemente o preconceito e os estereótipos se encontram correlacionados, como referido anteriormente, com algumas variáveis que atuam ao nível cognitivo, têm sido exploradas no domínio da redução do preconceito, como é o caso, por exemplo, da anulação da informação estereotípica. Por exemplo, Wittenbrink e colaboradores (2001), num primeiro estudo, mostraram que as atitudes implícitas dos participantes relativamente aos afro-americanos variavam de acordo com a exposição a uma situação estereotípica positiva (churrasco em família) ou negativa (incidente entre gangs). No segundo estudo, demonstraram que a reação afetiva dos participantes em relação um indivíduo afro-americano foi mais positiva quando este surgia em frente a uma igreja do que quando surgia num canto de uma rua. Assim, demonstraram que a ativação estereotípica e o preconceito também depende do contexto no qual o estímulo-primo se encontra, bastando uma subtil manipulação do contexto para que fossem geradas reações automáticas distintas relativamente aos afro-americanos. No contexto Português, de destacar as evidências preliminares que o tipo de informação prestada aos participantes relativamente a membros de exogrupos demonstrou na mudança de atitudes raciais (Dias, Ferrer & Rigla, 1997).

Uma longa tradição de investigação tem-se dedicado a identificar variáveis que atuam no processo de categorização (para revisão ver Park & Judd, 2005), uma vez que, tal como referido anteriormente, este tem sido recorrentemente considerado um dos aspetos que está na base do preconceito, sendo assim dada ênfase à necessidade de eliminação das fronteiras entre

grupos (e.g., Deffenbacher, Park, Judd, & Correll, 2009). A categorização cruzada é um exemplo de uma das variáveis observadas, tendo o estudo inicial de Deschamps e Doise (1978) demonstrado que a categorização simultânea em duas categorias (neste caso, género e idade) reduzia a discriminação intergrupar, enquanto que a categorização simples a mantinha. Apesar deste estudo ter sido aperfeiçoado e largamente replicado (e.g. Crisp & Hewstone, 2000; Vanbeselaere, 1987; Urban & Miller, 1998) nenhuma das investigações revelou simultaneamente impacto na intensidade da categorização e no preconceito intergrupar (Vescio, Judd, & Kwan, 2004). Neste campo, também a descategorização¹⁴ e a recategorização¹⁵, têm sido consideradas como tendo um contributo na diminuição do preconceito uma vez que sustentam uma visão diferenciada do exogrupo. Quer pela desvalorização da categoria (i.e. o indivíduo é visto como indivíduo e não como negro ou cigano, por exemplo), quer pelo incentivo a uma visão cujo foco sejam pontos comuns partilhados (i.e., através da interdependência cooperativa os membros de grupos separados poderem ver-se como membros de um único grupo) (Gaertner, Dovidio, Nier, Ward, & Banker., 1999). Estes modelos partilham a abordagem comum de que a minimização das fronteiras que estruturam os indivíduos em grupos distintos tem um impacto significativo na redução do preconceito. No contexto Português de salientar as evidências demonstradas acerca da eficácia da descategorização e da recategorização na redução do favoritismo endogrupal e no desenvolvimento de mecanismos de atracção pelo exogrupo (Rebelo & Monteiro, 2002). No entanto, esta perspectiva apesar de ser bastante relevante porque cria oportunidades para que os indivíduos desenvolvam relações interpessoais fora das fronteiras geralmente construídas pelos diversos níveis de categorização (Houlette et al. (2004) citado por Santos, 2006) tem sido considerada como “difícil de gerir em contextos sociais e políticos com cargas sociais simbólicas fortes” (Vala, 2003, p. 57). Alguns autores consideram-nas ainda como questionáveis pelo fato de, por um lado, a categorização ter um papel funcional e organizativo fundamental para uma vivência em sociedade e a alteração das categorias previamente estabelecidas não trazer nenhuma vantagem direta. Por outro lado, porque para alguns grupos o abandono da categoria habitual (e.g. etnia) não é desejável (Park & Judd, 2005). Sendo,

¹⁴ Processo que incentiva para que os membros de diferentes grupos sejam percebidos apenas enquanto indivíduos, eliminando a utilidade funcional da categoria, levando a uma redução dos sentimentos negativos intergrupais (Brewer & Miller, 1984).

¹⁵ Processo de unificação das categorias, ou seja, promoção da ideia de que o indivíduo pertence a um grupo maior ou a uma categoria supra-ordenada comum a dois ou mais subgrupos (Gaertner et al., 1989).

assim, consideradas como pouco realistas, uma vez que se baseiam numa perspectiva insustentável já que não é possível “fingir que as diferenças entre grupos étnicos não existem” (p. 126.). Estes autores destacam ainda o multiculturalismo como uma variável que pode ter impacto na redução do preconceito, uma vez que se baseia na premissa de que as diferenças grupais são importantes para tornar as sociedades mais resistentes e sinérgicas e que mesmo dentro de grupos, cujas características são bastante acentuadas, existe variabilidade individual (Park & Judd, 2005; para uma revisão ver Correll, Park & Smith, 2008).

Recentemente, surgiram neste contexto, propostas menos exploradas, que têm encontrado suporte teórico nas evidências de que a ativação de *mindsets* (i.e. provocar uma alteração no tipo de atitude/mentalidade) influencia o processamento cognitivo (e.g. Gollwitzer, Heckhausen & Steller, 1990) e contribui para a redução dos estereótipos. Esta linha de investigação tem testado o papel da ativação da atitude “think different” (Sassenberg & Moskowitz, 2005) e explorado o impacto do pensamento abstrato (Napier & Dovidio, 2012).

Paralelamente, a literatura tem focalizado o papel que a ativação emocional tem na formação e expressão do preconceito, sendo consistentemente reforçada a premência de um foco acrescido e diferenciado na investigação ao nível das emoções (Fiske, Harris, Lee, & Russell, 2009), já que estas são consideradas determinantes na expressão ou supressão de atitudes e comportamentos preconceituosos (Vala, Brito & Lopes, 1999; Bodenhausen & Moreno, 2000). Podemos assim destacar a linha de investigação que tem dedicado a sua atenção ao impacto do afeto negativo (e.g., Bodenhausen, Sheppard & Kramer, 2006; Tropp & Pettigrew, 2004), onde tem sido testado o papel das diferentes emoções de valência negativa (principalmente raiva e tristeza) nos julgamentos sociais. No entanto, no estudo de variáveis emocionais é vulgar estas serem analisadas de forma compartimentada (e.g. DeSteno et al., 2004) e são ainda poucas as investigações que centram a sua atenção na globalidade do processo emocional (Paluck & Green, 2009). Apesar de existir um elevado número de evidências empíricas acerca da influência do autocontrolo (e.g., Amodio, Harmon-Jones, & Devine, 2003; Gailliot, Peruche, Plant, & Baumeister, 2008; Huntsinger Sinclair, & Clore, 2009; Legault & Green-Demers, 2012), não tem sido dada muita atenção ao impacto das estratégias de regulação emocional na redução do preconceito (Johnston, 2010; Plant & Devine, 2009).

Assim, tendo por base as seguintes premissas: (1) o ser humano avalia o “outro” através da utilização simultânea, ou não¹⁶, da informação proveniente dos sistemas emocionais e das cognições e (2) o preconceito é consequência dos estereótipos em relação ao exogrupo estando a sua redução articulada com a eliminação dos estereótipos (e.g., Johnston & Hewstone, 1992); colocam-se-nos, então, duas questões; (1) serão as evidências acerca do impacto da criatividade nos estereótipos suficientes para inferir o seu efeito no preconceito e dar continuidade à pesquisa nesta área e, por outro lado, (2) terá a regulação emocional um papel ativo ou passivo na forma como o ser humano coloca o “outro” numa dimensão avaliativa? Para permitir uma resposta mais conclusiva as estas questões focaremos de seguida a atenção nos constructos criatividade e regulação emocional.

4.1. Impacto da criatividade na redução do preconceito.

Para Charles e Samples (2004) o preconceito, frequentemente institucionalizado nas comunidades, pode ser diluído por uma mente aberta, sugerindo que a criatividade pode tornar a diferença construtiva ao estar associada a dimensões individuais como a abertura à experiência e o respeito pelas diferenças. A literatura tem evidenciado a necessidade de serem identificados mecanismos diferentes, que tenham como base a flexibilidade das atitudes relativamente a grupos sociais e estejam relacionados com mudanças nas associações automáticas que ligam determinados grupos a atributos específicos (Devine & Sharp, 2009). Neste sentido, a literatura começa a apontar para os contributos positivos de aspetos inerentes à criatividade na redução do preconceito (Flynn, 2005).

Das inúmeras definições de criatividade, podemos destacar a de Alencar (1993) que a define como a capacidade do indivíduo poder ver as coisas como todas as pessoas veem, mas com a capacidade de pensar de forma diferente sobre elas. Também na área das neurociências Kounios e colaboradores (2006) definem a criatividade como sendo a capacidade de reestruturar a própria compreensão de uma situação de uma forma não óbvia. A criatividade para além das múltiplas definições e possibilidades de aplicação, pode ser analisada enquanto traço ou estado ou apenas como processo definido pelos seus produtos (Csikszentmihalyi, 1990). A criatividade dos indivíduos é tipicamente o foco de paradigmas experimentais, estudos de caso, ou medida com base em questionários, sendo frequentemente

¹⁶ Dependendo da perspetiva dos teóricos na área das emoções é possível definir a sequencialidade ou simultaneidade dos processos (emocionais e cognitivos) (para uma revisão ver Clore & Ortony, 2008), no entanto tendo em conta os objetivos deste estudo não nos centraremos nestas perspetivas.

operacionalizada como uma característica de personalidade relativamente duradoura e estável em grande parte (Runco, 2004). Neste sentido, as maiores evidências na literatura referentes ao impacto da criatividade enquanto fator redutor do preconceito têm sido apresentadas mais ao nível de traço, nomeadamente numa característica de personalidade, a abertura à experiência (Flynn, 2005). No entanto, consideramos, ainda que, de forma incipiente, que o potencial da criatividade enquanto estado, que envolve usar o cérebro de maneira diferente, fazendo com que as informações percorram caminhos não usuais, olhando algo padronizado de uma maneira diferente (Kneller, 1978), possa ter um contributo na redução dos efeitos da categorização social que pode estar na base do preconceito. Já que “ser criativo implica por definição a tentativa de evitar as vias convencionais de pensamento e por conseguinte potenciar um afastamento das associações típicas” (Sassenberg & Moskowitz, 2005, p. 507).

Habitualmente, a criatividade enquanto estado, surge operacionalizada através de tarefas que incentivem ou estimulem o pensamento criativo, sendo frequente a realização de tarefas de “pensar fora da caixa”, ou seja, pensar de forma diferente. Assim, são frequentemente utilizadas tarefas que incentivem o pensamento divergente (i.e., capacidade de pensar e de explorar mentalmente várias soluções diferentes e inovadoras para o mesmo problema), contrariamente ao pensamento convergente (i.e. capacidade de elaborar soluções a partir dos conhecimentos, experiências e raciocínios lógicos, sendo orientado diretamente a uma única possibilidade correta de solução para determinado problema: certo ou errado) (Guilford (1956, 1977), citado por Lubart, 1994; para revisão ver Hennessey & Amabile, 2010). Neste contexto, é ainda destacada a influência que as instruções diretas (i.e., instrução para ser criativo), tem no desenvolvimento de habilidades de pensamento criativo (Guilford, 1967b; Torrance, 1963, citado por Fasko Jr., 2001).

Alicerçada às evidências provenientes da psicologia cognitiva, anteriormente referidas, mais recentemente a criatividade tem também sido operacionalizada através da ativação pelo contexto (i.e., *priming*¹⁷) ou através do pensamento abstrato (e.g., formulário que solicita ao participante a identificação de determinada ação como sendo abstrata ou concreta; Napier & Dovidio, 2012).

¹⁷ *Priming* (i.e., primação) termo utilizado para designar um processo automático de ativação de informação específica na mente. Esta informação é ativada por aquilo que o sujeito viu e vê e que por sua vez despoleta ativação de diferentes conceitos e acontecimentos que de alguma forma lhe estão associados (Garcia-Marques, 2005).

É neste contexto que surgem as evidências fundamentais para este trabalho, sendo, portanto, importante realçar a linha de investigação que se tem dedicado à ativação da atitude “*think different*”. No caso específico dos estereótipos esta vai incidir no evitamento de associações típicas relativamente a membros de determinado grupo, independentemente: da categoria social (e.g., associação entre ladrão e cigano); da necessidade de treino; e das motivações ou objetivos presentes na interação (Sassenberg & Moskowitz, 2005). Por exemplo, num conjunto de estudos, com desenho experimental intersujeitos, Sassenberg e Moskowitz (2005) pediram aos participantes que descrevessem três situações passadas onde tiveram de ser criativos (condição criatividade) e três situações onde tiveram de ser pensativos (condição de controlo). Os resultados indicaram que a ativação da atitude “*think different*” bloqueou as associações semânticas (i.e., estereótipos), mas não foram conclusivas no que se refere ao afeto associado às categorias sociais (i.e., preconceito). Similarmente também o recentíssimo trabalho de Napier e Dovidio (2012) aponta neste sentido: após um conjunto de três estudos os autores mostram que três simples intervenções destinadas a mudar a mentalidade dos indivíduos, através de uma tarefa de pensamento abstrato, foram eficazes para melhorar as suas atitudes, pelo menos temporariamente, relativamente a grupos sociais altamente estigmatizados (e.g., homossexuais e muçulmanos).

De facto estas duas investigações salientam a necessidade de dar continuidade à investigação no sentido de identificar de forma mais consistente os efeitos da primação da criatividade (Sassenberg & Moskowitz, 2005) e por outro lado de aferir resultados significativos acerca do seu papel relativamente a minorias étnicas (Napier & Dovidio, 2012).

4.2. Regulação emocional e preconceito.

A relação entre regulação emocional e preconceito tem sido descurada na literatura, sendo ainda poucas as abordagens que testam o impacto de variáveis emocionais na redução do preconceito (e.g., Desteno et al., 2004; Tapias et al., 2007; Walker & Smith, 2001).

Tal como referido, as emoções surgem quando um objecto-estímulo é avaliado pelo indivíduo como significativo, podendo ser ativadas automaticamente (LeDoux, 1995) ou após a atribuição de um significado (Fridja, 1988), funcionando como força ativadora da ação. Estas implicam um conjunto coordenado de mecanismos comportamentais, fisiológicos e experienciais que, influenciam a perceção da situação e a forma como o indivíduo implementa estratégias para lidar com a situação (Vaz, 2009). O aprofundamento da investigação na área das emoções levou ao questionamento sobre a forma como os indivíduos gerem as suas experiências emocionais, surgindo, então, o conceito de regulação emocional que pode ser

definido como um conjunto de processos através dos quais o indivíduo influencia as emoções que experiencia, o momento da sua ocorrência e a sua expressão (Gross, 1998; para revisão ver Koole, 2009). A regulação emocional assume um importante papel na forma como se relacionam os vários componentes do processo emocional¹⁸. O cerne da regulação emocional está na flexibilidade e capacidade de o indivíduo se conseguir ajustar às circunstâncias do momento pela modulação das suas emoções. Neste sentido, a regulação emocional pode envolver a diminuição das emoções negativas em circunstâncias em que determinada emoção deixa de ser útil, quando é ativada desnecessariamente por estímulos enganosos ou quando surge um conflito entre diferentes tendências de ação que são despoletadas (Gross, 1999). Por outro lado, a regulação emocional é também útil para a ativação das emoções ou para aumentar a sua intensidade quando é necessário impulsionar algum comportamento, ou ainda quando é necessário substituir experiências emocionais que se revelam desajustadas (Gross & Thompson, 2007). A capacidade de regulação emocional torna-se, assim, um processo essencial para o funcionamento adaptativo das emoções (Tamir & Mauss, 2011) e a sua ineficácia resultará em consequências emocionais, cognitivas e comportamentais que podem colocar em risco a capacidade do indivíduo se ajustar à situação (Garber & Dodge, 1991, citado por Cicchetti, Ackerman & Izard, 1995).

O aspeto estratégico de um processo de regulação emocional refere-se à forma como o objetivo é atingido (Koole, 2009), sendo possível encontrar na literatura inúmeras formas de enumerar as estratégias de regulação emocional. No entanto, a literatura preliminar que relaciona este conceito com o preconceito, tem adotado a divisão em duas estratégias principais, proposta por Gross e John (2003): (1) reavaliação cognitiva (i.e., interpretação das situações emocionais de forma a limitar a resposta emocional subsequente) e (2) supressão emocional (i.e., suprimir a expressão de uma emoção).

Uma vez que os indivíduos são diariamente confrontados com uma variedade de emoções diretamente induzidas pelas interações interpessoais, a capacidade de regula-las parece ser particularmente crítica no comportamento social (Lopes, Salovey, Cote, & Beers, 2005; Heatherton, 2011).

¹⁸ O processo emocional evidencia todos os componentes presentes numa experiência emocional. Após a perceção de um estímulo inicial, interno (e.g., memória episódica) ou externo (situação à qual o indivíduo dá atenção) desencadeia-se a emoção através de: (1) ativação fisiológica; (2) diferenciação emocional (atribuir significado à ativação); (3) regulação emocional; e (4) expressão emocional (Vaz, 2009).

No caso específico do preconceito, vários estudos têm demonstrado que mesmo em pessoas motivadas para não serem preconceituosas, as emoções negativas relativamente a membros de outros grupos continuam presentes (e.g., Cottrell & Neuberg, 2005). Neste sentido, pesquisas recentes tentam dar passos para perceber como os indivíduos podem regular estas emoções negativas e examinar se a regulação/controla das emoções relacionadas com o preconceito poderá servir para reduzir o mesmo (Burns, Isbell & Tyler, 2008; Johnston, 2010).

Conforme demonstraram, experimentalmente, Esses e Dovidio (2002), os participantes que concentraram a sua atenção nas emoções enquanto assistiram a um vídeo sobre discriminação apresentaram maior disposição para um contato futuro com negros, comparativamente ao grupo de controlo. Com uma incisão mais direta no campo da regulação emocional, Burns, Isbell & Tyler (2008) testaram a hipótese de que a supressão emocional (condição experimental) aumentaria a manifestação de desejo de contacto intergrupala de participantes mais preconceituosos, comparativamente à condição de controlo. Os seus resultados apontaram para um impacto significativo da supressão emocional nos participantes mais preconceituosos. Com base nas evidências que salientam que a estratégia de reavaliação cognitiva apresenta melhores resultados que a supressão emocional (e.g., Gross & Jonh, 2003), Johnston (2010) testou o impacto da reavaliação cognitiva na diminuição da raiva relativamente a homossexuais e negros, comparativamente à condição de supressão emocional e à condição de controlo. Os resultados encontrados têm um nível de significância baixa, no entanto os autores destacam as evidências de que existe uma correlação positiva significativa entre as estratégias de regulação emocional e o preconceito, destacando também diferenças significativas nas estratégias de regulação emocional em relação a diferentes alvos de preconceito (por etnia ou orientação sexual).

5. Medir o Preconceito

O preconceito, enquanto atitude, assume muitas formas e sendo uma temática, socialmente sensível (Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995), não existe uma medida única que permita captar este constructo multifacetado (Olson, 2009). Neste sentido, tem constituído um desafio para os investigadores a dois níveis: por um lado, no que se refere à

consensualidade acerca da estabilidade das atitudes¹⁹ e por outro lado no que se refere à forma de aceder às mesmas.

Assim, a investigação tem produzido inúmeras medidas, sendo estas habitualmente agrupadas em duas grandes categorias: medidas explícitas, ou seja através de auto-relato, que é controlado pelo sujeito, e medidas implícitas que tentam aceder a associações implícitas, uma vez que são aquelas que são automáticas e espontâneas, e que estão fora do controlo consciente do indivíduo (Fazio & Olson, 2003; Houwer & Moors, 2010; para revisão ver Olson, 2009).

As medidas explícitas têm dominado a literatura sendo amplamente exploradas no campo da Psicologia Social (Gawronski & Bodenhausen, 2007; Maio & Haddock, 2010) e têm-se centrado essencialmente em apresentar ao sujeito um conjunto de itens que lhe permitem relatar as suas atitudes em relação a determinado grupo social (e.g., indicando a concordância ou não com aspetos sociais relacionados a determinado grupo através de uma escala tipo likert, por exemplo, a Escala de Racismo Moderno (McConahay, Hardee, & Batts, 1981)). Neste contexto, têm ainda sido aplicadas medidas que dirigem a sua atenção para fenómenos como a distância social (i.e., a manifestação de desejo de proximidade relativamente a determinado grupo) (e.g. Bogardus, 1959 citado por Olson, 2009; Pettigrew & Meertens, 1995). Por fim, uma vasta linha de investigação tem investido na aplicação de instrumentos relacionados com os estados emocionais que determinado sujeito sente relativamente ao exogrupo (i.e., escalas de expressão emocional, e.g., Djiker (1897); ou “*felling thermometer*” e.g., Mackie & Smith, 2003).

No entanto, este tipo de medidas, podem ser mais facilmente contaminadas por enviesamentos inerentes, por um lado, à capacidade do indivíduo controlar as respostas referentes às suas atitudes e comportamentos, e verificar-se uma distorção do auto-relato, por

¹⁹ A literatura destaca duas perspetivas antagónicas acerca da estabilidade das atitudes, de um lado os autores que as consideram como entidades estáveis na memória (e.g. Petty, Brinol, & DeMarree, 2007; Visser & Mirabile, 2004); e do outro os que as consideram como sensíveis ao contexto (i.e., mutáveis em função do contexto onde são ativadas). Existindo ainda uma multiplicidade de outras perspetivas que não se posicionam nos extremos e que embora as considerem como entidades estáveis aceitam a possibilidade destas serem sensíveis ao contexto (e.g., Cunningham, Zelazo, Packer, & van Bavel, 2007; Schwarz, 2007, 2008) (para revisão ver Bohner & Dickel, 2011; Crano & Prislin, 2008). Neste contexto, têm sido destacados alguns fatores que podem interferir na mudança de atitudes, como é o caso de pistas existentes no contexto social, o estado de espírito do indivíduo, os seus pensamentos e sentimentos no momento e as suas expectativas (ver Prada, 2010).

exemplo, em função das normas sociais vigentes (Plant & Devine, 2001; Hebl, Foster, Mannix, & Dovidio, 2002; King, Shapiro, Hebl, Singletary, & Turner, 2006; Lima et al., 2006). E por outro lado, pelo fato dos indivíduos, por vezes, não terem consciência das suas respostas negativas relativamente a membros do exogrupo, conforme comprovam estudos clássicos como o de Devine (1989). Sendo, por isso, fulcral a utilização de medidas diversificadas que possam atuar de forma complementar. Por exemplo, Dovidio e colaboradores (1997) verificaram que, numa tarefa de classificação de adjetivos positivos e negativos, participantes de raça branca que tinham sido expostos subliminarmente a uma face branca classificavam mais rapidamente os adjetivos positivos, do que um grupo equivalente de participantes que haviam sido expostos a uma face negra. A destacar, dois resultados importantes deste estudo: (1) as pontuações na medida implícita não se encontravam correlacionadas com as pontuações da medida de auto-relato (Escala de Racismo Moderno) e (2) apenas 3% dos participantes manifestaram ter consciência das imagens subliminares (citado por Cameira, Seródio, Pinto, & Marques, 2002, p. 603). Este tipo enviesamentos tem desafiado os investigadores a encontrarem formas de aceder diretamente às respostas efetivas dos participantes, tentando contornar o facto de estes, com frequência, sustentarem atitudes mais preconceituosas do que estão dispostos a relatar (Payne & Gawronski, 2010, Amodio & Mendoza, 2010).

Assim, tem-se verificado um enorme investimento na aplicação de medidas implícitas, sendo testados alguns paradigmas fundamentados na premissa de que as atitudes são associações na memória entre um objeto e a sua avaliação, variando estas em relação à força que possuem (Fazio et al., 1995; Fazio, 2001). Desta forma, conforme referido, o que vimos e vemos ativa informação específica na nossa mente, o que por sua vez despoleta a ativação de diferentes conceitos e acontecimentos que de alguma forma lhe estão associados (Garcia-Marques, 2005). Este processo denomina-se de primação e representa o fenómeno cognitivo que ocorre quando um estímulo prévio ativa conceitos relacionados na memória, reduzindo o tempo necessário para sua identificação (Petty, Fazio & Briñol, 2009). Um dos paradigmas experimentais com maior aplicação a nível da medição de atitudes é o paradigma de primação afetiva (Fazio et al, 1986). Este caracteriza-se pelo impacto da ativação de valência afetiva (bom-mau; positivo-negativo) de um estímulo-primário no comportamento subsequente do indivíduo (Fazio, Sanbonmatsu, Powell, & Kardes, 1986), tendo sido adaptado do paradigma de primação semântica (para revisão ver Neely, 1991). O paradigma centra-se apresentação sequencial de pares de palavras (estímulo primário e alvo, respetivamente), sendo o participante instruído para responder apenas ao segundo estímulo. O padrão geral de dados sugere que o

desempenho é facilitado quando estes partilham valência afetiva (e.g., “bebé” e “felicidade”) comparativamente a uma situação de incongruência (e.g., “caixão” e “amor”). Posteriormente o paradigma foi adaptado com vista a aceder de forma indireta às atitudes dos participantes brancos (vs. negros) face a negros (vs. brancos). Neste caso, os estímulos-primos eram fotografias de brancos e de negros, uma vez que imagens expressam contextos que podem incluir conteúdos afetivos e interferir no tipo de processamento dos indivíduos (Fazio, 2001), sendo os alvos palavras claramente positivas (e.g., “atraente”, “simpático” e “maravilhoso”) ou negativas (e.g., “chato”, “nojento” e “ofensivo”). Note-se que aqui a atitude face aos primos (estímulos raciais) é inferida pelo tempo de resposta aos alvos, prevendo um tempo de resposta mais elevado quando não existe congruência entre o estímulo-primos e o alvo apresentado. De facto, observou-se que os participantes eram mais rápidos na avaliação de palavras positivas quando precedidas por faces brancas e de palavras negativas quando precedidas por faces negras. Tal padrão é interpretado como sugerindo que os participantes brancos, em termos médios, possuem atitudes negativas face a negros. Os tempos de resposta dos participantes negros evidenciaram o enviesamento contrário, ou seja, os ensaios congruentes seriam quando faces negras precediam palavras positivas e faces brancas palavras negativas (para revisão ver Prada & Domingos, no prelo).

Em resumo, o preconceito tem sido recorrentemente definido como uma atitude e têm sido várias as abordagens que exploram formas para reduzir ou eliminar as atitudes negativas que são despoletadas em relação ao exogrupo. Estas manifestações, que muitas vezes se apresentam como reações emocionais à diferença (Crochík, 2006) podem ser motivadas quer pelos processos de categorização, quer pela ativação emocional e surgem, principalmente, quando o exogrupo apresenta maiores contrastes em relação ao grupo maioritário, tal como é o caso da comunidade cigana (Nata, 2007; Magano, 2008). A investigação tem-se dedicado a explorar variáveis que atuem na redução do preconceito, como é o caso da hipótese de contato (e.g., Allport, 1979; Dovidio & Gaertner, 1999; Brown, 2010), da empatia (Batson et al, 1997; Pettigrew, 1997; Vescio, Sechrist & Paolucci, 2003), das normas igualitárias (Vala e Lima, 2008), da desconfirmação da informação estereotípica (Wittenbrink et al., 2001), do afeto negativo (Bodenhausen, Sheppard & Kramer, 2006; Tropp & Pettigrew, 2004) e do autocontrolo (Amodio, Harmon-Jones, & Devine, 2003; Gailliot, Peruche, Plant, & Baumeister, 2008; Huntsinger Sinclair, & Clore, 2009; Legault & Green-Demers, 2012; Monteith, 1993; Plant & Devine, 2009).

Tendo em conta a revisão da literatura efetuada, conclui-se que os investigadores têm ainda um longo caminho a percorrer para demonstrar formas mais eficazes para reduzir o preconceito (Paluck & Green, 2009). Neste sentido, é premente levar a cabo estudos que permitam testar o impacto de variáveis menos observadas e que possam deste modo contribuir para reduzir esta lacuna. Na tentativa de contribuir para ampliar o reduzido leque de investigações dedicadas ao preconceito dirigido à comunidade cigana no contexto português destacámos duas variáveis cuja observação tem sido menos explorada, mas que apresentam evidências promissoras: a criatividade e a regulação emocional (Figura 1). Tendo por base as conclusões retiradas por Sassenberg e Moskowitz (2005) que demonstraram o papel positivo que a criatividade pode ter na redução da ativação automática do estereótipo e as hipóteses comprovadas por Johnston (2010) que revelaram uma contribuição positiva de um elevado nível de regulação emocional para a redução do preconceito.

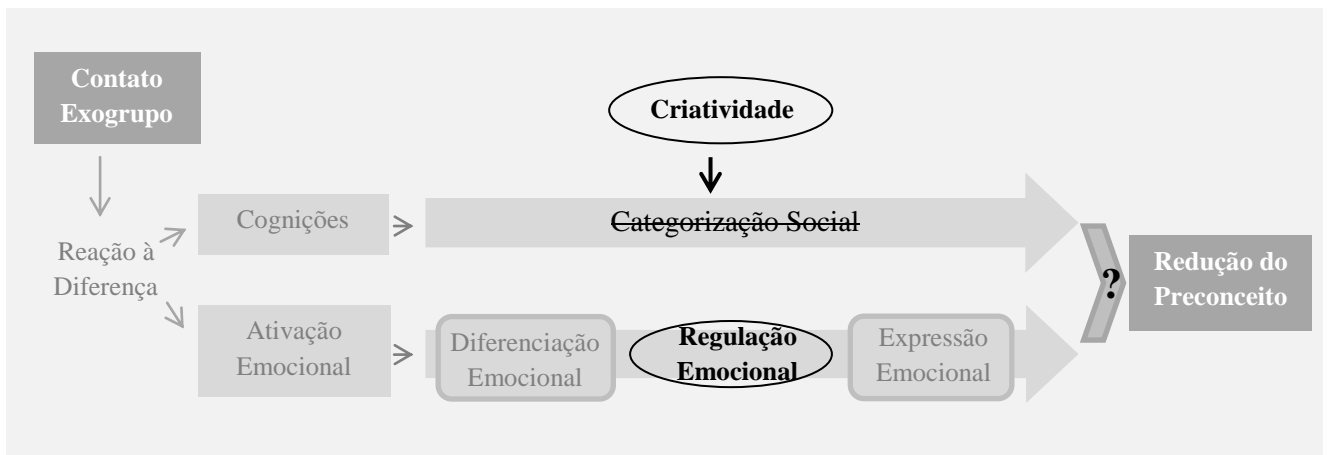


Figura 1. Relação das variáveis criatividade e regulação emocional com redução do preconceito.

6. Objetivos e Hipóteses

Pelo anteriormente exposto, para este estudo experimental foram delineados os seguintes objetivos:

- (1) Averiguar em que medida a criatividade tem um papel na redução do preconceito;
- (2) Testar o papel moderador da regulação emocional na relação entre criatividade e preconceito.

Tendo em consideração os objetivos propostos, foram consideradas as seguintes hipóteses:

H1 – espera-se que os participantes da condição com criatividade, por comparação com os participantes da condição sem criatividade e controlo, expressem menor preconceito em relação a alvos ciganos.

H2 – espera-se que H1 se verifique para os participantes com elevada regulação emocional, mas não para os de baixa regulação emocional.

H3 – espera-se que os participantes da condição com criatividade apresentem níveis inferiores de ativação automática do preconceito relativamente a alvos ciganos, comparativamente com os participantes da condição sem criatividade e controlo.

Capítulo II. Estudos Empíricos

Por forma à dar resposta aos objetivos delineados para esta investigação realizaram-se dois estudos, sendo o primeiro referente ao pré-teste das fotografias a ser utilizadas na investigação experimental (estudo 2) que permitiu testar as variáveis em observação.

Estudo 1

Método

O estudo 1 (pré-teste) teve por objetivos testar um conjunto de fotografias de alvos ciganos e lusos, de ambos os sexos, por forma a garantir que as mesmas são representativas dos dois grupos em questão e, por outro lado, controlar os níveis de atratividade das mesmas.

Participantes

Participaram, voluntariamente, 34 estudantes do ensino superior, com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos (91, 2% do sexo feminino) que se encontravam a frequentar o terceiro ano do Curso de Psicologia.

Material e Procedimento

Para a realização deste pré-teste, foram recolhidas quarenta e quatro fotografias de homens e mulheres lusos(as) e ciganos(as), recorrendo à colaboração de alguns voluntários que se disponibilizaram a ser fotografados e ao apoio de associações ligadas à comunidade cigana, nomeadamente a AMUCIP²⁰ e a ACMET²¹ que cederam e autorizaram a utilização de um conjunto de fotografias de elementos da sua comunidade. Contámos ainda com a colaboração da investigadora Mariana Miranda²², que cedeu algumas fotografias resultantes dos seus estudos anteriores. De forma a tentar eliminar diferenças em atratividade instruímos os voluntários a mostrarem uma expressão neutra e das fotografias cedidas apenas utilizámos as que apresentavam também uma expressão neutra. O material recolhido foi editado recorrendo ao software *Gimp2*, sendo as fotografias a cores, com uma resolução de 640 x 480, colocadas sobre um fundo branco e com o mesmo tipo de vestuário (camisola preta).

²⁰ AMUCIP - Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesa.

²¹ ACMET – Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e Minorias Étnicas do Médio Tejo.

²² Investigadora do ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Foram criadas duas apresentações no software *Microsoft Power Point 2010*, sendo que cada uma delas foi apresentada a dois grupos de alunos, de duas turmas diferentes. Cada diapositivo continha uma fotografia centrada e que estava devidamente identificada com um número (de um a quarenta e quatro). A projeção das fotografias foi realizada em contexto de sala de aula, sendo a cada participante entregue um questionário individual em papel, com duas questões acerca de cada fotografia e que deveria ser preenchido à medida que as mesmas eram projetadas. Uma questão remetia para a “*etnicidade*”²³ e outra para a “*atratividade*” de cada uma das fotografias em questão. As fotografias ficavam presentes durante dez segundos, sendo precedidas de um ecrã branco, para que fosse possível a resposta do participante às duas questões. Cada fotografia foi classificada em relação a ambos os critérios numa escala tipo likert, de seis pontos, sendo a análise feita com base na afirmação “*Até que ponto considera esta pessoa...*”. No que se refere à “*etnicidade*” a escala de resposta ancorava nos seguintes extremos: 1 = “*Tipicamente Branca*” e o 6 = “*Tipicamente Cigana*”. Relativamente ao critério “*atratividade*” a escala de resposta ancorava nos extremos: 1 = “*Nada atrativa*” e 6 = “*Muito atrativa*”. A resposta às questões deveria ser assinalada com um X ou círculo em torno do algarismo que melhor correspondia à opinião do participante. Solicitou-se que após a resposta o participante virasse a folha no sentido de estar previamente preparado para a análise da fotografia seguinte. Cada apresentação expunha uma sequência diferente das mesmas fotografias por forma a controlar eventuais efeitos de ordem. Cada sessão de avaliação teve uma duração média de 15 minutos.

Resultados

Os dados obtidos são sumariados na Tabela 3 (Anexo A), sendo apresentadas as médias das avaliações em cada uma das escalas (*etnicidade* e *atratividade*) e respetivos desvios-padrão. A Tabela encontra-se ordenada pelo valor decrescente da média verificada na resposta à escala de *etnicidade*. Das quarenta e quatro fotografias apresentadas no pré-teste, foram escolhidas dezasseis fotografias das pessoas consideradas “*tipicamente brancas*” ($M_{etnicidade_lusos} = 1.97$; $DP = .27$) e dezasseis de pessoas consideradas “*tipicamente ciganas*”

²³ Entende-se por *etnicidade* a identificação de uma pessoa ou um grupo como pertencente a um grupo étnico, isto é, um grupo de pessoas que têm uma denominação, uma história e origem, mitos, religião e língua em comum (Hutchinson & Smith, 1996; Phinney, 1990).

($M_{eticidade_ciganos} = 3.40$; $DP = .40$). A seleção teve como base o critério de etnicidade, sendo escolhidas apenas as que obtiveram uma média igual ou superior a 3 e que cumulativamente apresentavam níveis de atratividade idênticos ($M_{atratividade_lusos} = 2.64$; $DP = .87$; $M_{atratividade_ciganos} = 2.92$; $DP = 1.12$).

Estudo 2

Delineamento experimental

Este estudo foi delineado por forma a testar as hipóteses relacionadas com o papel da criatividade e da regulação emocional na redução do preconceito, sendo para tal elaborado um delineamento intersujeitos com apenas um fator com 3 condições experimentais: Criatividade, Sem Criatividade e Grupo de Controlo.

Participantes

Participaram voluntariamente, mediante crédito parcial numa unidade curricular ou sorteio de voucher, 134 estudantes do ensino superior e politécnico, de ambos os sexos (83% do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos ($M = 26.34$, $DP = 8.45$), distribuídos aleatoriamente por uma de três condições experimentais: C1- condição com criatividade (N=53); C2- condição sem criatividade (N=51); C3- condição de controlo (N=30). Para efeitos de análise, foram considerados apenas 132 participantes devido a problemas técnicos na exportação dos dados de dois participantes.

Instrumentos

Para medir o preconceito recorreu-se a um conjunto de medidas implícitas e explícitas que têm sido amplamente utilizadas em estudos na área do preconceito (e.g., Devine, 1989; Fazio et al., 1995; Pereira, Torres, Pereira & Falcão, 2011; Santos et al., 2006; Swart, & Kibler, 1997).

No que se refere à medida implícita recorreremos ao paradigma de interferência de primazia afetiva (Fazio et al., 1986; para revisão ver Prada, 2010). Relativamente às medidas explícitas foram usadas as seguintes: Escala de Racismo Moderno (McConahay, Hardee, & Batts, 1981) sendo utilizada uma adaptação de Lima (2002); Escala de Rejeição à Proximidade /Intimidade (Pettigrew & Meertens, 1995), sendo utilizada uma adaptação da escala utilizada por Lacerda et al. (2002); Escala de Expressão Emocional (8 estados emocionais retirados do estudo de Dijkster (1987)). E por fim, uma escala referente à regulação emocional, aplicando o Questionário de Regulação Emocional (Gross & John, 2003) na sua

versão validada para a população portuguesa por Vaz (2009). De seguida, passaremos a descrever cada uma das medidas supracitadas.

Medida implícita - paradigma de interferência de primazia afetiva (Fazio et al., 1986, Prada, 2010).

Neste paradigma são apresentados sequencialmente dois estímulos valenciados. O estímulo-primo serve de contexto ao estímulo que deve ser avaliado (i.e., alvo) e prevê um tempo de resposta mais elevado quando não existe congruência afetiva entre o estímulo-primo e o estímulo-alvo. Neste estudo foram utilizados como estímulo-primo 16 fotografias de rostos de homens e mulheres lusos(as) e 16 fotografias de ciganos(as), com uma resolução de 640 x 480, colocadas sob um fundo branco e que surgiam de forma aleatória. As fotografias foram selecionadas no pré-teste descrito anteriormente, tendo por base os critérios de etnicidade e atratividade (ver estudo 1). No que se refere ao conjunto de estímulos-alvo (Anexo B), foi constituído por adjetivos de valência positiva (e.g. “interessante”) e negativa (e.g., “insuportável”) selecionados da listagem de adjetivos para uso enquanto estímulos verbais (Prada & Silva, 2008). Foram escolhidos 16 adjetivos de valência positiva ($M_{valência_positiva} = 6.60$; $DP = .14$) e 16 adjetivos de valência negativa ($M_{valência_negativa} = 1.56$; $DP = .17$). Nesta escolha foi ainda tido em conta o critério de familiaridade, sendo escolhidos os que apresentavam maior índice de familiaridade subjetiva²⁴ ($M_{familiaridade} = 5.54$; $DP = .85$).

Medidas explícitas.

Questionário de regulação emocional.

Com o objetivo de criar um método de avaliação das estratégias de regulação emocional, Gross e John (2003) desenvolveram o *Emotion Regulation Questionnaire* (ERQ) que foi validado e adaptado para a população portuguesa por Vaz (2009) e denominado de *Questionário de Regulação Emocional*. A escala apresenta 10 itens que se agrupam em dois fatores: Reavaliação Cognitiva (RC) (e.g., “Quando quero sentir mais emoções positivas (como alegria ou contentamento) mudo o que estou a pensar.”) e o segundo factor constituído por itens que avaliam a Supressão Emocional (SE) (ex., “Quando estou a sentir emoções

²⁴ A familiaridade subjetiva obtém-se a partir da avaliação dos indivíduos sobre o grau em que uma palavra lhes é familiar (e.g. Garcia-Marques, 2003). Esta expressa-se em escalas de medida ancorada em extremos onde o mais negativo representa fraca familiaridade e o mais positivo representa a “total” familiaridade com a palavra (Prada & Silva, 2008).

positivas tenho cuidado para não as expressar.”). As respostas são dadas numa escala tipo likert, de sete pontos, ancorada nos seguintes extremos: 1= “*discordo totalmente*” e 7= “*concordo totalmente*” (Anexo C1). Tal como referido, neste estudo foi usada a versão de Vaz (2009) uma vez que apresenta uma boa consistência interna ($\alpha = .76$ para a escala Reavaliação Cognitiva; $\alpha = .65$ para a escala Supressão Emocional).

No presente estudo os níveis de fidelidade encontrados podem ser considerados indicadores de uma consistência interna satisfatória (Maroco, 2007), uma vez que apresenta os seguintes valores de alfa de cronbach: $\alpha = .73$ para a escala de Reavaliação Cognitiva e $\alpha = .61$ para a Supressão Emocional. Para efeitos de análise serão consideradas as médias de cada um dos fatores.

Escala de racismo moderno.

Considerando as modificações que as formas de expressão do preconceito apresentam, foi desenvolvido por McConahay (1986; ver também McConahay, Hardee & Batts, 1981) um instrumento para mensurar o componente cognitivo das atitudes raciais subtis. No presente estudo foi utilizada a versão adotada por Lima (2002), mas alterando o alvo de preconceito; neste sentido, onde constava o alvo “*negros*” foi substituído por “*ciganos*”. Esta escala é constituída por sete itens (e.g.: “Os ciganos estão a tornar-se demasiado exigentes na sua luta pela igualdade.”), sendo cada um deles apresentado numa escala de tipo likert, de sete pontos, ancorada nos seguintes extremos: 1= “*discordo totalmente*” e 7= “*concordo totalmente*” (Anexo C2).

No presente estudo os níveis de fidelidade encontrados podem ser considerados indicadores de uma consistência interna satisfatória, uma vez que o alfa de cronbach apresentou o valor global de 0.66.

Escala de rejeição à proximidade.

Entendendo a rejeição à proximidade como uma manifestação da distância social desejada de um grupo para outro foi utilizada uma escala com dez itens que resulta da combinação de diferentes escalas. Assim, foram utilizados três itens da escala original de Pettigrew e Meertens (1995) (e.g. “Ter uma relação amorosa/intima com um(a) cigano(a)”); três itens da escala original de Lacerda, Pereira e Camino (2002) (e.g., “Ter um cigano como seu colega de trabalho.”), bem como quatro itens inspirados na literatura relacionada com o preconceito (e.g., “Ter uma família cigana a viver no seu prédio.”). Os participantes devem indicar o quanto se sentem ou sentiriam incomodados com cada uma das afirmações, tendo

por base uma escala tipo likert, de sete pontos com os seguintes extremos: 1= “*nada incomodado*” a 7= “*muitíssimo incomodado*” (Anexo C3). Relativamente à fidelidade desta escala, neste estudo apresenta uma elevada consistência interna ($\alpha = .92$) (Maroco, 2007).

Escala de expressão emocional.

Esta escala foi construída com base nas emoções positivas e negativas listadas no estudo elaborado por Dijker (1987). A escala utilizada neste estudo é, assim, composta por oito estados emocionais: quatro são positivos (atração, admiração, simpatia, curiosidade) e quatro negativos (ansiedade, medo, raiva e desprezo). Os participantes indicaram a frequência com que sentem essas emoções em relação a alvos de etnia cigana, no seu dia-a-dia, com base numa escala tipo likert, de sete pontos, ancorada nos seguintes extremos: 1= “nunca” e 7= “muitas vezes”(Anexo C4).

Foi feita uma recodificação das emoções negativas por forma a ser calculado um índice global de emoções para com o exogrupo, que corresponderia à média das emoções positivas e das emoções negativas (recodificadas). No entanto, após a análise da consistência interna ($\alpha = .568$), optou-se por retirar a emoção ansiedade, já que a sua interpretação como positiva ou negativa podia ser dúbia; ficando assim a escala com uma consistência interna satisfatória, uma vez que o alfa de cronbach apresentou o valor global de .64. Assim, para efeitos de análise, usou-se, então, este índice global, composto por quatro emoções positivas (atração, admiração, simpatia, curiosidade) e três emoções negativas (medo, desprezo e raiva) recodificadas.

Verificação da manipulação.

No sentido de verificar se a manipulação da criatividade foi eficaz, foram elaboradas três questões: (1) “Em que medida considera que este estudo foi interessante; (2) “Em que medida a tarefa em que participou exigiu que o seu grupo fosse criativo”; (3) “Em que medida considera que teve de ser criativo”. As respostas às três questões foram dadas numa escala de tipo likert de seis pontos: a primeira questão ancorava nos extremos 1= “*nada interessante*” e 6 = “*muito interessante*” e as duas restantes questões ancoravam nos extremos 1= “*nada criativo*” a 6 = “*muito criativo*” (Anexo C5).

Procedimento

O estudo decorreu entre os meses de Março a Junho de 2012 e foi conduzido no Laboratório de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE-IUL, bem como no Instituto Politécnico de Setúbal. O estudo apresentava dois momentos diferentes, realizados na mesma

sessão: (1) dinâmica de grupo e (2) tarefa no computador. Os participantes das condições “com criatividade” (C1) e “sem criatividade” (C2) participaram em ambos os momentos do estudo e os participantes do grupo de controlo não realizaram as tarefas do primeiro momento (Figura 2).

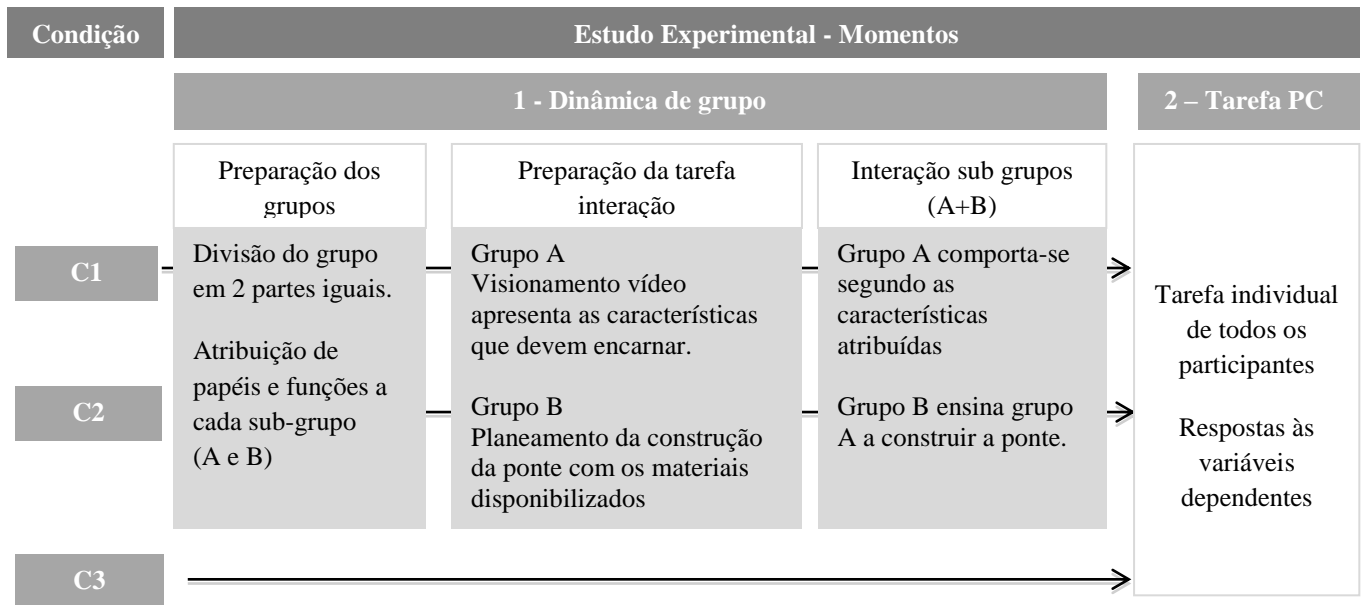


Figura 2. Organização das tarefas realizadas pelos participantes das três condições.

Para a realização do primeiro momento, em cada sessão, os participantes (C1 e C2) foram organizados em grupos de oito elementos. Sendo posteriormente divididos, de forma aleatória, em dois subgrupos A e B, de número igual, assumindo funções diferentes²⁵. Para que os participantes da C1 e C2, não relacionassem as experiências do primeiro momento com as medidas aplicadas no segundo momento (referentes às variáveis dependentes), os mesmos foram informados que tinham sido agregados dois estudos diferentes, sendo um referente à dinâmica de grupos (com a duração de 20 minutos) e outro denominado de avaliação do significado das palavras (com a duração de 10 minutos). Para cada grupo de oito participantes, independentemente da condição em que estavam, foram realizados os mesmos procedimentos iniciais e em todas as sessões de aplicação da experiência foram garantidas as mesmas condições, nomeadamente no que se refere ao número de espaços utilizados e ausência de ruído.

²⁵ O subgrupo A (N=48) assumiu a função de receber as instruções do subgrupo B (N=56), que por sua vez desempenhou a função de ensinar os participantes do subgrupo A.

Após a leitura e assinatura, por parte dos participantes, do consentimento informado referente ao primeiro estudo (Anexo D1). Os participantes foram informados que iriam realizar uma dinâmica de grupo relacionada com a construção de uma ponte, que continha um momento de interação para o qual seriam preparados em separado. Posteriormente, cada participante retirou de uma mesa um envelope que continha no seu exterior a letra referente ao grupo a que iria pertencer, ficando, desta forma, divididos em dois subgrupos (A e B) de número idêntico (i.e., com quatro elementos), de forma a eliminar possível confusão com variáveis relacionadas com número, poder e estatuto²⁶.

De seguida, o grupo A permaneceu na sala e o grupo B dirigiu-se para outra sala, a fim de ambos os grupos lerem separadamente as instruções contidas nos envelopes (Anexos E1, E2 e E3) referentes à função a desempenhar na tarefa de interação. Após a leitura das instruções, foi solicitado ao grupo A que visualizasse um vídeo no computador, onde uma atriz clarificou e demonstrou qual o papel a ser desempenhado pelos elementos deste grupo, sendo os restantes minutos dedicados por este grupo a uma eventual interiorização do papel que tinham de desempenhar. Simultaneamente o grupo B, iniciou o processo de planeamento da ponte, recorrendo à utilização dos materiais cedidos. Os subgrupos permaneceram separados durante cinco minutos, a fim de concluírem a preparação para a tarefa de interação. A experimentadora, durante o tempo de preparação deslocou-se de um subgrupo para outro no sentido de clarificar possíveis questões referentes ao momento seguinte e reforçar as funções de cada um. Cada subgrupo não recebeu qualquer informação acerca do que estava a ocorrer no espaço do outro subgrupo. Apenas foi realçado o objetivo da interação pela experimentadora, junto de ambos os grupos, através do reforço da seguinte informação: “Durante a vossa interação de sete minutos, o objetivo é criar uma ponte, sendo que o grupo B terá a função de ensinar o grupo A a fazer a ponte.”

Ao fim dos cinco minutos de preparação, o subgrupo B recebeu a indicação para se dirigir à sala inicial, com a missão de ensinar o grupo A a fazer a ponte, tendo por base as ideias definidas no planeamento, mas não podendo levar qualquer exemplar construído, apenas o material base e tendo apenas sete minutos para o fazer.

A manipulação da variável independente foi feita nos subgrupos B através da instruções que lhes foram dadas e que determina a forma como a construção da ponte é

²⁶ A literatura recorrentemente identifica a causalidade das variáveis número, poder e estatuto na redução do preconceito (Sachdev & Bourhis, 2006), embora não sejam analisadas neste estudo, tentámos controlar os possíveis efeitos de si derivantes.

planeada: com criatividade ou sem criatividade. No sentido de ter como base um problema para resolver que fosse exatamente o mesmo em ambas as condições foram dados os mesmos requisitos iniciais para a construção da ponte, sendo estes os critérios: dimensão (“o tabuleiro da ponte terá de ter a distância de uma folha e meia entre margens - aqui representadas por duas cadeiras”) e resistência (“após construído o tabuleiro da ponte, este deverá ter a capacidade de suportar durante 10 segundos o peso que está devidamente identificado em cima da mesa”).

Tendo por base os princípios orientadores presentes na literatura e seguindo os passos das poucas experiências levadas a cabo nesta área (e.g., Sassenberg, 2005), para a operacionalização da criatividade adotámos um conjunto de características referentes à forma como materiais e instruções foram apresentadas em ambas as condições (Anexo F – a Tabela 5 apresenta a fundamentação das características adotadas na manipulação da criatividade). Na C1 (condição com criatividade) foram colocados ao dispor diversos materiais e valorizada a capacidade criativa na forma como iriam construir a ponte, sendo dada a seguinte instrução:

Terão de criar uma ponte que cumpra os requisitos solicitados, no entanto apelamos à vossa capacidade criativa e pedimos que recorrendo ao material disponível tentem encontrar uma solução criativa para a construção desta ponte.

Na C2 (condição sem criatividade) foi apresentado um modelo de uma ponte que deveria ser rigorosamente seguido, sem qualquer hipótese de alteração, sendo atribuída a seguinte instrução:

Terão de criar uma ponte que cumpra os requisitos solicitados, recorrendo apenas e unicamente ao material aqui disponível e reproduzindo fielmente o modelo apresentado.

Após terminado o tempo estabelecido para a tarefa de interação e analisado o cumprimento ou não do objetivo na tarefa solicitada, foi pedido aos participantes que dessem resposta a algumas questões no sentido de controlar o efeito da manipulação, em documento próprio. Este primeiro momento da sessão teve a duração de aproximadamente 20 minutos.

Após a agradecida a colaboração dos participantes foi pedido que se deslocassem para a sala dos computadores a fim de participarem individualmente no alegado segundo estudo, o qual foi ficticiamente denominado de “*Avaliação do Significado de Palavras*”. A experimentadora forneceu todas as informações relacionadas com o facto da participação ser anónima e voluntária e após a assinatura do consentimento informado relativo a este estudo

(Anexo D2), deu-se início à tarefa sendo esta realizada no computador. Recorrendo ao *software E-prime* (versão 2.0) foram apresentadas todas as instruções necessárias para que o participante pudesse dar resposta às medidas das variáveis dependentes.

Antes de dar início ao segundo momento do estudo, a experimentadora garantiu que cada participante se sentava no computador referente ao seu número de participante e clarificou como se processava a tarefa no computador. Informando que:

Esta tarefa caracteriza-se por ter duas fases. Na primeira fase, é muito importante que sejam espontâneos e rápidos a responder. Vão surgir palavras no ecrã e o vosso objetivo é avalia-las quanto à sua valência, ou seja, se são positivas ou negativas. Caso a palavra seja positiva deverá ser premida a tecla L, caso seja negativa deverá ser premida a tecla A. É muito importante que nesta fase tentem ser o mais espontâneo e rápidos possível. De seguida, vão ser informados, através de um ecrã de instruções, que passaram à 2ª fase. Neste momento serão colocadas questões que devem ser respondidas tendo por base a vossa opinião e tendo em conta que não existem respostas corretas e incorretas, apenas pedimos que respondam de forma sincera.

Assim, primeiramente, os participantes deram resposta a uma tarefa avaliativa ou de julgamento (paradigma de primação afetiva), que exige que cada um classifique, de forma espontânea, como positivo ou negativo o adjetivo que surge no ecrã. Cada participante realizou 32 ensaios, iniciando-se cada um com a apresentação de um sinal de “+” (500ms) para fixar a atenção do participante, seguindo-se a apresentação do estímulo-primo durante (200ms) seguido de um ecrã em branco (50ms), findo o qual se apresentava o alvo que permanecia visível até que uma tecla de resposta fosse pressionada. O intervalo que decorre entre o início da apresentação do primo e o início da apresentação do alvo (SOA) é de 250ms e o intervalo entre ensaios (ITI) é de 2000ms (Figura 3).

Durante o período relativo ao momento dois, a experimentadora manteve-se na sala, mas apenas se deslocou até junto dos participantes quando os mesmos demonstraram necessitar de algum esclarecimento. O último ecrã solicitava aos participantes o preenchimento de uma folha, colocada virada para baixo em cima da mesa junto ao computador. Esta folha para além de solicitar alguns dados de identificação do participante continha questões relacionadas com o objetivo do estudo, no sentido de aferir se o mesmo identificou a relação entre os dois momentos (Anexo G).

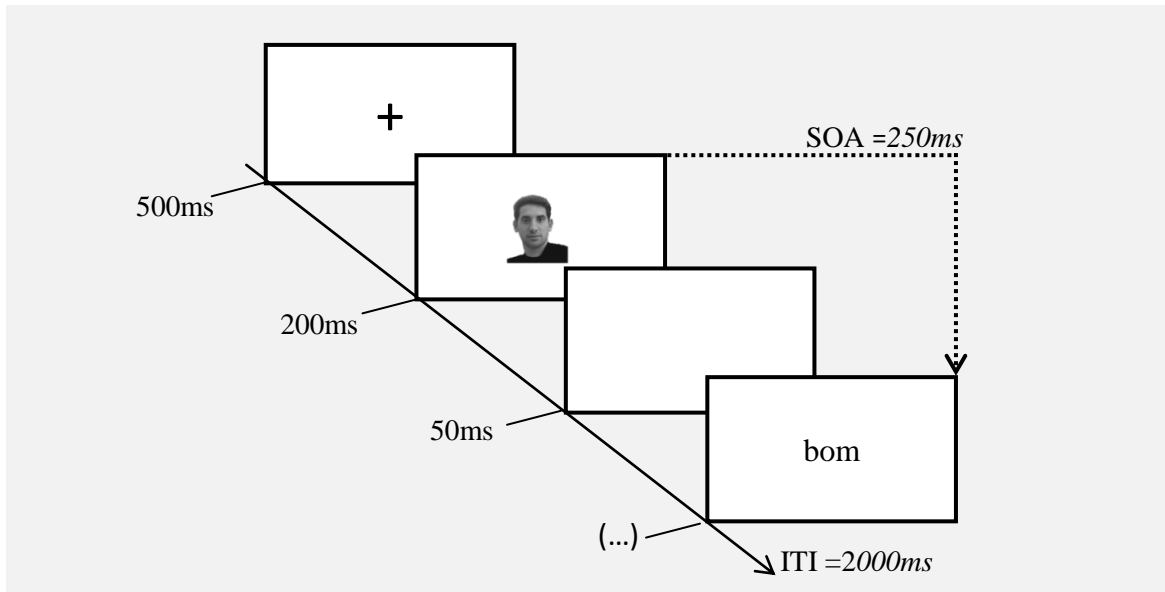


Figura 3. Procedimento tarefa primária afetiva medida implícita. SOA= Stimulus Onset Synchrony. ITI= Inter Trial Interval.

Após o preenchimento de todas as medidas os participantes mantinham-se na sala a ver banda desenhada que foi colocada também no ecrã do computador, até que todos os participantes terminassem a tarefa. Este segundo momento da sessão teve aproximadamente a duração de 10 minutos. No final realizou-se um breve *debriefing*, onde foram esclarecidas as questões e cedido um contacto para os participantes poderem ter futuramente conhecimento sobre os resultados.

Capítulo III. Resultados

Os dados obtidos foram tratados nos programas *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS, versão 17.0) e *Statistica 7*, sendo utilizados para tratar os resultados referentes às medidas explícitas e às medidas implícitas, respetivamente. De seguida, serão apresentadas as análises estatísticas efetuadas e os respetivos resultados tendo em conta os objetivos do estudo.

Verificação da Manipulação

Para avaliar se a manipulação da variável criatividade foi realizada com sucesso efetuou-se uma análise de variância a um fator (ANOVA *one way*) seguida de teste post-hoc HSD de Tukey, como descrito por Maroco (2007). Os resultados indicam um efeito estatisticamente significativo da manipulação da variável criatividade ($F(3,98) = 5.54, p < .01$). De acordo com o teste post-hoc HSD de Tukey, verifica-se que são os participantes dos grupos A e B com criatividade que referem recorrer a uma maior criatividade para resolver a tarefa solicitada (ver procedimento) ($M_{\text{grupoB c/criat}} = 4.34, DP = 1.09; M_{\text{grupoA c/criat}} = 3.89, DP = 1.05$); apesar de não haver diferenças entre os grupos A e B com criatividade, tal como esperado, essas diferenças existem entre os dois grupos B, com e sem criatividade ($M_{\text{grupo B s/criat}} = 3.59, DP = .77$); por sua vez, os participantes da condição sem criatividade, grupo A, não diferem significativamente dos participantes dos grupos com criatividade grupo A e sem criatividade grupo B ($M_{\text{grupoA s/criat}} = 3.35, DP = .76$).

Tendo em conta os resultados da verificação da manipulação e o procedimento efetuado no presente estudo, nas análises que se seguem foram apenas utilizados os grupos B, com e sem criatividade, e o grupo de controlo, perfazendo, assim, um total de 86 participantes.

Interesse da Tarefa

Importa, ainda, salientar que para testar possíveis efeitos relacionados com o interesse da tarefa, efetuou-se uma análise de variância a um fator (ANOVA *one way*) seguida de teste post-hoc HSD de Tukey como descrito por Maroco (2007). Este procedimento permitiu verificar que não existem diferenças estatisticamente significativas nas condições com e sem criatividade ($F(3,98) = .465, p = .71$) para os grupos A e B, o que nos permite inferir que o interesse da tarefa não interferirá nos resultados apresentados de seguida.

Efeito da Criatividade na Redução do Preconceito

Medida implícita.

Tal como referido utilizou-se o paradigma de interferência da primazia afetiva (Prada, 2010) para avaliar em que medida existiam diferenças significativas nos participantes das diferentes condições, relativamente aos níveis de ativação automática do preconceito dirigido à comunidade cigana. O padrão típico de ativação automática esperado seria de respostas mais rápidas (e com menos erros) quando fotografias de pessoas lusas são associadas a estímulos positivos (comparativamente a associações a estímulos negativos) e quando fotografias de pessoas ciganas são associadas a estímulos negativos (comparativamente a associações a estímulos positivos). Neste sentido, esperava-se que os participantes da condição com criatividade apresentassem níveis inferiores de ativação automática comparativamente com os participantes das condições com criatividade e controlo. Para testar esta hipótese foi verificada a proporção de acertos e os tempos de resposta.

Proporção de acertos. Tendo por base o delineamento 3 (condição) x 2 (luso, cigano) x 2 (negativo, positivo), onde apenas o primeiro fator é entre-participantes, foi efetuada a análise da proporção de acertos na resposta à valência do alvo, uma vez que esta é um indicador da ocorrência de interferência²⁷ (Prada, 2010). Após a transformação arcoseno (ASEN)²⁸ das proporções de acertos em cada tipo de ensaios, contrariamente ao esperado, não foram evidenciados efeitos de primazia afetiva em qualquer uma das condições ($F(2,83) = 1.15$ $p = .32$). Apenas face aos lusos há tendência para mais erros quando o luso é associado a negativo comparativamente à associação de luso a positivo. (Figura 4).

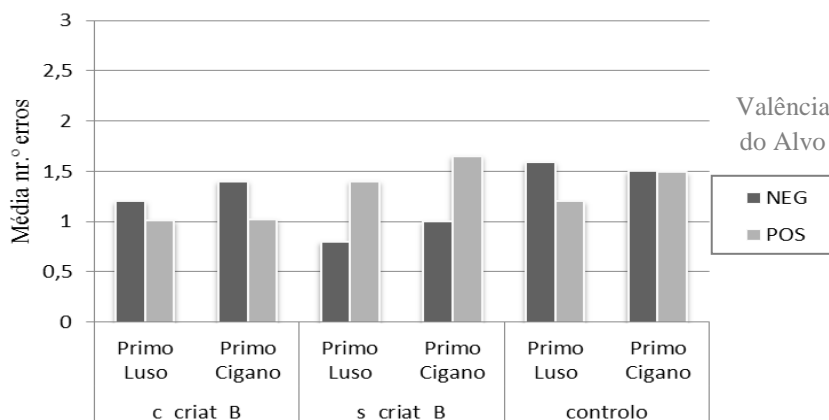


Figura 4. Impacto da primazia afetiva ao nível da média do número de erros, para ambos os tipos de primo e em todas as condições em estudo.

²⁷.Neste trabalho entende-se por paradigma de interferência o utilizado na linha de investigação de Fazio e colaboradores (1986) e Prada (2010).

²⁸ Os dados apresentados referem-se à proporção de acertos verificada, tendo as análises sido realizadas com base nos dados transformados.

Tempos de resposta. Nesta análise foram consideradas as latências das respostas corretas dos participantes, pelo que, e tal como Garcia-Marques (2009), as respostas associadas a uma identificação errada da valência do estímulo não foram incluídas. Após uma transformação logarítmica (\log^e)²⁹, os tempos de resposta³⁰ aos estímulos-alvo foram integrados num modelo ANOVA que deriva do delineamento 3 (condição) x 2 (lusos, cigano) x 2 (negativo, positivo). Contrariamente ao esperado, a interação (entre o tipo de primo e o tipo de alvo) que revelaria o efeito da primação afetiva não é significativa ($F(1,75) = .39$ $p = .67$). Seguindo Garcia-Marques (1997) recorreu-se a contrastes planeados que permitiram verificar que a média de resposta a nível temporal não apresenta diferenças entre a associação a positivo ou negativo para os lusos e no que se refere aos ciganos apresenta uma tendência inversa ou seja, os participantes são mais rápidos quando os ciganos são associados a positivo.

Analisou-se, ainda, uma interação de terceira ordem, que apesar de não se revelar significativa [$F(4,117) = 1.03$, $p = .39$] nos permite, se olharmos primeiro para o grupo de controlo, verificar um efeito principal da valência que revela que os participantes demoram mais tempo quando é o primo negativo (Figura 5).

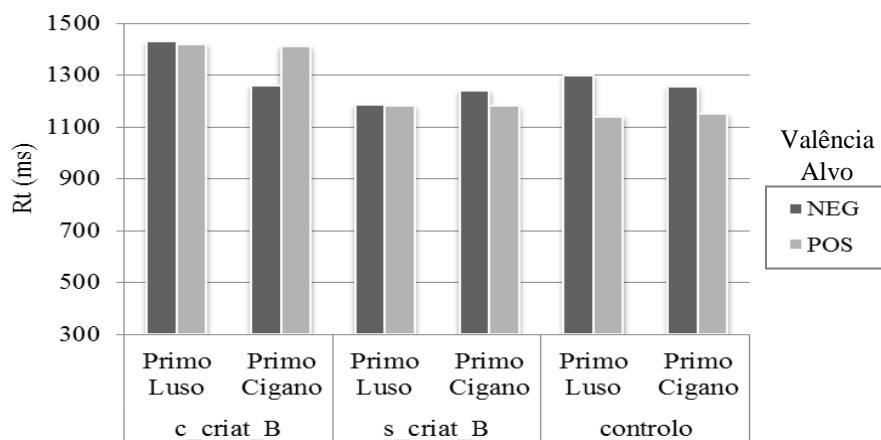


Figura 5. Impacto da primação afetiva, ao nível dos tempos de resposta (RT), para ambos os tipos de primo e em todas as condições em estudo.

²⁹ A transformação logarítmica ($\log x$ ou $\ln x$) é utilizada quando é constatada certa proporcionalidade entre as médias e os desvios padrões dos diversos tratamentos. Também é utilizada quando há uma discrepância muito grande entre os grupos experimentais (Maroco, 2007).

³⁰ Apenas foram considerados os tempos de resposta entre os 300ms e os 1500ms, uma vez que para este tipo de paradigma o tempo médio se situa entre os 500ms e os 700ms. Os tempos de resposta fora do intervalo referido podem ser representativos de uma falta de atenção ou da tentativa de controlo da resposta automática (Wentura & Degner, 2010).

Medidas explícitas.

Para testar este objetivo foi feita uma comparação de médias (one-way ANOVA) colocando como variável independente a variável criatividade, a qual apresenta três níveis (grupo B com criatividade, grupo B sem criatividade e grupo de controlo) e como variáveis dependentes os índices de racismo moderno, rejeição à proximidade e emoções para com o exogrupo.

Os resultados indicam não haver diferenças entre os três grupos em nenhuma das variáveis dependentes, tal como se pode verificar pela leitura da Tabela 1.

Tabela 1. Efeito da criatividade nas variáveis dependentes

	<i>T</i>	<i>P</i>
Racismo moderno	.174	n.s.
Rejeição à proximidade	1.34	n.s.
Emoções para com o exogrupo	2.76	n.s.

Averiguar o efeito moderador da regulação emocional na relação entre criatividade e preconceito

Para responder a este objetivo foram primeiramente efetuadas quatro regressões múltiplas hierárquicas (seguindo o método: Enter) para cada uma das variáveis dependentes: racismo moderno, rejeição à proximidade, e emoções para com o exogrupo. Seguindo os procedimentos de Aiken e West (1991), a variável independente foi transformada numa variável dummy e a moderadora (i.e., a regulação emocional) foi centralizada. No primeiro passo da regressão foi sempre colocada a variável independente (dummy), no segundo passo a moderadora, e no terceiro passo uma terceira variável que consiste no produto das duas variáveis anteriores. Contrariamente ao esperado, os resultados não indicam qualquer moderação por parte da regulação emocional na relação entre criatividade e preconceito (Tabela 2).

Tabela 2. Efeito moderador da regulação emocional nas variáveis dependentes

	<i>B</i>	<i>T</i>	<i>p</i>
Racismo moderno	.27	1.10	n.s.
Rejeição à proximidade	-.06	-.25	n.s.
Emoções para com o exogrupo	-.03	-.17	n.s.

Uma vez que a escala de regulação emocional se encontra estruturada em duas dimensões: reavaliação cognitiva e supressão emocional (Vaz, 2009), optámos ainda por analisar o efeito moderador de cada uma destas dimensões na relação entre criatividade e preconceito. Neste sentido, repetimos o procedimento anterior³¹ para cada uma das dimensões, e em termos gerais os resultados mostram que nenhuma destas dimensões é moderadora. Verificou-se no entanto: 1) que a reavaliação cognitiva explica parcialmente a rejeição à proximidade; por outras palavras, uma maior reavaliação cognitiva está parcialmente associada a uma menor rejeição à proximidade ($\beta = -.23$, $t = 1,83$, $p = .07$), sendo o modelo geral também parcialmente significativo ($R_{change} = .039$, $F_{change} = 3,38$, $p = .07$); 2) a supressão emocional explica também parcialmente a expressão de racismo moderno ($\beta = .21$, $t = 1,93$, $p = .057$), sendo o modelo geral parcialmente significativo ($R_{change} = .046$, $F_{change} = 4,00$, $p = .049$); por outras palavras uma elevada supressão emocional está parcialmente associada a uma menor rejeição à proximidade.

Ainda, tentando responder a este objetivo, foi realizado um terceiro conjunto de análises: procedeu-se ao cálculo de análises univariadas colocando como variável independente a criatividade (3 condições) e a reavaliação cognitiva³² e como variáveis dependentes o racismo moderno, as emoções para com o exogrupo e a variável rejeição à proximidade. Os resultados³³ indicam que a interação entre a criatividade e a reavaliação cognitiva é parcialmente significativa, [$F(2,80) = 2.69$, $p = .07$, $\eta^2_{parcial} = .06$]; os testes de comparações múltiplas (LSD) permitem concluir que é na condição baixa reavaliação cognitiva que existem diferenças entre os B com e sem criatividade, sendo os participantes sem criatividade que tendem a rejeitar mais os alvos do que os B com criatividade ($M_{grupo B s/criat} = 4.01$; $DP = .40$; $M_{grupo B c/criat} = 2.95$; $DP = 3.1$); ainda, os testes de comparação múltipla permitem verificar que existem diferenças entre os B sem criatividade entre as 2 condições – baixa reavaliação cognitiva ($M_{grupo B s/criat baixa reav. cognitiva} = 4,01$; $DP = .40$) e elevada reavaliação cognitiva ($M_{grupo B s/criat elevada reav. cognitiva} = 2,56$; $DP = .31$) (Figura 6).

³¹A reavaliação cognitiva e a supressão emocional foram centralizadas e depois foram criadas duas outras variáveis: o produto entre a dummy e a reavaliação cognitiva centralizada, e o produto entre a dummy e a supressão emocional.

³² Para a reavaliação cognitiva entrar como variável independente foi necessário dicotomizar esta variável; para tal foi primeiramente calculada a mediana da variável ($Md = 4.67$) e a partir daqui criadas duas condições: baixa reavaliação cognitiva ($N = 42$), e que corresponde a valores inferiores à mediana, e elevada reavaliação cognitiva ($N = 44$) e que remete para valores superiores à mediana.

³³ Apresentam-se de seguida apenas os dados referentes a resultados significativos ou parcialmente significativos.

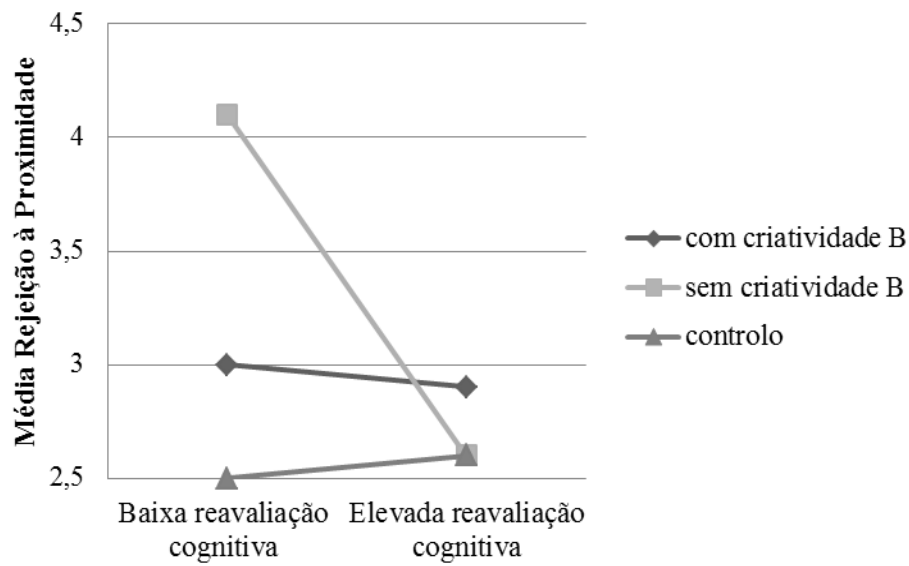


Figura 6. Efeito da reavaliação cognitiva na variável rejeição à proximidade.

Foi ainda feito o mesmo conjunto de análises univariadas mas substituindo a variável reavaliação cognitiva pela variável supressão emocional, também ela dicotomizada³⁴, mas não foram encontrados quaisquer efeitos significativos.

³⁴ Foi calculada a mediana desta variável ($Md = 3.25$) e a partir daqui criadas duas condições: baixa supressão emocional ($N = 47$), e que corresponde a valores inferiores à mediana, e elevada reavaliação cognitiva ($N = 39$) e que remete para valores superiores à mediana.

Capítulo IV. Discussão e Conclusões

O presente estudo tinha como objetivo explorar o papel da criatividade e da regulação emocional na redução do preconceito relativamente à comunidade cigana. Trata-se de duas variáveis que têm merecido menos atenção nos estudos clássicos sobre redução do preconceito; a regulação emocional, em particular, apenas recentemente tem merecido mais destaque nesta área de pesquisa (Johnston, 2010).

Tendo em conta a literatura, esperava-se que os participantes da condição com criatividade revelassem níveis inferiores de preconceito e que a regulação emocional atuasse enquanto variável moderadora na relação entre criatividade e preconceito. Os resultados encontrados mostram que contrariamente ao esperado, a criatividade não tem um efeito na redução do preconceito, quer para medidas implícitas (pelo menos quando usada uma tarefa tendo por base o paradigma de primação afetiva (Prada, 2010)), quer para as medidas explícitas. No que diz respeito à moderação da regulação emocional na relação entre criatividade e preconceito, os resultados também não vão encontro das hipóteses formuladas, no entanto verificou-se que é na condição de baixa reavaliação cognitiva que os participantes da condição sem criatividade tendem a rejeitar mais os alvos, quando comparados com os participantes da condição com criatividade.

Face ao conjunto de resultados encontrados discutem-se de seguida algumas das opções teóricas e metodológicas que estiveram na base do desenvolvimento desta pesquisa e que podem justificar, pelo menos em parte, os mesmos. As mesmas assentam em algumas orientações teóricas e evidências empíricas que passaremos a enumerar. Em primeiro lugar, o preconceito foi aqui considerado uma atitude (e.g., Allport, 1954; Fazio, 2001; Tajfel, 1982) sensível ao contexto (e.g., Gawronski & Bodenhausen, 2007), já que inúmeras investigações têm demonstrado que mudanças do contexto onde surge determinado indivíduo (e.g. num churrasco ou numa esquina) modulam as respostas dos participantes em relação a membros de determinado grupo social (Macrae, Bodenhausen, & Milne, 1995; Wittenbrink et al., 2001); em segundo lugar, tem-se verificado um impacto da criatividade no aumento da harmonia social (Charles & Samples, 2004; Goleman & Kaufman, 2012; King & Pope, 1999) e um efeito do *priming* da criatividade (Sassenberg & Moskowitz, 2005) na prevenção da ativação de estereótipos. Apesar destes últimos autores não terem testado o papel da criatividade no preconceito, mas sim nos estereótipos, tendo em conta a linha de investigação que evidencia que a ativação de estereótipos é despoletada pela perceção de categorias, o que influencia os

juízos e os comportamentos intergrupais (Stangor & Ford, 1992; Stangor & Lange, 1994), considerámos, na presente pesquisa, a possibilidade de substituir a variável estereótipos pela variável preconceito.

Assim, no sentido de testar o efeito principal da criatividade (H1) manipulámos esta variável, tal como descrito no método, seguindo os pressupostos evidenciados na literatura acerca da possibilidade da sua indução ser feita através da resolução de determinado problema (Bahia & Ibérico-Nogueira, 2005) e tendo em conta um dos fatores de pensamento divergente: a redefinição simbólica (i.e. a capacidade de reorganizar unidades em termos das respetivas propriedades simbólicas, dando novos usos aos elementos) (Souza, 2001; Lubart, 2007). Tendo em conta os resultados da verificação da manipulação, que demonstram diferenças estatisticamente significativas entre as condições com criatividade e sem criatividade consideramos que a ausência de confirmação da hipótese não deve derivar da forma como a criatividade foi manipulada.

Assim, importa de seguida discutir os resultados alcançados à luz da literatura existente, sendo possível destacar três explicações. A primeira explicação assenta no papel que os processos de categorização assumem na relação com o preconceito (Tajfel & Turner, 1979). Neste domínio podemos evidenciar duas perspetivas: por um lado, a relação entre os processos de categorização, ativação de estereótipos e preconceito é mais flexível do que habitualmente é evidenciado (e.g., Lepore & Brown, 1997; Park & Judd, 2005). Neste contexto, os dados provenientes da neuroanatomia funcional contrariam a literatura que refere que os estereótipos implícitos e o preconceito são um processo único de comportamento, reforçando que os mesmos possam surgir de sistemas distintos, sendo os estereótipos provenientes da memória semântica e o preconceito proveniente dos sistemas afetivos de memória (Amodio & Devine, 2006). No entanto, e citando estes últimos autores, “é habitual os estereótipos e respostas afetivas serem tipicamente congruentes e trabalharem em conjunto para facilitar uma resposta coordenada (por exemplo, ao nível da discriminação racial)” (p. 653). Face ao exposto, consideramos ser importante em investigações futuras, contemplar também medidas referentes aos estereótipos e, assim, melhor aferir qual o impacto deste tipo de variáveis, como a criatividade, que atuam a um nível mais cognitivo. Por outro lado, e apesar da literatura consistente que demonstra o impacto negativo do favoritismo endogrupal no preconceito (e.g. Vala, 2004), a relação entre os processos de categorização e atitudes negativas em relação ao exogrupo não é sempre diretamente causal, existindo evidências empíricas acerca da possibilidade de se verificar favoritismo endogrupal sem que se verifique efetivamente derrogação exogrupal (Brewer, 1999; Brewer & Pierce, 2005). Ainda no

contexto relacionado com os processos de categorização, e apesar da criatividade se relacionar com vários fenómenos cognitivos ligados à forma como os conceitos são assimilados e se interligam entre si (Souza, 2001; Ward, 2007), importa salientar que a sua relação com a criatividade, aqui entendida como uma habilidade que pode ser treinada e que se refere à capacidade de alternar entre modos de pensamento convencionais e não convencionais (Sternberg, 2006), ainda não está sedimentada na literatura, existindo apenas evidências preliminares acerca da sua relação (e.g., Sassenberg & Moskowitz, 2005; Napier & Dovidio, 2012).

A segunda explicação centra-se na diferença entre criatividade-estado e criatividade-traço. Esta perspetiva defende que a criatividade-estado (i.e., tarefas em que é estimulada a utilização de competências criativas) não tem poder suficiente para interferir em fenómenos tão enraizados como o preconceito (S. I. Nogueira, 2012), sendo estas mais evidentes no que se refere ao impacto da criatividade enquanto traço (i.e., características do indivíduo, por exemplo a elevada abertura à experiência) (Flynn, 2005). Assim, futuramente, sugerimos que sejam medidas as competências criativas dos participantes, de forma a serem constituídos grupos experimentais mais homogêneos, tentando desta forma controlar a não existência da sobreposição das características de traço na manipulação da criatividade-estado. Desta forma as diferenças provenientes dos traços de personalidade que distinguem as pessoas criativas das não criativas poderão ser melhor controladas, já que ser criativo é diferente de sentir-se criativo (Kurtzberg, 2005).

Por fim, uma terceira explicação, que se centra no teor da tarefa proposta e que se fundamenta na linha investigação que se tem dedicado ao estudo das emoções e criatividade e que tem explorado, essencialmente, o impacto dos estados emocionais nas tarefas criativas (para revisão ver Baas, Dreu & Nijstad, 2008). Têm sido demonstradas evidências significativas que o tipo de tarefa de estímulo à criatividade (i.e., tarefas que suscitem a formação de pensamento divergente) pode produzir alterações nos estados emocionais (Zenasni & Lubart, 2008). Ou seja, o tipo de tarefa pode influenciar as emoções que são despoletadas e neste sentido, podemos aferir que os estados emocionais produzidos pela tarefa podem “contaminar” as avaliações subsequentes, principalmente se tivermos em consideração a perspetiva *felling is information* (Schwarz & Clore, 1988). Habitualmente as tarefas que impõem à criatividade estão correlacionadas com emoções positivas, e apesar de consistentemente a literatura confirmar que estados emocionais positivos facilitam o acesso a material positivo na memória (e.g., Isen, 1987), importa destacar as evidências que realçam o papel contraditório que a intensidade afetiva ou emocional (i.e., magnitude de reação

individual aos estímulos afetivos; Prada, Rodrigues & Palma, 2009) assume na relação entre emoções e criatividade (Martindale, 1999). A investigação tem demonstrado que uma elevada intensidade emocional leva a que o indivíduo seja menos criativo e conseqüentemente possam persistir as respostas dominantes ou estereotípicas (Baas, Dreu & Nijstad, 2008; Martindale & Greenough, 1973). Uma vez que este estudo se baseou na aplicação de uma dinâmica de grupo, onde os participantes estavam em interação, promovendo assim, níveis diferentes de intensidade emocional, poderão estes ter interferido nos efeitos esperados com a manipulação da criatividade. Uma limitação que podemos apontar na presente pesquisa é, precisamente, não se ter controlado esta variável. Assim, consideramos que poderá ser interessante em estudos posteriores incluir a possibilidade de medir a intensidade emocional, uma vez que, como foi referido, esta pode ter um impacto nas variáveis em estudo e poderá ter um papel preponderante ao nível do controlo experimental (ver Prada, Rodrigues & Palma, 2009).

No que se refere ao papel da regulação emocional (H2) podemos considerar que os resultados encontrados, ainda que parcialmente significativos, podem constituir um contributo para corroborar a perspetiva de Duckitt (2010) que argumenta que deve ser dada maior relevância às variáveis emocionais na explicação do preconceito. Esta perspetiva é reforçada pelos dados provenientes das neurociências sociais que indicam que a categorização racial ocorre em localizações neurais específicas que estão ligadas às emoções (Golby, Gabrieli, Chiao, & Eberhardt, 2001; Phelps & Thomas, 2003). Tendo em consideração que as emoções desempenham um papel fundamental no funcionamento global do ser humano (Damásio, 1995) sendo fortes motivadoras comportamentais (Frijda, 1986; Kring, & Bachorowski, 1999; Greenberg, 2004), a regulação das emoções constitui-se, assim, como uma habilidade fundamental para a interação social, influenciando diretamente o comportamento e a expressão emocional (Lopes, Salovey, Cote, & Beers, 2005). Os resultados obtidos no presente estudo são consistentes com pesquisas anteriores, onde a estratégia de reavaliação cognitiva tem mostrado, ser mais adaptativa do que a de supressão emocional (Richards & Gross, 1999; Vaz, 2009), já que ocorre no início do processo emoção-resposta e potencia a modificação de todo o processo emocional permitindo a vivência de uma experiência emocional mais positiva (John & Gross, 2007; Beeko, Franconeri, Ochsner, & Chiao, 2011).

Uma vez que as estratégias de regulação emocional estão implicitamente relacionadas com o contexto social em que são implementadas e com os comportamentos sociais (Gross, 2002), consideramos que deve ser dada continuidade ao estudo destas variáveis. No entanto, destacamos a importância, de em estudos futuros, a variável regulação emocional ser manipulada, ainda que esta assuma um caráter desafiante (e.g. Jonhston, 2010), por exemplo

através do procedimento de treino das estratégias de regulação emocional (ver Bebko et al., 2011) ao invés de ser apenas medida através de auto-relato. Já que assim poderá ser uma forma de identificar de forma mais concreta o seu impacto. Nesta pesquisa optámos por não a manipular, já que exigiria complexificar em demasia o desenho experimental.

Relativamente às medidas utilizadas neste estudo e apesar de metodologicamente termos seguido as diretrizes da literatura no que se refere à abrangência de medidas a ser aplicadas (i.e., contemplámos medidas explícitas e medidas implícitas) (e.g., Stangor, 2009), podemos identificar algumas fragilidades que podem ter contribuído para os resultados encontrados. No que se refere especificamente à medida implícita, o significativo número de erros³⁵ pode ser indicador da não compreensão da tarefa ao invés de ser representativo das atitudes implícitas dos participantes. Também o elevado tempo de resposta (superior a 1500ms) em alguns ensaios da maioria dos participantes³⁶, pode ser indicador dos mesmos estarem a tentar controlar a resposta (e.g., Greenwald et al., 2002; Wentura & Degner, 2010). Por outro lado, importa referir que a ordem pela qual as medidas foram apresentadas (i.e., todos os participantes deram resposta primeiramente à medida implícita e só depois às medidas explícitas) pode ter influenciado as respostas às medidas explícitas (efeito de ordem). Neste âmbito, a apresentação consistente de fotografias dos estímulos-primos, neste caso ciganos(as), pode ter facilitado uma acentuação estereotípica e contribuído para uma ativação do preconceito (Lima & Vala, 2004a).

Face ao exposto, em investigações futuras sugerimos que continue a ser dada atenção à integração de medidas implícitas e explícitas, no entanto consideramos importante rever a forma como um possível estudo seja estruturado, clarificando a tarefa de primação afetiva. Assim, para que a medida implícita possa cumprir os seus objetivos devem ser integrados ensaios teste, no sentido de diminuir o número de erros dos participantes que possam estar relacionados com a não compreensão da tarefa, utilizando, para tal, outro tipo de estímulos primos, no sentido de evitar também os efeitos de familiaridade.

Em conclusão, apesar do preconceito ser uma temática amplamente estudada, esperamos que as linhas de investigação e os procedimentos metodológicos aqui destacados contribuam para incentivar a exploração de variáveis que atuem ao nível contextual, como é o caso da criatividade, no sentido de serem identificadas formas de intervir, de forma direta e

³⁵ ($M_{proporção_erros_presente\ estudo} = 27\%$; comparativamente a e.g., Fazio e colaboradores (1995)

$M_{proporção_erros} = 3.52\%$).

³⁶ ($M_{ensaios_rt \geq 1500ms} = 39\%$)

indireta, nos contextos onde grupos majoritários e minoritários se cruzam. Paralelamente, gostaríamos que os efeitos evidenciados ao nível da regulação emocional, ainda que parcialmente significativos, possam constituir uma mais-valia para impulsionar a investigação deste tipo de variáveis na área do preconceito, já que as emoções são consideradas uma força com uma enorme influência no comportamento (Koole, 2009) e embora a capacidade de regulá-las represente um enorme desafio, esta pode ampliar a capacidade para o ser humano dominar os seus instintos (Damásio, 2004; Goleman, 2011).

Referências

- Aiken, L. S., & West, S. G. (1991). *Multiple regression: testing and interpreting interactions*. Newbury Park, CA: Sage.
- Amabile, T. M., Barsade, S. G., Mueller, J. S., & Staw, B. M. (2005). Affect and creativity at work. *Administrative Science Quarterly*, 50, 367–403.
- Amâncio, L. (2000). Identidade social e relações intergrupais. In B., Monteiro, & J. Vala, *Psicologia Social* (pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amodio, D. M., Harmon-Jones, E., & Devine, P. G. (2003). Individual differences in the activation and control of affective race bias as assessed by startle eyeblink responses and self-report. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 738-753.
- Amodio, D., & Devine, P. (2006). Stereotyping and evaluation in Implicit Race Bias: Evidence for Independent Constructs and Unique Effects on Behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 91(4), 652– 661.
- Amodio, D. & Lieberman, M. (2009). Pictures in our heads: contributions of fmri to the study of prejudice and stereotyping. In T. Nelson (Ed.), *Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination* (pp.347- 362). Nova Iorque: Psychology Press.
- Amodio, D. M., & Mendoza, S. A. (2010). Implicit intergroup bias: cognitive, affective, and motivational underpinnings. In B. Gawronski and B. K. Payne (Eds.), *Handbook of implicit social cognition* (pp. 353-374). New York: Guilford.
- Alencar, E. (1993). *Criatividade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Allport, G. (1979). *The nature of prejudice – 25th Anniversary Edition*. Cambridge: Addison-Wesley Publishing.
- Albarracín, D., Zanna, M. P., Johnson, B. T., & Kumkale, G. T. (2005). Attitudes: introduction and scope. In D. Albarracín, B. T. Johnson, & M. P Zanna (Eds.), *The Handbook of Attitudes* (pp. 3-19). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Albarracín, D., Wang, W., Li, H., & Noguchi, K., (2008). Structure of attitudes judgments, memory and implications for change. In W. D. Crano, & R. Prislin (Eds). *Attitude and Attitude Change* (pp. 19-40). New York: Psychology Press,
- Bastos, J. (2012). *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Baas, M., De Dreu, C. K. W. & Nijstad, B. A. (2008). The mood-creativity link reconsidered: A meta-analysis of 25 years of research. *Psychological Bulletin*, 134, 779-806.
- Batson, C., Polycarpou, M., Harmon- Jones, H., Imhoff, H., Mitchener, E., Bednar, L., Klein, T. & Highberger, L. (1997). Empathy and attitudes: Can feeling for a member of a stigmatized group improve feelings toward the group?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72 (1), 105-118.
- Bargh, J. (1999). The cognitive monster – the case against the controllability of automatic stereotype effects. In S. Chaiken, & Y. Trope (Eds.), *Dual-Process Theories in Social Psychology* (pp-361-381). New York: Guilford Press.

- Brewer, M.B., & Miller, N. (1984). Beyond the contact hypothesis: Theoretical perspectives on desegregation. In N.M. & M.B. Brewer (Eds.), *Groups in Contact: The Psychology of Desegregation* (pp. 281-302). Orlando, FL: Academic Press.
- Brewer, M. B. (1999). The psychology of prejudice: Ingroup love or outgroup hate? *Journal of Social Issues*, 55 (3), 429-444.
- Brewer, M.B., & Pierce, K.P. (2005). Social identity complexity and outgroup tolerance. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31, 428-437.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and particularization: From a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Bodenhausen, G., Sheppard, L., Kramer. (1994). Negative affect and social judgment: The differential impact of anger and sadness. *European Journal of Social Psychology*, 24(1), 45-62.
- Bodenhausen, G.V., & Moreno, K.N. (2000). How do I feel about them? The role of affective reactions in intergroup perception. In H. Bless, & J.P. Forgas (Eds.), *The message within: The role of subjective experience in social cognition and behaviour* (pp.283-303). Philadelphia: Psychology Press.
- Bebko, G. M., Franconeri, S. L., Ochsner, K. N., & Chiao, J. Y. (2011). Look before you regulate: differential perceptual strategies underlying expressive suppression and cognitive reappraisal. *Emotion*, 11(4):732-42
- Belzung, C. (2010). *Biologia das Emoções*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Blair, I.V. (2002). The malleability of automatic stereotypes and prejudice. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 242-261.
- Bohner, G. & Dickel, N. (2011). Attitudes and Attitude Change. *Annual Review of psychology*, 62, 391-417.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its Social Psychology*. Oxford: Blackwell.
- Brown, R. (2010). *Prejudice Its Social Psychology* (2ªed.) Reino Unido: Wiley-lackwell.
- Burns, K.C., Isbell, L., & Tyler, J.M. (2008). Suppressing emotions toward stereotyped targets: The impact on willingness to engage in contact. *Social Cognition*, 26, 276-287.
- Cabecinhas, R. (2002). Racismo e etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Cabecinhas, R. (2003). Categorização e diferenciação: a perceção do estatuto social de diferentes grupos étnicos em Portugal. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais *Cadernos do Noroeste. Sociedade e Cultura*, 5, 69-91.
- Cameira, M., Serôdio, R., Pinto, I., & Marques, J. (2002). Efeitos implícitos da pertença e identificação grupais na discriminação social. *Análise Psicológica*, 20 (4), 603-610.
- Charles, C. Samples, B. (2004). *Coming Home – Community, Creativity and Consciousness*. California: Personhood Press.
- Cicchetti, D., Ackerman, B. P., & Izard, C. E. (1995). Emotions and emotion regulation in developmental psychopathology. *Development and Psychopathology*, 7, 1-10.
- Clore, G. & Ortony, A. (2008). Appraisal theories: how cognition shapes affect into emotion. In M. Lewis, J. Haviland-Jones, & L. Barrett (Eds.)(3ed.), *Handbook of Emotions* (pp. 628-624). Londres: The Guilford Press.

- Correia, I., Brito, R., Vala, J. & Perez, J. (2001). Normes antiracistes et persistance du racisme flagrant: Analyse comparative des attitudes face aux Tziganes et face aux noirs au Portugal. Manuscrito não publicado. Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE, Lisboa.
- Correll, J., Park, B. & Smith, J. (2008). Colorblind and Multicultural Prejudice Reduction Strategies in High-Conflict Situations Group Processes & Intergroup Relations. *Group Processes & Intergroup Relations*, 11, 471-491.
- Cottrell, C. A., & Neuberg, S. L. (2005). Different emotional reactions to different groups: A sociofunctional threat-based approach to 'prejudice.' *Journal of Personality and Social Psychology*, 88, 770–789.
- Crano, W. & Prislin, R. (2008). *Attitude and Attitude Change*. New York: Psychology Press.
- Crisp, R. J. & Hewstone, M. (2000). Crossed categorization and intergroup bias: The moderating roles of intergroup and affective context. *Journal of Experimental Social Psychology*, 36, 357-383.
- Crochík, J. L. (2006). *Preconceito, indivíduo e cultura* (3ª Ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Lda.
- Csikszentmihalyi, M. (1990). The domain of creativity. In M.A. Runco & R.S. Albert (Eds.), *Theories of Creativity* (pp.190–212). Newbury Park, C.A: Sage.
- Cunningham, W., Zelazo, P., Packer, D., & Van Bavel, J. (2007). The interactive reprocessing model: a multilevel framework for attitudes and evaluation. *Social Cognition*, 25(5), 736-760.
- Damásio, A.R. (1995). *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Damásio, A. (2004). *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Darwich, R. (2005). Razão e emoção: uma leitura analítico-comportamental de avanços recentes nas neurociências, 10 (2), 215-222.
- Dasgupta, N., & Greenwald, A. G. (2001). On the malleability of automatic attitudes: Combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 800-814.
- Deffenbacher, D.M., Park, B., Judd, C.M., & Correll, J. (2009). Category boundaries can be accentuated without increasing intergroup bias. *Group Processes & Intergroup Relations*, 12, 175–193.
- DeSteno, D., Dasgupta, N., Bartlett, M. Y., & Caidric, A. (2004). Prejudice from thin air: The effect of emotion on automatic intergroup attitudes. *Psychological Science*, 15, 319–324.
- Devine, P. (1989). Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56 (1), 5–18.
- Devine, P., Plant, E. A., & Blair, I. V. (2001). Classic and contemporary analyses of racial prejudice. In R. Brown, & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (pp.198-217). Malden, MA: Blackwell Publishers, Ltd.

- Devine, P., & Sharp, L., (2009). Automaticity and control in stereotyping and prejudice. In T. Nelson (Ed.). *Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination*. Nova Iorque: Psychology Press.
- Devos, T. (2008). Implicit attitudes 101: Theoretical and empirical insights. In W. D. Crano & R. Prislin (Eds.), *Attitudes and Attitudes Change* (pp. 61-84). New York: Psychology Press.
- Deschamps, J. C., & Doise, W. (1978). Crossed category memberships in intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups* (pp. 141-158). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Dias, E.C., Alves I., Valente, N. & Aires, S. (2006). *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão-integração*. Lisboa: Alto Comissariado para a imigração e minorias étnicas.
- Dias, M. R., Ferrer, J. G., Rigla, F. R. (1997). Investigação transcultural sobre atitudes face aos imigrantes: estudo piloto de Lisboa. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 25, 139-153.
- Dovidio, J., Brigham, J., Johnson, B., & Gaertner, S. (1996). Stereotyping, prejudice, and discrimination: another look. In N. Macrae, C. Stangor, & M. Hewstone (Eds.), *Stereotypes and Stereotyping* (pp. 1276-1319). New York: Guilford.
- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., Validzic, A., Matoka, A., Johnson, B., & Frazier, S. (1997). Extending the benefits of recategorization: Evaluations, self-disclosure, and helping. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 401-420.
- Dovidio, J., Gaertner, S., & Kawakami, K. (2003). Intergroup Contact: The past, present, and the future. *Group Processes Intergroup Relations*, 6 (1), 5-21.
- Dijker, A., (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17(3), 305–325.
- Duckitt, J. (2001). A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. *Advances in Experimental Social Psychology*, 33, 41-113.
- Duckitt, J. (2010). Historical overview. In J. Dovidio, M. Hewstone, P. Glick, & V. Esses, (Eds). *The SAGE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination* (pp. 29-44). London: Sage Publications.
- Eagly, A., & Chaiken, S. (1993). *The Psychology of Attitudes*. Orlando, FL, US: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Eagly A., & Chaiken, S. (1998). Attitude structure and function. In D. Gilbert, S. Fiske, & G. Lindzey (Eds). *The Handbook of Social Psychology* (pp. 269-322). New York: McGraw-Hill.
- Eurobarómetro (2012). Comissão Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_393_fact_pt_pt.pdf
- Fasko, Jr., D. (2001). Education and Creativity. *Creativity Research Journal*, 13 (3&4), 317–327.
- Fazio, R. H., Sanbonmatsu, D. M., Powell, M. C., & Kardes, F. R. (1986). On the automatic activation of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 229-238.
- Fazio, R., Jackson, J., Dunton, B., & Williams, C., (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: A bona fide pipeline? *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(6), 1013-1027.

- Fazio, R., (2001). On the automatic activation of associated evaluations: An overview. *Cognition and Emotion*, 15 (2), 115–141
- Fazio, R., & Olson, M. (2003). Attitudes: Foundations, Functions and Consequences. In Hogg, M. & Cooper, J. (Eds.) *The Sage Handbook of Social Psychology*. London: Sage, 139-160.
- Fazio, R. (2007) Attitudes as object-evaluation associations of varying strength. *Social Cognition*, 25(5), 603–637.
- Fiske, S., & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. *Advances in Experimental Social Psychology*, 23, 1-74.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.). *Handbook of social psychology* (pp.357-411). New York: McGraw-Hill.
- Fiske, S. T. (2000). Stereotyping, prejudice, and discrimination at the seam between the centuries: evolution, culture, mind, and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30 (3), 299–322.
- Fiske, S.T., Cuddy, A.J., & Glick, P. (2002). Emotions up and down: Intergroup emotions result from perceived status and competition. In D.M. Mackie & E.R. Smith (Eds.), *From prejudice to intergroup emotions: Differentiated reactions to social groups* (pp. 247–264). Philadelphia: Psychology Press.
- Fiske, S. T., Harris, L. T., Lee, T. L., & Russell, A. M. (2009). The future of research on prejudice, stereotyping, and discrimination. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (pp. 525-534). Boca Raton: Taylor & Francis.
- Fonseca, E. P., Marques, J. M., Quintas, J., & Poeschl, G. (2005). *Representações sociais das comunidades cigana e não-cigana. Implicações para a integração social*. Porto: ACIME.
- Forgas, J. P. (1995). Mood and judgment: The affect infusion model (AIM). *Psychological Bulletin*, 117(1), 39-66.
- Forgas, J. P., (2006). *Affect in social thinking and behavior*. New York: Psychology Press.
- França, D. X. & Monteiro M. B. (2004). A expressão das formas indiretas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, 4, 705-720.
- Frijda, N.H. (1988). The laws of emotion. *American Psychologist*, 43, 349-358.
- Frijda, N. H., Kuipers, P., & ter Schure, E. (1989). Relations among emotion, appraisal, and emotional action readiness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 212-228.
- Frijda, N.H. (1994). Emotions are functional, most of the time. In P. Ekman & R.J. Davidson (Eds.), *The nature of emotion: Fundamental questions* (pp. 112±122). New York: Oxford University Press.
- Flynn, F. (2005). Having an open mind: The impact of openness to experience on interracial attitudes and impression formation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88 (5) 816 – 826.
- Esses, V. M., & Dovidio, J. F. (2002). The role of emotions in determining willingness to engage in intergroup contact. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 1202-1214.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Rust, M. C., Nier, J. A., Banker, B., Ward, C. M., Mottola, G. R., & Houlette, M. (1999). Reducing intergroup bias: Elements of intergroup cooperation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 388-402.

- Gaertner, S. & Dovidio, J. (2000). *Reducing Intergroup Bias: The Common Ingroup Identity Model*. Nova Iorque. Psychology Press.
- Gailliot, M., Peruche, M., Plant, A., & Baumeister, R., (2008). Stereotypes and Prejudice in the Blood: Sucrose Drinks Reduce Prejudice and Stereotyping. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 288-290.
- Garcia-Marques, T. (1997) "A hipótese de estudo determina a análise estatística: Um exemplo com o modelo ANOVA", *Análise Psicológica*, 15(1), 19 - 28.
- Garcia-Marques, T. (2001). A dimensão afectiva: Distinguindo afecto, emoção, estado de espírito e sentimento. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 6(2), 253-268.
- Garcia-Marques, T. (2005). Diferenciando “primação afectiva” de “primação cognitiva”. *Análise Psicológica*, 4 (XXIII), 437-447.
- Garcia-Marques, T. (2009). "Se sinto como familiar sinto como positivo! Interferência da familiaridade no processo avaliativo". *Análise Psicológica*, 27(4), 447-454.
- Gawronski B., & Bodenhausen G. (2007). Unraveling the processes underlying evaluation: attitudes from the perspective of the APE model. *Social Cognition*, 25, 687–717.
- Gomes, S., Silva, M. (2010). Da exclusão e do racismo à criminalidade. Um estudo de caso no bairro da atouguia em guimarães”. In M.C. Silva et al. (Eds.), *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: População, modos e ciclos de vida: Família, género e sexualidades*, volume IV (pp. 680-693). Minho: Instituto Ciências Sociais Minho.
- Golby, A., Gabrieli, J., Chiao, J., & Eberhardt, J. (2001). Differential responses in the fusiform region to same-race and other race-faces. *Nature Neuroscience*, 4, 845-850.
- Gollwitzer, P., Heckhausen, H. & Steller, B. (1990). Deliberative and implemental mind-sets: cognitive tuning toward congruous thoughts and information. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (6), 1119-1127.
- Goleman, D. (2011). *The Brain and Emotional Intelligence: New Insights*. Northampton: More than sound.
- Goleman, D. & Kaufman, P. (2012).The Art of Creativity. *Psychology Today* (Online) Disponível em <http://www.psychologytoday.com/articles/199203/the-art-creativity>.
- Gross, J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. *Review of General Psychology*, 2, 271-299.
- Gross, J. (1999). Emotion regulation: Past, Present and Future. *Cognition and emotion*, 13(5), 551-573.
- Greenberg, M. T. (2004). Current and future challenges in school-based prevention. *Prevention Science*, 5, 5–13.
- Greenwald, A. G., Banaji, M. R., Rudman, L. A., Farnham, S. D., Nosek, B. A., & Mellott, D. S. (2002). A unified theory of implicit attitudes, stereotypes, self-esteem, and self-concept. *Psychological Review*, 109, 3–25.
- Gross, J., & John, O.P. (2003). Individual differences in two emotion regulation processes: Implications for affect, relationships, and well-being. *Journal of Personality and social Psychology*, 85, 348-362.
- Gross, J. & Thompson, R. (2007) *Emotion Regulation: Conceptual Foundations*. In Gross, J (Ed.) *Handbook of Emotion Regulation*. New York: The Guilford Press.

- Guglielmi, R. S. (1999). Psychophysiological assessment of prejudice: past research, current status and future directions. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 123-157.
- Haidt, J. (2003). The moral emotions. In R. J. Davidson, K. R. Scherer, & H. H. Goldsmith (Eds.), *Handbook of affective sciences* (pp. 852–870). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Hamilton, D. L. (1981). *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale: NJ: Erlbaum.
- Hamilton, D.L. & Sherman, J.W. (1994). Stereotypes. In R.S. Wyer, Jr., & T.K. Srull (Eds.), *Handbook of Social Cognition* (pp. 1-68). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Heatherton, T.F. (2011). Neuroscience of Self and Self-Regulation. *Annual Review of Psychology*, 62, 363-390.
- Hebl, M. R., Foster, J. B., Mannix, L. M., & Dovidio, J.F. (2002). Formal and interpersonal discrimination: A field study of bias toward homosexual applicants. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 815-825.
- Hennessey, B. A. & Amabile, T. M. (2010). Creativity. *Annual Review of Psychology*, 61, 569-598.
- Hilton, J. L., & von Hippel, W. (1996). Stereotypes. *Annual Review of Psychology*, 47, 237–271.
- Houwer, J., & Moors, A. (2010). Implicit measures: Similarities and differences. In B. Gawronski, & B. K. Payne (Eds.), *Handbook of implicit social cognition: Measurement, theory, and applications*. New York: Guilford Press.
- Hogg, M. A. (2006). Social identity theory. In P. J. Burke (Ed.), *Contemporary social psychological theories* (pp. 111-136). Palo Alto, CA: Stanford University Press.
- Hornsey, M.J., (2008) Social Identity Theory and Self-categorization Theory: A Historical Review. *Social and Personality Psychology Compass*, 2(1), 204-222.
- Huntsinger, J. R., Sinclair, S., & Clore, G. (2009). Affective regulation of implicitly measured attitudes and stereotypes: automatic and controlled processes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 560-566.
- Hutchinson, J. & A. D. Smith (1996). Introduction. In J. Hutchinson & A. D. Smith (Eds.), *Ethnicity*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Izard, C. E. (2009). Emotion theory and research: Highlights, unanswered questions, and emerging issues. *Annual Review of Psychology*, 60(1), 1-25.
- Isen, A. M. (1987). Positive affect, cognitive processes, and social behavior. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* 20, (pp. 203-253). San Diego, CA: Academic Press.
- John, O. P., & Gross, J. (2007). Individual differences in emotion regulation. In J. Gross (Ed.), *Handbook of Emotion Regulation* (pp. 351-372). New York: Guilford Press.
- Johnston, L. & Hewstone, M. (1992). Cognitive models of stereotype change (3): Subtyping and the perceived typicality of disconfirming group members. *Journal of Experimental Social Psychology*, 28, 360-386.
- Johnston, B. (2010). Emotion Regulation and Reduce Prejudice. Manuscrito não publicado, Graduate School-Camden Rutgers, The State University of New Jersey.
- Jones, J. M. (1997) *Prejudice and Racism*, (2ed). New York: McGraw Hill.

- Kehris, I., Kjaerum, M. (2012). *Fundamental rights: challenges and achievements in 2011*. Austria. European Union Agency for Fundamental Rights.
- Kneller, G. F. (1978). *Arte e ciência da criatividade*. São Paulo: Ibrasa.
- King, B., & Pope, B. (1999). Creativity as a factor in psychological assessment and healthy psychological functioning. *Journal of Personality Assessment*, 72, 200–207.
- King, E. B., Shapiro, J. R., Hebl, M. R., Singletary, S., & Turner, S. (2006). The stigma of obesity in customer service: A mechanism for remediation and bottom-line consequences of interpersonal discrimination. *Journal of Applied Psychology*, 91, 579-593.
- Koole, S. (2009). The psychology of emotion regulation: An integrative review. *Cognition & Emotion*, 23(1), 4-41.
- Kring, A. M., & Bachorowski, J.A.(1999). Emotion and psychopathology. *Cognition & Emotion*, 13, 575–599.
- Kubota, J. & Ito, T., (2009). You were always on my mind: how event-related potentials inform impression formation research. In Nelson, T (ed.). *Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination* (pp. 333-343). Nova Iorque: Psychology Press.
- Kounios, J., Frymiare, J.L., Bowden, E.M., Fleck, J.I., Subramaniam, K., Parrish, T.B., & Jung Beeman, M. (2006). The prepared mind: neural activity prior to problem presentation predicts subsequent solution by sudden. *Psychological Science*, 17, 882-890.
- Kuppens, T. & Yzerbyt, V. (2012). Group-based emotions: the impact of social identity on appraisals, emotions, and behaviors. *Basic and Applied Social Psychology*, 34, 20–33.
- Kurtzberg, T. R. (2005). Feeling creative, being creative: An empirical study of diversity and creativity in teams. *Creativity Research Journal*, 17(1), 51-65.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 165-178.
- Lazarus, R.S. (1991). *Emotion and adaptation*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- LeDoux J. (1995). Emotion: clues from the brain. *Annual Review of Psychology*, 46, 209-235.
- LeDoux J. (1996). *The Emotional Brain*. New York: Simon & Schuster.
- LeDoux J. (2000). Emotion Circuits in the Brain. *Annual Review of Neuroscience*, 23, 155–184.
- Legault, L., & Green-Demers, I. (2012). The protective role of self-determined prejudice regulation in the relationship between intergroup threat and prejudice. *Motivation and Emotion*, 36(2), 143-158.
- Legault, L., Green-Demers, I., & Eadie, A. L. (2009). When internalization leads to automatization: The role of self-determination in automatic stereotype suppression and implicit prejudice regulation. *Motivation and Emotion*, 33, 10–24.
- Lepore, L. & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 275-287.
- Lima, M. E. (2002). *Normas sociais e racismo: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de Doutorado em Psicologia Social e Organizacional. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Lima, M. & Vala, J. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo. *Análise Social*, 37, 181-207.

- Lima, M. & Vala, J. (2004). Serão os preconceitos e os estereótipos inevitáveis? O monstro da automaticidade. *Estereótipos, Preconceito e Discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas* (pp.43-70). Salvador: Edufba.
- Lima, M. & Vala, J. (2004b). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411.
- Lima, Marcus, Vala, J. (2005). A cor do sucesso: efeitos da performance social e económica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. *Psicologia USP*, 16, 143-165.
- Lima, M., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 309-319.
- Locke, V. & Johnston, L. (2001). Stereotyping and prejudice: a social cognitive approach. In K. Reynolds & M. Augoustinos (Eds.), *Understanding Prejudice, Racism and Social Conflict* (pp. 107-126). Sage Publications. London.
- Lopes, P.N., Salovey, P., Cote, S., & Beers, M. (2005). Emotion regulation abilities and the quality of social interaction. *Emotion*, 5, 113-118.
- Lubart, T. (1994). Creativity. In Sternberg, R. (Ed.). *Thinking and Problem Solving – Handbook of Perception and Cognition* (pp.290-323). Califórnia: Academic Press.
- Lubart, T. I. (2007). *Psicologia da Criatividade*. Porto Alegre: Artmed.
- Machado, F. L. & Azevedo, J. (2008). “A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas”. *Revista Migrações*, (4), 7-31.
- Mackie, D. & Smith, E. (1998). Intergroup relations: insights from a theoretically integrative approach. *Psychological Review*, 105, 499–529.
- Mackie, D. M., & Hamilton, D. L. (1993). *Affect, cognition, and stereotyping: Interactive processes in group perception*. San Diego: Academic Press.
- Mackie, D.M., & Smith, E.R. (2002). *From prejudice to intergroup emotions: Differentiated reactions to social groups*. New York: Psychological Press.
- Mackie, D.M., Smith, E.R. & Ray, D.G. (2008). Intergroup emotions and intergroup relations. *Personality and Social Psychology Compass*, 2, 1866-1880.
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., & Milne, A. B. (1995). The dissection of selection in social perception: Inhibitory processes in social stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 397-407.
- Magano, O. (2008). Migrações, etnicidade e Racismo – Percursos de integração social de indivíduos de origem cigana: alguns dados preliminares. In VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Magano, O., & Silva, L. F. (2000). A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto. IV Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia. Coimbra, Portugal.
- Maio, G. R., & Haddock, G. (2010). *The Psychology of Attitudes and Attitude Change*. London: Sage.
- Mayer, Richard E. (1999). Fifty years of creativity research. In Sternberg, Robert J. (Ed.). *Handbook of Creativity* (pp. 449-460). Cambridge: Cambridge University Press.

- Maner, J., Kenrick, D., Becker, D., Robertson, T., Hofer, B., Neuberg, S., Delton, A., Butner, J., & Schaller, M. (2005). Functional projection: How fundamental social motives can bias interpersonal perception. *Journal of Personality & Social Psychology*, 88, 63-78.
- Mann, J. H. (1959). The relationship between cognitive, affective, and behavioural aspects of racial prejudice. *Journal of Social Psychology*, 49, 223-22.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Martínez, M. C. (1996). *Análisis psicosocial del prejuicio*. Madrid: Síntesis.
- Martindale, C. (1989). Personality, situation, and creativity. In Torrance, E. P., J.A. Glover, R.R. Ronning, & C.R. Reynolds, (Eds.), *Handbook of creativity. Perspectives on individual differences* (pp. 211-32). New York: Plenum.
- Martindale, C. & Greenough, J. (1973). The differential effect of increased arousal on creative and intellectual performance. *The Journal of Genetic Psychology*, 123, 329-335.
- McConahay, J. B., & Hough, J., Jr. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25(4), 563-579.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). Nova York: Academic.
- Mendes, M. M. (1998). Etnicidade cigana, exclusão social e racismos. Porto: *Revista da Faculdade de Letras Sociologia*, I (VIII).
- Mendes, M. M. (2000). Um olhar sobre a identidade e a alteridade: nós, os ciganos e os outros, os não ciganos. IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Moscovici, S. & Pérez, J.A. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos. In J. Vala (Ed.), *Novos racismos: Perspetivas comparativas* (pp. 103-119). Oeiras: Celta.
- Napier, J. & Dovidio, J. (2012). Abstract thinking reduces conservatives' prejudice against stigmatized groups. *The Juryexpert*, 24 (6), 37-46.
- Nata, G. (2007). *Diferença cultural e democracia - identidade, cidadania e tolerância na relação entre maioria e minorias*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Neely, J. H. (1991). Semantic priming effects in visual word recognition: A selective review of current findings and theories. In D. Besner & G. W. Humphreys (Eds.), *Basic Processes in Reading: Visual Word Recognition*. (pp. 264-336). Hillsdale, NJ, England: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Nelson, T. (2009). *Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination*. Nova Iorque: Psychology Press.
- Neuberg, S.L., & Cottrell, C.A. (2002). Intergroup emotions: A biocultural approach. In D.M. Mackie & E.R. Smith (Eds.), *From Prejudice to Intergroup Emotions: Differentiated Reactions to Social Groups* (pp. 265-283). New York: Psychology Press.

- Bahia, S. & Ibérico-Nogueira, S. (2005). Entre a teoria e a prática da criatividade. In Miranda, G. & Bahia, S. (Eds). *Temas de Psicologia da Educação: Temas de Desenvolvimento, Aprendizagem e Ensino* (pp. 333-362). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Ochsner, K., Bunge, S.A., Gross, J.J., & Gabrieli, J.D.E. (2002). Rethinking feelings: An fMRI study of the cognitive regulation of emotion. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 14, 1215–1229.
- Olson, M. A. (2009). Measures of prejudice. In T. Nelson (Ed.), *Handbook of Prejudice* (pp. 367-381). New York: Psychology Press.
- Outhwaite, W. & Bottomore, T. (1993). *The Blackwell Dictionary of Twentieth-Century Social Thought*. Oxford: Blackwell.
- Paluck, G., & Green, D. (2009). Prejudice reduction: what works? A review and assessment of research and practice. *Annual Review of Psychology*, 60, 339-367.
- Panksepp J. (1998). *Affective Neuroscience: The Foundations of Human and Animal Emotions*. New York: Oxford University Press.
- Park, B., & Judd, M. (2005). Rethinking the link between categorization and prejudice within the social cognition perspective. *Personality and Social Psychology Review*, 9, 108–130.
- Payne, B. K., & Gawronski, B. (2010). A history of implicit social cognition: Where is it coming from? Where is it now? Where is it going? In B. Gawronski, & B. K. Payne (Eds.), *Handbook of implicit social cognition: Measurement, theory, and applications*. New York: Guilford Press.
- Petty, R.E., Fazio, R. H., & Briñol, O. (2009). The new implicit measures. In R.E., Petty, R. H., Fazio, & O. Briñol, (Eds), *Attitudes: Insights from the new implicit measures* (pp. 3-18). New York: Psychology Press.
- Phinney, J. S. (1990). Ethnic identity in adolescents and adults: Review of research. *Psychological Bulletin*, 108, 499-514.
- Plant, A. & Devine, P. (2001). Responses to other-imposed pro-black pressure. Acceptance or backlash? *Journal of Experimental Social Psychology*, 37, 486-501
- Plant, A. & Devine, P. (2009) The active control of prejudice: Unpacking the intentions guiding control efforts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(3), 640-652.
- Prada, M. & Silva, R. (2008). De triunfante a terrível: avaliação de valência e familiaridade de adjetivos em língua portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 6(1), 25-47.
- Prada, M., Rodrigues, D. & Palma, T. (2009). 8 ou 80! Adaptação e validação da escala breve de intensidade afetiva. *Laboratório de Psicologia*, 7(1), 85-99.
- Prada, M. (2010). *Alvos em movimento: O papel das características dos estímulos na Primazia Afetiva*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Petty, R. E., Briñol, P., & DeMarree, K. G. (2007). The Meta-Cognitive Model (MCM) of attitudes: Implications for attitude measurement, change, and strength. *Social Cognition*, 25(5), 657-686.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Pettigrew, T. F. (1997). Generalized intergroup contact effects on prejudice. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 173–185.

- Pereira, C., Torres, A. R. & Almeida, S. T. (2003). O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 95-107.
- Pettigrew, T. F. & Tropp, L. R. (2006). A meta-analytic test of intergroup contact theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90(5), 751-783.
- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2008). How does intergroup contact reduce prejudice? Meta-analytic tests of three mediators. *European Journal of Social Psychology*, 38, 922-934.
- Phelps, E.A., O'Connor, K.J., Cunningham, W.A., Funayama, E.S., Gatenby, J.C., Gore, J.C., & Banaji, M.R. (2000). Performance on indirect measures of race evaluation predicts amygdala activation. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 12, 729-738.
- Phelps, E. A. & Thomas, L. (2003). Race, behavior and brain. The role of neuroimaging in understanding complex behaviours. *Political Psychology*, 24(4), 747-758.
- Phelps, E.A., Stanley, D. & Banaji, M. (2008). The neural basis of implicit attitudes. *Current Directions in Psychological Science*, 17(2), 164-170.
- Plous, S. (2003). *Understanding prejudice and discrimination*. New York: McGraw-Hill
- Pedersen, A., & Walker, I. A. (1997). Prejudice against Australian aborigines: old-fashioned and modern forms. *European Journal of Social Psychology*, 27, 561-587.
- Pedersen, A., Walker, I., Paradies, Y. & Guerin, B. (2011). How to cook rice: A review of ingredients for teaching anti-prejudice. *Australian Psychologist*, 46 (1), 55-63.
- Pereira, Cícero, Vala, J. (2007). Preconceito, normas sociais e justificações para a discriminação das pessoas negras. In M.^a Benedita et al. (Eds.), *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional* (pp. 145-164). Lisboa: Edições Colibri
- Pereira, C., Torres, A., Pereira, A., & Falcão, L. C. (2011). Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(1), 73-82.
- Quillian, L. (1995). Prejudice as a response to perceived group threat: Population composition and anti-immigrant and racial prejudice in Europe. *American Sociological Review*, 60, 586-611.
- Rebelo, M. & Monteiro, M. (2002). Efeitos da recategorização e da descategorização na redução do enviezamento intergrupar: a perspectiva do desenvolvimento infantil *Psicologia*, 16(2), 351 - 386.
- Richards, J., & Gross, J. (1999). Composure at any cost? The cognitive consequences of emotion suppression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 1033-1044.
- Rios, R. (2007). O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In F. Pocahy, (Eds.), *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: Nuances.
- Rosário, E., Santos, T. & Lima, S. (2011). *Discursos do Racismo em Portugal: essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*. Lisboa: Alto Comissariado para a imigração e diálogo intercultural (ACIDI).
- Rosenberg, M. J., & Hovland, C. I. (1960). Cognitive, affective, and behavioral components of attitudes. In M. J. Rosenberg, C. I. Hovland, W. J. McGuire, R. P. Abelson & J.W.

- Brehm (Eds.), *Attitude organization and change: An analysis of consistency among attitude components*. New Haven, CT: Yale University, Press, 1-14.
- Runco, M. A. (2004). Personal creativity and culture. In S. Lau, A. N. N. Hui & G. Y. C. Ng (Eds.), *Creativity when East meets West*, (pp. 9-22). New Jersey: World Scientific.
- Russ, S. W. (1998). Play, creativity, and adaptive functioning: Implications for play interventions. *Journal of Clinical Child Psychology*, 27, 469–480.
- Sachdev, I. & Bourhis, R. (2006). Power and status differentials in minority and majority group relations. *European Journal of Social Psychology*, 21(1), 1–24.
- Samson, E. (1999) *Dealing with Differences: An Introduction to the Social Psychology of Prejudice*. New York: Harcourt Brace.
- Santos, M. P. (2006). Olhares sobre a diferença: representações de crianças e jovens. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Aplicada. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Santos, W. S., Gouveia, V. V., Navas, M. S., Pimentel, C. E., & Gusmão, E. É. S. (2006). Escala de racismo moderno: Adaptação ao contexto brasileiro. *Psicologia em Estudo*, 11, 637-645.
- Santos, M. & Lima, M. (2012). Processos de desumanização dos ciganos em Sergipe. *Clínica & Cultura*, 1, 83-95.
- Sassenberg, K. & Moskowitz, G. (2005). Don't stereotype, think different! Overcoming automatic stereotype activation by mindset priming. *Journal of Experimental Social Psychology*, 41, 506-514.
- Schwarz, N., & Clore, G. (1983). Mood, misattribution, and judgments of well-being: informative and directive functions of affective states. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45 (September), 513–523.
- Schwarz, N. & Clore, G. (1988). How do i feel about it? Informative functions of affective states. In Fiedler, K. & Forgas, J. (Eds), *Affect, Cognition, and Social Behavior* (pp. 44–62). Toronto: Hofgreffe International.
- Schwarz, N., & Bohner, G. (2001). The construction of attitudes. In A. Tesser & N. Schwarz (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intraindividual processes* (pp. 436-457). Oxford, UK: Blackwell.
- Schwarz, N. (2001). Feelings as information: Implications for affective influences on information processing. In L. Martin & G. Clore (Eds.). *Theories of mood and cognition: A user's handbook* (pp. 159-176). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- Schwarz, N. & Clore, G. (2003). Mood as information: 20 years later. *Psychological Inquiry*, 14 (3&4), 296–303.
- Schwarz, N. (2007). Attitude construction: Evaluation in context. *Social Cognition*, 25(5), 638-656.
- Schwarz, N. (2008). Attitude measurement. In W. D. Crano & R. Prislin (Eds.), *Attitudes and Attitude Change* (pp. 41-60). New York: Psychology Press.
- Schwarz, N. (2010). Felling-as-information Theory. Lange, P. Kruglanski, A. & Higgins E. (Eds.) *Handbook of theories of social psychology*. Sage.

- Silva, M. C., & Silva, S. (2000). Práticas e representações sociais face aos ciganos - O caso de Oleiros, Vila Verde. IV Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia. Coimbra: Portugal.
- Silva, M. C., Sobral J. M., & Barros, M. (2008). Ciganos e não ciganos: imagens conflituosas em contextos de vizinhança – o bairro social da Atouguia, Guimarães. VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Smith, E. (1993). Social identity and emotion theory and research to stereotyping and intergroup relations. In Mackie, D. & Hamilton, D. (Eds). *Affect, Cognition and Stereotyping: Interactive Processes in Group Perception*. Academic Press.
- Smith, E.R., Seger, C. R., & Mackie, D.M. (2007) Can emotions be truly group level? Evidence for four conceptual criteria. *Journal of Personality and Social Psychology*, 93, 431-446.
- Smith, G. J. & Amnér, G. (1997). Creativity and perception. In M. Runco (Ed.), *Creativity research book*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Sritharan, R., & Gawronski, B. (2010) Changing Implicit and Explicit Prejudice-Insights from the Associative-Propositional Evaluation Model. *Social Psychology*, 41(3), 113–123.
- Stangor, C., Sullivan, L. A., & Ford, T. E. (1991). Affective and cognitive determinants of prejudice. *Social Cognition*, 9, 359–380.
- Stangor, C., & Ford, T. E. (1992). Accuracy and expectancy-confirming orientations and the development of stereotypes and prejudice. *European Review of Social Psychology*, 3, 57-89.
- Stangor, C., (2009). The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: a quick history of theory and research. In T. Nelson (Ed.). *Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination*. Nova Iorque: Psychology Press.
- Stangor, C., & Lange, J.E. (1994). Mental representations of social groups: Advances in understanding stereotypes and stereotyping. In M. P. Zanna (1994). *Advances in Experimental Social Psychology* 26 (pp. 357-406). London: Academic Press.
- Stephan, W. G., & Finlay, K. (1999). The role of empathy in improving intergroup relations. *Journal of Social Issues*, 4, 729-743.
- Sternberg, R. (2004). *Handbook of Creativity*. Cambridge University Press: Estados Unidos da América.
- Sternberg, R. (2006). The nature of creativity. *Creativity Research Journal*, 18(1), 87-98.
- Souza, L., Bonomo, M., Livramento, A., Brasil, J. & Cana, J. (2009). Processos Identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. *Liberabit*, 15(1), 29-37.
- Souza, B.C. (2001). Criatividade: uma Arquitetura Cognitiva. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sullivan, J. L. & Transue, J. E. (1999). "The psychological underpinnings of democracy: a selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital". *Annual Review of Psychology*, 50, 625-650.
- Taguieff, P. A. (1997). *Le racisme: un exposé pour comprendre: un essai pour réfléchir*. Paris: Flammarion.

- Tajfel H, Billig M. G., Bundy R. P., & Flament C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Review of Social Psychology*, 1, 49-77.
- Tajfel, H. (1978). The psychological structure of intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiations between social group* (pp. 27-98). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Tajfel, H. (1982). Social Psychology of Intergroup Relations. *Annual Reviews Psychology*, 33, 1-39.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of inter-group behavior. In S. Worchel & L. W. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago: Nelson-Hall
- Tamir, M. & Mauss, I. (2011). Social cognitive factors in emotion regulation: implications for well-being. In I. Nyklíček, A. Vingerhoets, & M. Zeelenberg (Eds.), *Emotion Regulation and Well-Being* (pp. 31-47). Nova Iorque: Springer.
- Tapias, M., Glaser, J., Keltner, D., Vasques, K., & Wickens, T., (2007). Emotion and prejudice: specific emotions toward outgroups. *Group Processes & Intergroup Relations*, 10, 27-39.
- Terry D. J., Hogg, M. A., & Blackwood L. (2001). Prejudiced attitudes, group Norms, and discriminatory behavior. In M. Augoustinos & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding Prejudice, Racism, and Social Conflict* (pp. 140-158). London: SAGE Publications.
- Tropp, L. R., & Pettigrew, T. F. (2004). Intergroup contact and the central role of affect in intergroup prejudice. In C. W. Leach & L. Tiedens (Eds.), *The Social Life of Emotion* (pp. 246-269). Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M.S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. London: Blackwell.
- Turner, J.C, Brown, R. J., & Tajfel H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 9 (2), 187-204.
- Urban, L. M. & Miller, N. (1998). A theoretical analysis of crossed categorization effects: A meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74 (4), 894-908.
- Vala, J. (1999). *Novos Racismos*. Oeiras: Celta.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Vala, J., Lopes, D., & Brito, R. (1999). «A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias». In J. Vala (coord.), *Novos Racismos*. Oeiras: Celta.
- Vala (2003). Gestão da diversidade. In Atas do I Congresso de Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Vala, J. (2004). Processos identitários e gestão da diversidade. In Atas do I Congresso Imigração em Portugal. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Vala, J. (2007). A construção social das diferenças entre grupos humanos e as novas expressões do racismo. In A. Moreira, & B. Camargo (Eds.), *Contribuições para a Teoria*





- e o Método de Estudo das Representações Sociais (pp.319-338). Paraíba: Editora Universitária da UFPB.
- Vala, J., Pereira, C. & Costa-Lopes, R. (2009). Is the attribution of cultural differences to minorities an expression of racial prejudice? *International Journal of Psychology*, 44 (1), 20–28.
- Vanbeselaere, N. (1987). The effects of dichotomous and crossed social categorizations upon intergroup discrimination. *European Journal of Social Psychology*, 17 (2), 143–156.
- Vaz, F. (2009). *Diferenciação e regulação emocional na idade adulta: tradução e validação de dois instrumentos de avaliação para a população portuguesa*. Tese de Mestrado em Psicologia. Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia.
- Vescio, T., Sechrist, G. & Paolucci, M. (2003). Perspective taking and prejudice reduction: the mediational role of empathy arousal and situational attributions. *European Journal of Social Psychology*, 33 (4), 455–472.
- Vescio, T. K., & Judd, C. M., & Kwan, S. Y. (2004). Categorization and intergroup bias in crossed contexts: Evidence of reductions in the strength of categorization, but not intergroup bias. *Journal of Experimental Social Psychology*, 40, 478 – 496.
- Visser, P. & Marabile, R. (2004). Attitudes in the social context: the impact of social network composition on individual-level attitude strength. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87 (6), 779 –795.
- Walker, I., & Smith, H. (2001). *Relative deprivation: specification, development, and integration*. New York: Cambridge University Press.
- Ward, T.B. (2007). Creative cognition as a window on creativity. *Methods*, 42, 28-37.
- Wentura, D. & Degner, J. (2010). Practical guide to sequential priming and related tasks. In B. Gawronski & B. K. Payne (Eds.), *Handbook of Implicit Social Cognition: Measurement, Theory, and Applications* (pp. 95-116). New York: Guilford.
- Wilder, D. A. (1981). Perceiving persons as a group: Categorization and intergroup relations. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 213-257). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Wilder, D.A., & Simon, A. F. (1998). Categorical and dynamic groups: Implication for social perception and intergroup behavior. In C. Sedikides, J. Schopler, & C. A. Insko (Eds.), *Intergroup cognition and intergroup behavior* (pp. 27–44). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Wittenbrink, B., Judd, C., & Park, B. (2001). Spontaneous prejudice in context: Variability in automatically activated attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(5), 815-827.
- Zajonc, R. B. (1980). Feeling and thinking: preferences need no inferences. *American psychologist*, 35(2), 151-175.
- Zárate, M. (2009). Racism in the 21st Century. In T. Nelson, (Ed.), *Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination*(pp. 387-397). Nova Iorque: Psychology Press.
- Zenasni, F. & Lubart, T. (2008). Emotion-Related traits moderate the impact of emotional state on creative performances. *Journal of Individual Differences*, 29 (3), 157-167.

ANEXOS











Anexo A – Resultados do pré-teste











Os estímulos-primos (fotografias) utilizadas neste estudo foram pré-testadas no que se refere à etnicidade e atratividade por um conjunto de 34 estudantes universitários. No entanto na tabela que se apresenta de seguida (Tabela 3), estes estímulos estão ordenados descendente relativamente à etnicidade, relembramos que a avaliação, por parte dos participantes, foi feita numa escala contínua ancorada nos extremos 1= “*tipicamente branco*” e 6= “*tipicamente cigano*”. Neste sentido, foram escolhidas as 16 fotografias que melhor representavam a etnicidade de cada grupo, totalizando assim 32 fotografias. Embora a ordem apresentada se refira ao critério etnicidade, a escolha das imagens teve em conta também a atratividade das mesmas, evitando assim possíveis enviesamentos dos resultados provenientes das diferenças de atratividade. A tabela apresenta estes estímulos e as respetivas avaliações (i.e., médias, desvios-padrão, intervalos de confiança a 95%). As imagens que foram selecionadas para o estudo estão devidamente assinaladas com o sinal de X na coluna referente à aplicabilidade no estudo.











Tabela 3. Estímulos-primos utilizados (ordem descendente de etnicidade).

Nº	Fotografia	Etnicidade			Atratividade			AE
		M	IC (95%) LI; LS	DP	M	IC (95%) LI; LS	DP	
1		4,44	4,09; 4,80	1,02	1,88	1,51; 2,25	1,07	X
2		3,85	3,57; 4,14	,82	3,88	3,31; 4,45	1,63	X
3		3,76	3,32; 4,21	1,28	4,21	3,79; 4,62	1,20	X
4		3,71	3,31; 4,10	1,14	1,18	1,02; 1,34	,46	X











(cont.)

5		3,59	3,16; 4,02	1,23	4,38	3,90; 4,85	1,31	X
6		3,56	3,17; 3,94	1,11	2,06	1,73; 2,39	,93	X
7		3,42	3,04; 3,81	1,09	2,59	2,09; 3,08	1,42	X
8		3,26	2,78; 3,73	1,29	4,84	4,38; 5,30	1,27	X
9		3,25	2,77; 3,73	1,32	2,10	1,80; 2,40	,80	X
10		3,24	2,84; 3,63	1,13	1,41	1,18; 1,64	,66	X
11		3,15	2,73; 3,57	1,21	3,06	2,51; 3,61	1,58	X
12		3,12	2,69; 3,55	1,23	1,76	1,42; 2,11	,99	X
13		3,03	2,59; 3,47	1,27	3,88	3,37; 4,39	1,43	X
14		3,03	2,56; 3,50	1,34	3,18	2,73; 3,62	1,27	X

15		3,00	2,53; 3,47	1,32	2,88	2,85; 3,91	1,39	X
16		2,97	2,58; 3,36	1,11	3,38	2,85; 3,91	1,52	X
17		2,91	2,54; 3,28	1,06	1,53	1,17; 1,89	1,02	
18		2,79	2,38; 3,21	1,20	5,44	5,15; 5,73	,82	
19		2,76	2,43; 3,09	,94	1,71	1,29; 2,12	1,19	
20		2,74	2,36; 3,11	1,08	5,74	5,47; 6,00	,75	
21		2,68	2,27; 3,09	1,17	4,38	3,84; 4,93	1,56	
22		2,53	2,13; 2,93	1,13	5,15	4,77; 5,52	1,08	
23		2,52	2,17; 2,86	,97	3,97	3,52; 4,42	1,29	
24		2,50	2,20; 2,80	,86	1,71	1,43; 1,98	,80	

25		2,47	2,08; 2,86	1,08	1,34	1,17; 1,52	,48	
25		2,44	2,10; 2,79	,99	3,53	3,07; 3,99	1,33	
27		2,35	1,63; 3,08	2,07	1,65	1,36; 1,93	,81	
28		2,34	1,98; 2,71	1,00	1,68	1,31; 2,04	1,04	
29		2,27	1,87; 2,67	1,13	1,67	1,35; 1,98	,89	X
30		2,25	1,85; 2,65	1,11	3,25	2,86; 3,64	1,08	X
31		2,21	1,89; 2,52	,91	1,76	1,43; 2,10	,96	X
32		2,18	1,85; 2,50	,94	2,91	2,37; 3,45	1,54	X
33		2,12	1,72; 2,52	1,15	1,90	1,51; 2,25	1,05	X
34		2,09	1,76; 2,43	,93	4,12	3,69; 4,55	1,22	X

Criatividade, Reg. Emocional e Redução Preconceito

5		2,09	1,85;2,33	,68	2,97	2,38; 3,56	,68	X
36		2,06	1,72;2,40	,98	1,94	1,60; 2,28	,98	X
37		2,06	1,76;2,36	,85	2,38	1,90; 2,86	1,37	X
38		2,06	1,71; 2,41	1,01	2,03	1,62;2,44	1,17	X
39		2,03	1,73;2,33	,87	4,15	3,77; 4,52	1,08	X
40		1,82	1,53;2,11	,83	3,35	2,85;3,85	1,43	X
41		1,64	1,39;1,88	,70	1,97	1,64;2,30	,94	X
42		1,56	1,27;1,85	,82	3,79	3,25; 4,34	1,57	X
43		1,53	1,27; 1,79	,72	2,06	1,83;2,29	,66	X
44		1,47	1,20; 1,75	,79	2,00	1,51; 2,49	1,41	X

Nota. IC = intervalo de confiança (95%); *LI* = limite inferior; *LS* = limite superior; *AE*= indicação se o estímulo foi ou não aplicado no estudo

Anexo B: Estímulos-alvo (adjetivos)*Tabela 4.* Listagem de adjetivos utilizados como estímulo-alvo da medida implícita

Nr.	Adjetivo	Valência			Familiaridade		
		M	IC (95%) LI; LS	DP	M	IC (95%) LI; LS	DP
1	bom	6,45	6,10; 6,81	0,76	6,20	5,84; 6,56	0,77
2	especial	6,50	6,27; 6,73	0,51	6,55	6,22; 6,87	0,74
3	risonho	6,52	6,18; 6,86	0,79	6,26	5,89; 6,64	0,86
4	amoroso	6,52	6,13; 6,92	0,87	6,48	6,14; 6,82	0,75
5	honesto	6,52	6,15; 6,89	0,81	6,48	6,20; 6,75	0,60
6	agradável	6,55	6,22; 6,87	0,74	6,32	5,88; 6,76	1,00
7	sorridente	6,57	6,28; 6,85	0,66	6,17	5,81; 6,54	0,83
8	contente	6,57	6,23; 6,91	0,79	6,26	5,72; 6,80	1,25
9	encantador	6,57	6,20; 6,94	0,81	6,00	5,41; 6,59	1,30
10	interessante	6,68	6,43; 6,93	0,57	6,59	6,27; 6,92	0,73
11	amigo	6,74	6,47; 7,01	0,62	6,74	6,44; 7,04	0,69
12	excelente	6,78	6,56; 7,01	0,52	5,91	5,45; 6,38	1,08
13	saudável	6,85	6,68; 7,02	0,37	6,20	5,81; 6,59	0,83
14	feliz	6,86	6,71; 7,02	0,35	6,64	6,38; 6,89	0,58
15	TRUE	6,48	6,08; 6,87	0,87	6,24	5,76; 6,71	1,04
16	magnífico	6,39	5,98; 6,80	0,94	5,83	5,33; 6,33	1,15
17	doloroso	1,20	0,96; 1,45	0,52	4,20	3,39; 5,01	1,74
18	insuportável	1,36	1,15; 1,58	0,49	5,18	4,35; 6,01	1,87
19	trágico	1,36	1,11; 1,62	0,58	4,82	3,81; 5,83	2,28
20	morto	1,43	1,09; 1,77	0,75	4,71	3,79; 5,64	2,03
21	doente	1,48	1,17; 1,79	0,68	5,29	4,45; 6,13	1,85
22	violento	1,48	1,14; 1,82	0,79	4,96	4,10; 5,82	1,99
23	miserável	1,54	1,26; 1,82	0,66	4,42	3,39; 5,44	2,43
24	inútil	1,58	1,21; 1,96	0,88	4,50	3,49; 5,51	2,40
25	cruel	1,63	1,30; 1,95	0,77	4,17	3,29; 5,04	2,08
26	ruim	1,65	1,30; 2,00	0,75	4,25	3,26; 5,24	2,12
27	monstruoso	1,68	1,26; 2,10	0,95	4,33	3,61; 5,06	1,59
28	idiota	1,68	1,26; 2,10	0,95	5,46	4,60; 6,31	1,92
29	horrível	1,71	1,39; 2,04	0,72	4,91	4,11; 5,71	1,76
30	ridículo	1,73	1,36; 2,17	0,88	5,19	4,24; 6,14	2,09
31	grosseiro	1,76	1,38; 2,14	0,83	4,67	3,85; 5,49	1,80
32	irritante	1,76	1,41; 2,11	0,77	5,29	4,55; 6,02	1,62

Nota: IC = Intervalo de Confiança (95%); LI = limite inferior; LS = limite superior

Anexo C – Medidas explícitas**Anexo C1 - Questionário de Regulação Emocional**

Gostaríamos de lhe colocar algumas questões acerca da sua vida emocional, em particular como controla (isto é, como regula e gere) as suas emoções. As seguintes afirmações apresentadas abaixo envolvem duas componentes distintas da sua vida emocional. Uma é a sua experiência emocional, isto é, a forma como se sente. A outra componente é a expressão emocional, ou seja, a forma como demonstra as suas emoções na forma como fala, faz determinados gestos ou atua. Apesar de algumas afirmações poderem parecer semelhantes, diferem em importantes aspetos.

Para cada item, por favor responda utilizando a seguinte escala:

1 -----	2 -----	3 -----	4 -----	5 -----	6 -----	7
Discordo			Não concordo			Concordo
Totalmente			Nem concordo			Totalmente

	Ítems	1	2	3	4	5	6	7
1	Quando quero sentir mais emoções positivas (como alegria ou contentamento), mudo o que estou a pensar.	1	2	3	4	5	6	7
2	Guardo as minhas emoções para mim próprio.	1	2	3	4	5	6	7
3	Quando quero sentir menos emoções negativas (como tristeza ou raiva) mudo o que estou a pensar.	1	2	3	4	5	6	7
4	Quando estou a sentir emoções positivas, tenho cuidado para não as expressar.	1	2	3	4	5	6	7
5	Quando estou perante uma situação stressante, forço-me a pensar sobre essa mesma situação, de uma forma que me ajude a ficar calmo.	1	2	3	4	5	6	7
6	Eu controlo as minhas emoções não as expressando	1	2	3	4	5	6	7
7	Quando quero sentir mais emoções positivas, eu mudo a forma como estou a pensar acerca da situação.	1	2	3	4	5	6	7
8	Eu controlo as minhas emoções modificando a forma de pensar acerca da situação em que me encontro	1	2	3	4	5	6	7
9	Quando estou a experienciar emoções negativas, faço tudo para não as expressar.	1	2	3	4	5	6	7
10	Quando quero sentir menos emoções negativas, mudo a forma como estou a pensar acerca da situação.	1	2	3	4	5	6	7

Anexo C3 – Escala de Rejeição à proximidade

Itens que compõem a escala de Rejeição à Proximidade aplicada neste estudo

	Itens	Fonte
1	Comunicar com um desconhecido cigano	Rosário, Santos e Lima (2011)
2	Ter um cigano, com as competências profissionais adequadas, como seu chefe no trabalho	ERI (Lacerda et al., 2002)
3	Ter um cigano como seu colega de trabalho	ERI (Lacerda et al., 2002)
4	Ter amigos que são ciganos	ERI (Lacerda et al., 2002)
5	Ter uma família cigana a viver no seu prédio	EDS (Borgadus, 1925); Rosário, Santos e Lima (2011)
6	Ter um(a) irmão/irmã que namorasse/casasse com um(a) cigano(a)	Pettigrew e Meertens (1995)
7	Ter uma relação amorosa/íntima com um(a) cigano(a)	
8	Ter ou vir a ter filhos que façam amizade com ciganos	
9	Ter ou vir a ter filhos que namorem e casem com um(a) cigano(a)	Rosário, Santos e Lima (2011)
10	Acolher uma criança cigana	Com base na intervenção ³⁷

³⁷ Este item foi criado com base na intervenção no campo e contacto com técnicos que trabalham na área da inserção social, demonstrando as evidências práticas a pertinência deste tipo de item.

Anexo C4 – Escala de Expressão Emocional

Indique a frequência com que sente as emoções que serão apresentadas em relação a ciganos.

Para cada item, por favor responda utilizando a seguinte escala:

1 ----- 2 ----- 3 ----- 4 ----- 5 ----- 6 ----- 7
 Nunca Sempre

Itens		Escala						
1	Admiração	1	2	3	4	5	6	7
2	Medo	1	2	3	4	5	6	7
3	Atração	1	2	3	4	5	6	7
4	Raiva	1	2	3	4	5	6	7
5	Simpatia	1	2	3	4	5	6	7
6	Desprezo	1	2	3	4	5	6	7
7	Curiosidade	1	2	3	4	5	6	7
8	Ansiedade	1	2	3	4	5	6	7

Anexo C5 – Questões de Controlo

Título do Estudo: Dinâmicas de Grupo

Identificação do Participante:

Participante nº _____ Data: _____ Sessão _____

Cód. Identificação do Participante: _____ (data nascimento)

Grupo: A B (coloque um X no grupo a que pertenceu)

Após a sua participação na tarefa de interação solicitamos apenas alguns dados demográficos e que responda com sinceridade a três questões.

Dados Demográficos:

Sexo M F

Idade _____

Licenciatura/Profissão _____

Questões:

Coloque um X na resposta que considera que melhor corresponde à sua opinião.

1. Considera que este estudo foi:

1	2	3	4	5	6
Pouco Interessante			Muito Interessante		

2. A tarefa em que participou exigiu ao seu grupo:

1	2	3	4	5	6
Pouca Criatividade			Muita criatividade		

3. Considera que teve de ser:

1	2	3	4	5	6
Pouco Criativo(a)			Muito Criativo(a)		

Anexo D – Consentimentos informados

Anexo D1 – Consentimento informado primeiro momento do estudo experimental

Consentimento Informado aos Participantes

Título do Estudo 1: Dinâmicas de Grupo

O presente estudo está a ser realizado para efeitos de Mestrado na área da Psicologia das Emoções, sob supervisão científica da Prof. Joana Alexandre (ISCTE-IUL) e desde já **agradecemos a sua colaboração**.

A sua participação é voluntária. Pedimos apenas que **responda de forma sincera, honesta e espontânea às questões que encontrar** e que se **comprometa a não partilhar quaisquer pormenores do estudo com outros colegas**, no sentido de não inviabilizar a veracidade dos dados recolhidos.

Seguem-se informações mais detalhadas relativamente ao estudo, que após sua leitura pedimos que coloque todas as dúvidas, caso haja algo que não compreenda:

1. **Objectivo:** analisar aspectos relacionados com a dinâmica dos grupos.
2. **Tarefa:** participar numa dinâmica de grupo.
3. **Duração:** Aproximadamente 25 minutos.
4. **Riscos** (físicos ou psicológicos) associados à sua participação: não se aplica.
5. **Benefícios** associados à sua participação: participação no sorteio de um vale fnac no valor de 50 €.
6. **Termos de confidencialidade:** A sua participação é totalmente confidencial.
7. Todos os dados recolhidos serão automaticamente registados no computador, ficando guardados durante um período de 5 anos. Após esse período de tempo poderão ser destruídos. Todos os dados que forem fornecidos ao longo do estudo serão confidenciais, destinando-se apenas a tratamento estatístico.

Após lidas as informações aqui registadas e esclarecidas todas as minhas dúvidas, comprometo-me a participar e a cumprir o que aqui me foi solicitado.

Assinatura do Participante

Muito Obrigado pela sua colaboração!

(Carla Colaço – mestranda em Psicologia das Emoções)

Contactos para mais informações sobre o estudo: todas as questões devem ser dirigidas para Carla Colaço para o seguinte e-mail: cmcco1@iscte-iul.pt

Anexo D2 – Consentimento informado do segundo momento do estudo experimental

Consentimento Informado aos Participantes

Título do Estudo 2: Avaliação do Significado das Palavras

O presente estudo está a ser realizado para efeitos de Mestrado na área da Psicologia das Emoções, sob supervisão científica da Prof. Marília Prada (ISCTE-IUL) e desde já **agradecemos a sua colaboração**.

A sua participação é voluntária. Pedimos apenas que **responda de forma sincera, honesta e espontânea às questões que encontrar** e que se **comprometa a não partilhar quaisquer pormenores do estudo com outros colegas**, no sentido de não inviabilizar a veracidade dos dados recolhidos.

Seguem-se informações mais detalhadas relativamente ao estudo, que após sua leitura pedimos que coloque todas as dúvidas, caso haja algo que não compreenda:

1. **Objectivo:** analisar aspectos relacionados com a avaliação do significado das palavras.
2. **Tarefa:** responder a um conjunto de solicitações que serão feitas através da utilização do computador.
3. **Duração:** Aproximadamente 15 minutos.
4. **Riscos** (físicos ou psicológicos) associados à sua participação: não se aplica.
5. **Benefícios** associados à sua participação: obtenção de 0,5 crédito para a UC de Introdução à Psicologia Social.
6. **Termos de confidencialidade:** A sua participação é totalmente confidencial.
7. Todos os dados recolhidos serão automaticamente registados no computador, ficando guardados durante um período de 5 anos. Após esse período de tempo poderão ser destruídos. Todos os dados que forem fornecidos ao longo do estudo serão confidenciais, destinando-se apenas a tratamento estatístico.

Após lidas as informações aqui registadas e esclarecidas todas as minhas dúvidas, comprometo-me a participar e a cumprir o que aqui me foi solicitado.

Assinatura do Participante

Muito Obrigado pela sua colaboração!

(Beatriz Carvalho – mestranda em Psicologia das Emoções) **Contactos para mais informações sobre o estudo:** todas as questões devem ser dirigidas a Beatriz Carvalho para o seguinte e-mail: bbcc_1@iscte-iul.pt

Anexo E – Instruções dadas aos participantes

Anexo E1 – Instruções dadas aos participantes do grupo A de ambas as condições (C1 e C2)

Grupo A

Instruções:

Neste exercício assumirá o papel de alguém que vive num local onde a ponte é extremamente importante para a sua sobrevivência e que neste momento se encontra destruída.

Está inserido numa cultura que se rege pelas seguintes características:

- Os seus elementos têm como forma de cumprimento, um toque com o ombro e consideram uma ofensa muito grave quando o gesto não é devolvido;
- Apesar de falarem normalmente não pronunciam as palavras “sim” e “não” e expressam-nas da seguinte forma: movendo a cabeça no sentido contrário ao habitual (demonstração do gesto por ator em vídeo de seguida).
- Demonstra afetividade e proximidade junto de todas as pessoas (distância social muito reduzida).

Voltamos a frisar que esta será uma **tarefa de grupo** e juntamente com os restantes participantes **presentes nesta sala**, após a chegada do outro grupo, deverão comportar-se segundo as características da vossa cultura (anteriormente expostas).

Após o visionamento do vídeo explicativo terá juntamente com os restantes presentes uns minutos para tentar interiorizar e treinar o “ser” desta cultura.

Nota: Não se esqueça que **precisa mesmo da sua ponte** e que o seu objetivo não é inviabilizar a realização da mesma, apenas terá de comportar-se o mais fielmente às características que agora fazem parte de si.

Anexo E2 – Instruções dadas aos participantes do grupo B da condição com criatividade (C1)

Grupo B

Instruções:

Neste exercício assumirá um papel muito importante: terá como missão ensinar um conjunto de pessoas (grupo A) a realizar uma ponte.

Voltamos a frisar que esta é uma tarefa para ser **realizada em grupo** pelo que, após efetuar a leitura deste documento, deverá reunir-se com os restantes elementos presentes nesta sala, a fim de nos próximos 5 minutos planearem o trabalho a realizar.

Características essenciais da Ponte:

- **Dimensão:** O tabuleiro da ponte terá de ter a distância de uma folha e meia entre margens (as margens são representadas por duas cadeiras, como podem ver no centro da sala)
- **Resistência:** Após construído o tabuleiro da ponte, este deverá ter a capacidade de suportar durante 10 segundos o peso que está devidamente identificado em cima da mesa.

Regras de Ouro:

- Terão de criar uma ponte que cumpra os requisitos solicitados, no entanto apelamos **à vossa capacidade criativa e pedimos que recorrendo ao material disponível tentem encontrar uma solução criativa para a construção desta ponte**. A diversidade de material poderá permitir-vos dar largas à imaginação.
- Todos os produtos aqui criados não poderão ser transportados para a outra sala. Apenas poderão levar o material (matéria prima); a construção será feita unicamente junto do restante grupo.
- Não se podem esquecer que o objetivo **é ensinar as pessoas a fazer a ponte e não fazer por elas**.

Qualquer questão pode ser esclarecida com a experimentadora presente nesta sala durante o período de preparação. No decorrer da tarefa de interação com o grupo A não poderão ser dadas quaisquer explicações adicionais.

Anexo E3 – Instruções dadas aos participantes do grupo B da condição sem criatividade (C2)

Grupo B

Instruções:

Neste exercício assumirá um papel muito importante, terá como missão ensinar um conjunto de pessoas (grupo A) a realizar uma ponte.

Voltamos a frisar que esta é uma tarefa para ser **realizada em grupo** pelo que, após efetuar a leitura deste documento, deverá reunir-se com os restantes elementos presentes nesta sala, a fim de nos próximos 5 minutos planearem o trabalho a realizar.

Características essenciais da Ponte:

- **Dimensão:** O tabuleiro da ponte terá de ter a distância de uma folha e meia entre margens (as margens são representadas por duas cadeiras, como podem ver no centro da sala)
- **Resistência:** Após construído o tabuleiro da ponte deverá ter a capacidade de suportar durante 10 segundos o peso que está devidamente identificado em cima da mesa.

Regras de Ouro:

- Terão de criar uma ponte **recorrendo apenas e unicamente ao material aqui disponível e reproduzindo fielmente o modelo apresentado.**
- Todos os produtos aqui criados não poderão ser transportados para a outra sala. Apenas poderão levar o material (matéria prima); a construção será feita unicamente junto do restante grupo.
- Não se podem esquecer que o objetivo é **ensinar as pessoas a fazer a ponte e não fazer por elas.**

Qualquer questão pode ser esclarecida com a experimentadora presente nesta sala durante o período de preparação. No decorrer da tarefa de interação com o grupo A não poderão ser dadas quaisquer explicações adicionais.

Anexo F – Manipulação da Criatividade (fundamentos)

Tabela 5. Fundamentação manipulação criatividade

Características Criatividade	Condição com criatividade (C1)	Condição sem criatividade (C2)
Resolução de Problemas		
A criatividade é naturalmente induzida pela resolução de determinado problema (Bahia & Ibérico-Nogueira, 2005) ou seja, perante determinado problema o ser humano tende a sentir necessidade de empreender as suas capacidades criativas.	Problema: Construção da ponte segundo requisitos dimensão e resistência	Problema: Construção da ponte segundo requisitos dimensão e resistência
Pensamento Criativo		
O pensamento criativo <i>“enquanto ferramenta operacional da criatividade, tem duas características fundamentais ser autónomo e dirigido para a produção de uma nova forma”</i> (Suchman (1981), Stein (1974), Anderson (1965), Torrance (1965), Amabile (1983) e Alencar (1993). A liberdade para experimentar é essencial para a criatividade, como também alguma disciplina para assegurar objetividade e consistência.	Liberdade de criação da ponte segundo os requisitos	Imposição de modelo rigoroso a ser seguido segundo os requisitos
Pensamento divergente		
Perante determinado problema o ser humano pode reger-se por um de dois processos de pensamento: o divergente e o convergente. Guilford (1950) identificou dentro do pensamento divergente, vários fatores que o caracterizam, sendo a redefinição simbólica um deles e que se refere à capacidade de reorganizar unidades em termos das respetivas propriedades simbólicas, dando novos usos aos elementos (Lubart, 2007).	Diversidade de Materiais ao dispor: Papel branco, papel colorido, palhas, jornais colheres plástico, cola e tesouras	Limitação de materiais Folhas brancas, colas e tesoura

Anexo G – Controlo identificação do objetivo do estudo

Título do Estudo: Avaliação do Significado de Palavras

Identificação do Participante:

Participante nº _____ Data: _____ Sessão _____
Cód. Identificação do Participante: _____ (data de nascimento)
Número do Computador: _____ (registre o número do computador em que está)

Após a sua participação no estudo solicitamos apenas alguns dados demográficos e que responda com sinceridade a três questões.

Dados Demográficos:

Sexo M F

Idade _____

Licenciatura/Profissão _____

Questões:

Coloque um X na resposta que considera melhor corresponder à sua opinião.

1. Participar neste estudo foi:

1	2	3	4	5	6
Pouco Interessante					Muito Interessante

2. As instruções foram:

1	2	3	4	5	6
Pouco Claras					Muito claras

3. Para si o objetivo deste estudo é _____

4. Considera que o seu desempenho na tarefa que acabou de realizar no computador foi influenciado pelo seu nível de:

a. fome Sim Não

b. sono Sim Não

5. Considera que o seu desempenho na tarefa que acabou de realizar no computador foi influenciado pelas tarefas realizadas no 1º estudo.

Sim

Não

Se sim, em que medida?

1	2	3	4	5	6
Pouquíssimo					Muitíssimo